

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS PARA ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE GRANDES PROJECTOS

Coordenação:
João Feijó
Inês Macamo Raimundo



MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS PARA ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE GRANDES PROJECTOS

COORDENAÇÃO:

João Feijó (OMR)

e Inês Macamo Raimundo (CAP/UEM)

Autores:

Aleia Rachide Agy

Inês Raimundo

João Feijó

Momade Ibraimo

Ramos Muanamoha

FICHA TÉCNICA

Título: *Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos*

Coordenação: João Feijó e Inês Macamo Raimundo

Autor: Aleia Rachide Agy, Inês Raimundo, João Feijó, Momade Ibraimo, Ramos Muanamoha

Editor: João Feijó

Revisora linguística: Margarida Martins

Capa: PubliFix - Edições

Arranjo Gráfico e paginação: PubliFix - Edições

Impressão: PubliFix - Edições

Nº de Registo: 9285/RLINLD/2017

Tiragem: 500 exemplares

Copyright: © Reservados todos os direitos.

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra por qualquer meio incluindo a fotocópia e o tratamento informático, sem a autorização expressa dos titulares dos direitos.

PubliFix - Edições

Av. Agostinho Neto n.º 1070, 1.º andar direito

Tel/Fax: +258 21 314382

Email: publifix@gmail.com

www.publifix.co.mz

Janeiro - 2018 – Maputo - Moçambique

Índice

Prefácio	5
<i>João Mosca</i>	
Prefácio	7
<i>Claúdio Artur Mungóí</i>	
Introdução	9
<i>João Feijó</i>	
Capítulo 1	
Investimentos Económicos, Assimetrias Socio-Espaciais e Movimentos Migratórios	17
<i>João Feijó</i>	
Capítulo 2	
Migrações Campo-Cidade e Integração no Meio Urbano	63
<i>Ramos C. Muanamoha e Inês M. Raimundo</i>	
Capítulo 3	
Dinâmicas de Relacionamento com os Contextos Rurais de Origem	85
<i>João Feijó e Momade Ibraimo</i>	
Capítulo 4	
'Havemos de Voltar?' Representações do Mundo Rural e Expectativas de Regresso ao Campo	113
<i>João Feijó e Aleia Rachide Agy</i>	

Prefácio

João Mosca

Ao longo das últimas décadas, e por vários motivos, as políticas desenvolvimento rural estiveram longe de atingir a eficácia pretendida. As análises sobre o meio rural continuam a retractar o mesmo cenário socioeconómico: predominância do sector e de mão-de-obra familiar, generalizável dificuldade de acesso a insumos, a sistemas de irrigação, a crédito e a apoio de extensionistas. O acesso aos mercados mantém-se problemático, em virtude das deficientes vias de acesso, condições de transporte e manutenção das estradas, com impactos negativos nos preços dos produtos, em prejuízo do camponês. Estes fenómenos continuam a justificar baixos níveis de produção e de produtividade das famílias rurais, perpetuando situações de pobreza e de insegurança alimentar. Os dados do INE continuam a revelar que, em quase todos os indicadores de desenvolvimento, persistem (e inclusivamente agravam-se) desigualdade entre o campo e a cidade, particularmente no acesso a rendimento e bens de consumo.

Neste cenário, as expectativas geradas em torno de grandes projectos económicos, com destaque para o sector extractivo, aceleraram a migração para novos el dorados, já não centrados apenas na área metropolitana de Maputo. Contudo, contrariamente à experiência das grandes economias mundiais, o crescimento da população urbana em Moçambique acontece num cenário de desindustrialização e de falta de emprego. Neste cenário, inúmeras populações rurais, pouco qualificadas,

engrossam o sector informal e promovem a saturação das já débeis infra-estruturas sociais. Ainda que esta mão-de-obra abundante e barata sirva os interesses de determinados sectores capitalistas urbanos e seja funcional com a penetração do capital no meio rural, a realidade é que o aumento de situações de pobreza é gerador de situações de insegurança e instabilidade.

É neste cenário que, enquadrado na linha de pesquisa sobre impactos dos mega-projectos no meio rural, o Observatório do Meio Rural promoveu um projecto de investigação sobre movimentos migratórios e relações rural-urbanas em Moçambique. O livro que se apresenta é um dos outputs dessa pesquisa. A obra explica como os fenómenos migratórios constituem resposta a assimetrias socio-geográficas, tratando-se portanto de estratégias de readaptação das populações a cenários adversos. Por outro lado, o estudo explica as dificuldades de integração na vida urbana, não deixando de ilustrar o impacto que podem ter as remessas financeiras no alívio de muitas situações de pobreza rural. Porém, na obra sublinha-se a inexistência de projectos de regresso aos meios rurais de origem, o que é demonstrativo da persistência de desigualdades estruturais, merecedoras de análise por parte dos policy makers.

Maputo, Novembro de 2017

Prefácio

Cláudio Artur Mungói

O presente livro sobre “Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos” resulta de uma parceria entre o Centro de Análise de Políticas (CAP) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e o Observatório do Meio Rural (OMR), com o financiamento do Fundo das Nações Unidas para Actividades de População (UNFPA), parceiro estratégico da FLCS/UEM, no que respeita ao apoio financeiro e material às actividades de pesquisa no CAP e ao curso de Mestrado em População e Desenvolvimento da FLCS.

No ano de 2016, o Centro de Análise de Políticas e o OMR realizaram pesquisa sobre migração rural-urbana nas cidades de Maputo, Tete, Quelimane, Nacala-Porto e Pemba, com a pretensão de perceber a extensão dos movimentos migratórios e a integração dos migrantes nestas cidades, enquanto indivíduos, membros de agregados familiares e detentores de uma cultura que, na cidade, pode ser transformada, diluída ou absorvida. Como consequência da migração, deve-se assumir que se destroem ou se constroem espaços de relações sociais, económicas, culturais e de vizinhança, que levaram anos a serem produzidos. No novo espaço de residência, os migrantes são forçados a construir novos espaços, sendo que o processo de sua construção leva tempo, relativamente médio a longo.

Os pesquisadores, que produziram esta obra, estão cientes de que ainda existem muitas questões por responder, referentes aos “processos de integração das populações de origem rural em contextos urbanos”, ao significado de integração e às relações entre quem chega na cidade e as pessoas que foram deixadas no campo.

Os Grandes Projectos de Desenvolvimento podem ser tanto factor de atracção como de repulsão populacional, pelo que a sua compreensão exige estudos empíricos sistemáticos e possíveis através desta parceria com o UNFPA e outras instituições de pesquisa.

O CAP, ao concretizar esta publicação, está a responder à missão da UEM que é a de se tornar numa universidade de pesquisa. Com esta obra, esperamos ter aberto mais um espaço para novas pesquisas, para a clarificação de questões que ficaram ainda em aberto assim como para o melhoramento do que os autores fizeram.

Por último, queremos incentivar o Centro de Análise de Políticas a continuar com pesquisas que produzam resultados e novidades académicas, do ponto de vista metodológico. Encorajamos ainda o CAP que continue a buscar parcerias académicas e, através delas, a produzir resultados úteis para o processo de desenvolvimento de Moçambique.

Maputo, Novembro de 2017

Introdução

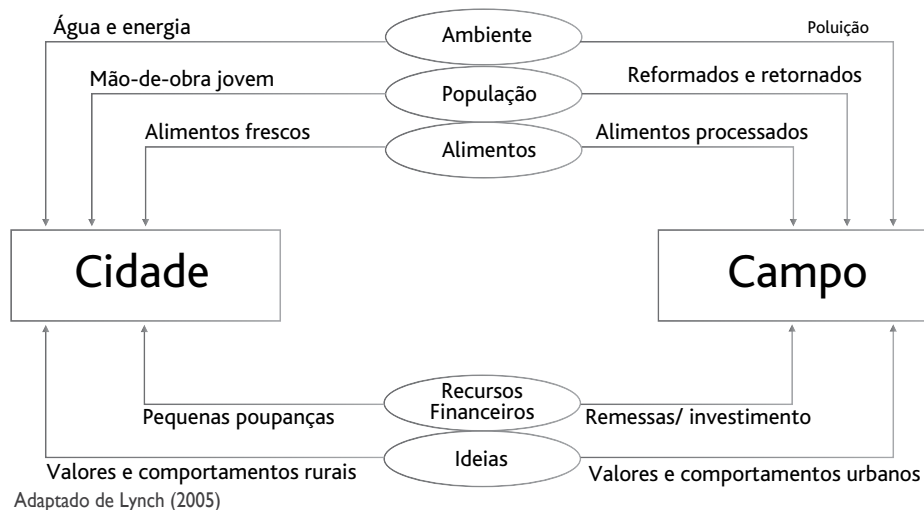
João Feijó

A análise das relações entre o campo e a cidade depara-se com um conjunto de obstáculos que dificulta a compreensão da complexidade deste fenómeno. Por um lado, as distinções conceptuais entre rural e urbano são dinâmicas, portanto alvo de transformações políticas, frequentemente definidas de forma arbitrária e variável de região para região. Esta distinção torna-se ainda mais complexa nas circunstâncias em que as cidades se expandem rapidamente, estendendo os seus limites físicos e influência para zonas rurais, ou na compreensão de assentamentos intermédios (vilas de pequena dimensão, etc.), com diferentes níveis de interacção com o *hinterland* rural. Por outro lado, distinguir as populações em categorias estáticas implica assumir que essas classificações reflectem, com rigor, as respectivas realidades, quando, na verdade, existem múltiplas localizações de agregados familiares ao longo de um *continuum* rural-urbano, em movimento e em interacção e, portanto, com características híbridas. Definições estáticas de rural e de urbano não captam, por exemplo, a realidade de migrantes¹ sazonais que se movem regularmente entre o campo e a cidade. Bryceson (1999) utiliza o conceito de “*betwixt and between*” para descrever um cenário em que os agregados familiares rurais aspiram, frequentemente, a

¹ Importa também referir que o conceito de migrante torna-se desadequado para traduzir as populações residentes há várias décadas nas grandes cidades, com poucas ou nenhuma relações estabelecidas com o seu universo rural de origem e com um sistema identitário vinculado à cidade. O conceito de migrante utilizado ao longo deste texto designa, na realidade, as populações não-naturais da cidade em questão, na linguagem popular designada de “vientes”.

modos de consumo urbanos e onde, simultaneamente, os residentes na cidade não deixam de se envolver com as comunidades rurais de origem. Trata-se de formas indecisas e complexas de identificação com as duas categorias. Neste contexto, mais importante do que estabelecer os limites conceptuais, geográficos ou administrativos entre o rural e o urbano, é conhecer as ligações entre os mesmos e as suas dinâmicas interdependências. Neste sentido, e recorrendo a Lynch (2005), procura-se sintetizar na Figura 1 a complexidade do relacionamento entre o campo e a cidade:

Figura 1: Fluxos de relacionamento entre a cidade e o campo



A Figura 1 ilustra os fluxos existentes – em termos ambientais, demográficos, alimentares, financeiros ou em termos de ideias – existentes entre o campo e a cidade, demonstrando a possibilidade de circulação nos vários sentidos. Em função das diversas realidades socio-económicas, ou das estruturas dos mercados, os sentidos dos diferentes fluxos podem predominar numa determinada direcção, naturalmente com variações temporais. Se os fluxos ambientais, populacionais ou alimentares são empiricamente observáveis no dia-a-dia, os fluxos de ideias ou financeiros já não são tão facilmente perceptíveis estando, por

esse motivo, representados de forma subterrânea. Como admite Lynch (2005: 6), uma das limitações desta representação gráfica é que explica o mundo urbano e o mundo rural como realidades claramente separadas, ignorando toda a complexidade das definições destes dois universos, frequentemente híbridos e com fronteiras pouco claras.

Contexto da investigação

Os últimos censos populacionais vêm demonstrando a existência de assimetrias económicas entre o campo e a cidade em Moçambique. Inserida num corredor de transporte para a África do Sul e constituindo a capital do país – sediando, por isso, toda a máquina administrativa do Estado, das empresas multinacionais e das grandes agências de desenvolvimento internacional –, a cidade de Maputo constituiu, ao longo das últimas décadas, o espaço de maior atracção de investimento. Mais recentemente, outras cidades conheceram também grandes volumes de investimento associados a uma euforia económica em torno de grandes projectos extractivos. A exploração do carvão na província de Tete foi geradora de um conjunto de investimentos, não só ao nível da indústria extractiva no eixo Tete-Moatize, como na reabilitação/construção das infra-estruturas de transporte ferroviário, incluindo na reconstrução e expansão do porto de Nacala. Também as actividades de prospecção de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma tiveram impactos no aumento do investimento na cidade de Pemba.

Neste cenário, grandes volumes de investimento foram canalizados para certas áreas, que criaram importantes expectativas nas populações rurais. Este cenário incentivou movimentos migratórios para os centros urbanos, saturando as respectivas infra-estruturas (rodoviárias, habitacionais, mas também em termos de saneamento e gestão de resíduos sólidos) e exercendo uma pressão inflacionista sobre os preços, apesar de não existir uma capacidade de absorção do mercado de emprego. Em resultado, assistiu-se a uma tendência de forte aumento de informalização das actividades económicas nas cidades.

Paralelamente, outras cidades, menos expostas ao investimento na indústria extractiva, apresentaram dinâmicas socioeconómicas distintas. Um bom exemplo é a cidade de Quelimane. Tendo surgido como o centro administrativo e burocrático de toda uma economia assente na plantação, a cidade de Quelimane não deixou de se ressentir com a desintegração do sector agrícola da província da Zambézia, com impactos nas características das dinâmicas migratórias.

Objectivos da pesquisa

O presente estudo apresenta um conjunto de quatro objectivos principais, estruturados ao longo dos quatro capítulos que compõem a presente obra:

No **primeiro capítulo**, pretende-se compreender quais são os factores motivadores dos movimentos migratórios rural-urbanos, distinguindo factores de afastamento do meio rural factores de atracção do meio urbano. Analisando as estratégias migratórias individuais e das famílias, pretende-se distinguir os motivos de cariz socio-económico (relacionados com as condições de produção e acesso aos mercados, com oportunidades de emprego, com acesso a água e energia, com oportunidades de consumo, educação e saúde, com a existência prévia de migrações familiares, entre outros aspectos), de cariz cultural (testando a existência de um estigma social sobre a actividade agrícola ou a actualidade de aspectos como a emancipação pessoal e familiar) e político (relacionado com a procura de segurança nos centros urbanos em virtude dos conflitos armados que assolaram Moçambique). Neste campo, torna-se fundamental compreender quais são as representações sociais construídas pelos actores, quer sobre o mundo rural, quer sobre o mundo urbano, procurando ainda explorar as respectivas expectativas sociais.

No **segundo capítulo**, pretende-se compreender como é que se opera a integração socio-económica das populações no meio urbano, num cenário de maior densificação populacional. Na prossecução deste objectivo procura-se avaliar o impacto da opção migratória ao nível de um conjunto de aspectos, entre os quais as habilitações literárias dos

inquiridos, as ocupações socio-profissionais e níveis de rendimento, as condições habitacionais e capacidade de consumo, assim como a participação política e associativa, entre outros.

O objectivo do **terceiro capítulo** prende-se com a análise das ligações estabelecidas pelas populações de descendência rural, uma vez nas cidades, com os seus contextos geográficos de origem, distinguindo, não só os aspectos sociais (relacionados com a frequência e duração dos encontros), mas também económicos (relacionados com a canalização de poupanças e investimentos, envio de remessas e tipo de trocas comerciais estabelecidas com o campo. Trata-se de compreender, não só as intensidades, como os fluxos desses relacionamentos e formas de aplicação.

Finalmente, o **quarto capítulo** tem como objectivo a compreensão das expectativas de regresso ao campo por parte das populações migrantes. Num primeiro momento, pretende-se conhecer as representações construídas pelas populações inquiridas sobre os seus universos rurais de origem. Num segundo momento procura-se conhecer os projectos de futuro construídos pelas populações, nomeadamente perspectivas de regresso e de investimento no local de proveniência.

A metodologia da investigação

Intitulado “Êxodo Rural e relações com o campo”, este projecto de investigação foi elaborado em 2015 pelo Observatório do Meio Rural (OMR), tendo iniciado a recolha de dados ao longo desse ano na cidade de Maputo. No âmbito de uma parceria estabelecida com o Centro de Análises Políticas (CAP) da Universidade Eduardo Mondlane e com a Universidade Politécnica, e utilizando a mesma metodologia, a recolha de dados foi alargada a outras cidades do país, nomeadamente a Quelimane e Tete (por investigadores do OMR e com apoio da Universidade Politécnica) e em Nacala-Porto e Pemba (por investigadores do CAP).

A escolha destas cinco cidades relacionou-se, essencialmente, com dois aspectos. Por um lado, por constituírem locais que têm atraído grandes investimentos e que, ao longo dos últimos anos, constituíram

espaços de crescimento acelerado. Por outro lado, por terem havido fortes movimentos migratórios para estes locais. A escolha da cidade de Quelimane relacionou-se com a necessidade de compreender as dinâmicas migratórias numa cidade que não tenha beneficiado de tanto investimento económico.

A metodologia de investigação assentou em quatro técnicas principais que se podem sistematizar da seguinte forma:

Em **primeiro lugar**, com o objectivo de compreender as origens e intensidades dos fluxos migratórios, assim como a dimensão das assimetrias socio-espaciais entre os universos rurais e urbanos, em geral, procedeu-se a uma análise de dados estatísticos, disponibilizados quer pelo Instituto Nacional de Estatística (Censos Populacionais, Inquérito ao Orçamento das Famílias, entre outros), quer do Centro de Promoção de Investimentos, quer de outros organismos públicos.

Em **segundo lugar** foram realizadas 15 entrevistas semi-estruturadas a moradores de Maputo Cidade com origens rurais, oriundos do Norte, Centro e Sul de Moçambique e residentes há diferentes períodos de tempo na cidade, procurando-se compreender um conjunto de aspectos relacionados com as motivações e trajectórias migratórias, com as condições de integração na cidade e com as relações e expectativas construídas sobre os contextos de origem. As populações entrevistadas foram seleccionadas de forma a construir-se uma amostra heterogénea em termos de género; estrato etário (populações com menos de 30 anos, entre 30 e 50 anos e com mais de 50 anos); período de migração (antes de 1992, entre 1992 e 2004 e após 2004); de região de origem (Norte, Centro e Sul) e de zona de residência em Maputo (distinguindo-se as áreas urbanas, suburbanas e peri-urbanas). Trata-se de uma amostra que não tem propriamente uma representatividade estatística, mas que procura ter uma representatividade social, ou seja, ilustrativa da diversidade dos fenómenos. Para além de oferecer informação qualitativa acerca das motivações migratórias, das estratégias de integração na cidade e das relações estabelecidas com os contextos de origem, os dados recolhidos permitiram também a constituição de um conjunto de indicadores para construção de um inquérito por questionário.

Em **terceiro lugar**, com base nos dados populacionais disponibilizados pelo Censo de 2007 e recorrendo-se a uma amostragem estratificada (escolhendo-se um intervalo de confiança de 95% e um erro amostral de 5%), foram aplicados 385 inquéritos por questionário a moradores de 54 bairros de Maputo Cidade², 383 questionários a moradores nos 9 bairros de Tete, 384 questionários nos 42 bairros de Quelimane, 384 questionários nos 12 bairros de Nacala-Porto e 384 questionários nos 10 bairros de Pemba. O critério de selecção dos inquiridos obedeceu à condição de haverem nascido fora da cidade onde residem actualmente e de terem praticado actividades agro-pecuárias no local de origem. Através do questionário pretendia-se recolher informações acerca dos contextos de origem das populações migrantes, das condições de integração na cidade, assim como das relações estabelecidas, uma vez na cidade, com os contextos rurais de origem. Maioritariamente composto por perguntas fechadas, o questionário foi aplicado nos locais de residência das populações inquiridas, durante os meses de Maio e Junho de 2015 (em Maputo), de Março de 2016 (em Tete e Quelimane), de Abril de 2016 (em Nacala-Porto) e de Agosto de 2016 (em Pemba). De forma a abranger um conjunto populacional mais heterogéneo, os questionários foram aplicados em diversos períodos do dia (manhã, tarde e noite), assim como durante a semana e no final da mesma, procurando, dentro de cada bairro (estrato), diversificar as zonas de aplicação. No terreno, a aplicação dos inquéritos por questionário contou com a colaboração de diversos inquiridores³, conhecedores da realidade local, que previamente participaram numa acção de formação⁴.

² Trata-se de todos os bairros que compõem os distritos urbanos de Kampfumo, Nilhamankulu, KaMaxaquene, KaMavota e KaMubukwana. Em virtude do seu carácter isolado (separado do resto da cidade pela Baía do Espírito Santo ou pelo Oceano Índico) e não tendo acolhido importantes vagas migratórias, este estudo não considerou os moradores dos distritos municipais de Kanyaka e Katembe

³ Em Maputo a selecção dos inquiridores foi realizada pelo Observatório do Meio Rural. Na cidade de Tete a selecção dos inquiridos contou com o apoio da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), em Quelimane com o apoio do Conselho Municipal de Quelimane e em Nacala-Porto e Pemba com o apoio do Instituto Nacional de Estatística.

⁴ A capacitação incidiu sobre os objectivos da investigação, em geral, e de cada pergunta, em particular, assim como em torno de boas práticas de interacção interpessoal ao nível da aplicação do questionário.

Para o caso das cidades de Maputo, Tete e Quelimane, a pesquisa prolongou-se pelos locais de origem dos inquiridos, tendo a equipa do OMR aplicado uma réplica do mesmo questionário nos distritos que mais contribuíram com movimentos migratórios para as cidades em análise. Neste sentido, foram visitadas as localidades de Mangunze (Distrito de Manjacaze), de Ngumene (Distrito de Zavala), de Demera (distrito de Changara) e de Ganhane (distrito de Inhassunge). Com base num intervalo de confiança de 90%, calculou-se uma amostra de 56 indivíduos em Mangunze, 42 indivíduos em Ngumene (inquiridos em Julho de 2015), de 49 indivíduos em Demera e de 69 indivíduos em Ganhane (em Junho de 2016).

Em **quarto lugar**, a equipa de entrevistadores e de inquiridores preencheu uma grelha de observação e realizou um conjunto de fotografias no local, procurando registar as condições socioeconómicas de integração na cidade.

CAPÍTULO I

INVESTIMENTOS ECONÓMICOS, ASSIMETRIAS SOCIO-ESPACIAIS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS⁵

João Feijó

Introdução

Se a análise científica ou a comunicação social vêm conferindo particular destaque aos movimentos migratórios de África para a Europa, com particular incidência para os antigos impérios coloniais (Évora, 2017), a realidade é que estas abordagens silenciam as diásporas existentes no interior deste continente. Flahaux e De Haas (2016: 7) demonstram que os intensos fluxos populacionais entre países africanos vizinhos são bem superiores aos movimentos existentes para além do mediterrâneo⁶. Estas deslocações intra-continentais retiram partido das relações históricas entre grupos e da continuidade linguístico-cultural,

⁵ Um especial agradecimento a Muiz Cassam pelo apoio prestado na sistematização de dados estatísticos para mapeamento geográfico, no âmbito de uma parceria existente entre a Universidade A Politécnica e o Observatório do Meio Rural.

⁶ Em 2000 estimava-se um movimento migratório de cerca de 8,7 milhões de africanos para fora do continente, mas o número de indivíduos que emigravam entre países africanos ascendia aos 10,5 milhões (Flahaux e De Haas, 2016: 7).

que ultrapassam frequentemente as fronteiras traçadas no período colonial. Na verdade, ao longo das últimas décadas, as populações africanas sempre estiveram em movimento. Estas dinâmicas migratórias, de cariz permanente ou sazonal, frequentemente de forma circular, constituem, desde o séc. XIX, um fenómeno estruturante e estruturador da África Austral. De facto, os grandes projectos coloniais procuraram reduzir os custos laborais através da utilização de contratos temporários, que não obrigavam à fixação permanente dos trabalhadores nos locais de destino, possibilitando o pagamento de salários sem atender às necessidades das respectivas famílias, que não acompanhavam o trabalhador. A permanência de trabalhadores urbanos nas grandes cidades preocupava as autoridades coloniais, não só pelas questões económicas referidas, mas também por questões socio-políticas estruturadas num ideal de supremacia branca (Potts, 2005: 586). Historicamente, as populações rurais em Moçambique não constituíram entidades estáticas, mas em permanente circulação, quer entre zonas rurais, quer para os centros urbanos ou de grande investimento, quer para os países vizinhos⁷. A mobilidade vem constituindo, inclusivamente, uma das estratégias de reprodução e de sobrevivência das populações.

Este capítulo apresenta um conjunto de três objectivos. De cariz introdutório, num primeiro momento pretende-se realizar uma retrospectiva dos movimentos migratórios existentes em Moçambique, não só com vista a identificar continuidades e transformações, mas também de forma a compreender a situação de dependência histórica.

Num segundo momento, e partindo do princípio que os movimentos migratórios traduzem assimetrias socio-espaciais (Krokkfors, 1995; 54), pretende-se conhecer a importância de diversos pólos de desenvolvimento existentes em Moçambique, mapeando a forma como se

⁷ Flahaux e De Haas (2016: 9) comparam a intensidade migratória intracontinental e extra-continental nos vários países africanos, calculando-a pelo quociente entre o número de migrantes e a população total do país de origem. Entre 1960 e 2000, por cada 1000 moçambicanos nascidos, os autores identificavam um intervalo de 0 a 10 indivíduos que emigravam para fora do continente. Por sua vez, por cada 1000 moçambicanos nascidos, registava-se um intervalo compreendido entre 75 e 100 emigrantes (em 1960); entre 50 e 75 emigrantes nos anos de 1980 e 2000) que se deslocavam no seio do continente.

distribuiu o investimento pelo território nacional, assim como um conjunto de infra-estruturas sociais, relacionadas com o acesso a água e saneamento, educação, saúde ou com o consumo em geral. Trata-se de compreender os movimentos migratórios para as áreas consideradas neste estudo, nomeadamente para a capital do país, mas também para as cidades de Tete, Quelimane, Nacala-Porto e Pemba.

Finalmente, pretende-se analisar as origens e intensidades migratórias, distinguindo as respectivas motivações, compreendendo os diferentes períodos e diferenças em termos de género. Trata-se de compreender estas decisões numa dimensão mais estrutural, nomeadamente na economia política nacional e nas políticas públicas concedidas à agricultura.

1. Fluxos e movimentos populacionais em Moçambique

1.1. Os movimentos migratórios no período colonial

Os movimentos migratórios em Moçambique e entre o território moçambicano e os países vizinhos têm origens ancestrais, bem anteriores à penetração capitalista colonial. Durante grande parte do século XIX, várias regiões da África Austral já vinham constituindo o palco de um turbilhão de movimentos militarizados, com repercussões profundas ao nível da mobilidade populacional (Liesegang, 1970). De qualquer forma, os projectos capitalistas coloniais imprimiram uma nova dinâmica nos movimentos migratórios na região da África Austral, nos quais Moçambique não constituiu excepção. As continuidades linguísticas e culturais e a estreita dependência da economia moçambicana relativamente às colónias vizinhas tiveram consequências históricas nas migrações internacionais, que foram transversais aos vários períodos. Os movimentos migratórios tiveram, inclusivamente, impacto nas relações entre os diversos Estados coloniais envolvidos.

1.1.1. Origens e movimentos migratórios

Com um clima atreito a secas, uma grande parte da região da baixa savana do Sul de Moçambique é constituída por solos pouco produtivos, pelo que a emigração sempre constituiu uma das opções para a sobrevivência em épocas difíceis. Desde a primeira metade do séc. XIX que se constataram movimentos migratórios desta região para a África do Sul, quer em virtude do comércio de marfim quer, mais tarde, em resultado do desenvolvimento da cultura do açúcar no Natal, cuja mão-de-obra local não conseguia dar resposta às necessidades das plantações (Newitt, 1997: 419). No final do século XIX, a descoberta de diamantes no rio Orange foi responsável por um forte aumento das correntes migratórias. A construção da linha de caminho-de-ferro entre o porto de Lourenço Marques e o Transval facilitou a deslocação maciça de trabalhadores moçambicanos para as minas sul-africanas, no âmbito de um conjunto de acordos assinados entre os governos português e sul-africano⁸. As autoridades coloniais aperceberam-se da possibilidade de obtenção de receitas substanciais provenientes do recrutamento de mão-de-obra, financiando desta forma os projectos coloniais, pelo que, cedo, procuraram garantir um controlo sistemático desta prática (Newitt, 1997: 421). O recrutamento era feito pela Witwatersrand Native Labour Association (WNLA) com a colaboração do Estado português, tendo, a partir da década de 1920, sido limitado ao Sul do paralelo 22, em termos práticos ao Sul do rio Save, sobretudo para reduzir a competição pela mão-de-obra com as grandes plantações das regiões centrais de Moçambique. Até meados da década de 1970, o número de trabalhadores

⁸ Os acordos previam a canalização de grandes quantidades de trabalhadores moçambicanos para as minas sul-africanas, através da qual as empresas mineiras adquiriam margem de negociação para redução dos salários. Por sua vez, o Estado colonial assegurava a redução do volume da migração clandestina e garantia o retorno dos emigrantes (que regressavam a Moçambique após a finalização do contrato), a tempo de pagar o imposto de palhota, gastando em Moçambique uma parte do salário auferido fora do País. Em troca do fornecimento regular de mão-de-obra moçambicana, a África do Sul comprometia-se a fazer transitar, pelo porto de Lourenço Marques, uma percentagem significativa das mercadorias importadas por via marítima e a pagar, em ouro e directamente ao Governo português, uma parte importante dos salários dos emigrantes (First, 1998: 18-23).

moçambicanos na África do Sul continuou a registar uma tendência de subida. Em finais da década de 1960, (Herrick *et al.*⁹ 1967) cf. Newitt, 1997: 430) identificava a existência de 80.000 moçambicanos com contratos nas minas sul-africanas, estimando um total de 300.000 trabalhadores moçambicanos na África do Sul.

Tal como a Sul do Save existia uma estreita relação migratória com a África do Sul, com impactos sobre o desenvolvimento do complexo industrial do Rand, no centro de Moçambique assistiu-se a uma relação idêntica com as colónias vizinhas. A exploração mineira iniciara-se tanto na Rodésia do Norte (hoje Zâmbia) como na Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe) e os agricultores brancos da Rodésia do Sul produziam tabaco, milho e gado, que requeriam um grande número de trabalhadores. Neste contexto, realizaram-se acordos sucessivos entre os dois países, com vista a regulamentar os processos migratórios. Em 1906 instituiu-se, formalmente, o Rhodesia Native Labour Bureau (RNLB) com vista ao recrutamento de mão-de-obra para as minas da Rodésia do Sul e, em 1946, o Rhodesian Native Labour Supply (RNLSC). Ao longo da primeira metade do século XX, números significativos de africanos de Tete atravessaram a fronteira para a Rodésia, com motivações diversas: fugindo a situações de insegurança¹⁰; à procura de emprego (sazonal) nas plantações ou de melhores condições salariais¹¹; como estratégia de fuga ao trabalho forçado; ou com vista à posterior migração para a África do Sul (Serra, 1980: 39; Newitt, 1997: 435). Não obstante os esforços

⁹ Herrick, A. B. (1969) *Area Handbook for Mozambique*, DA Pam no. 550-64. Whashington, D.C.

¹⁰ Em 1917 eclodiu a rebelião de Barué. Durante os combates, grande parte do distrito de Tete foi invadido por bandos de rebeldes e pelos grupos de ataque de angunes recrutados pelos portugueses para esmagarem a rebelião. Estas revoltas tiveram um forte impacto na região, em virtude de grande parte da população ter migrado para os países vizinhos, em busca de segurança. As zonas de fronteira da Rodésia do Sul foram, assim, inundadas de populações refugiadas, absorvidas pela economia local como mão-de-obra barata (Newitt, 1997: 435-436).

¹¹ Como explica Newitt (1997: 443-444), os africanos migravam essencialmente por razões económicas, nomeadamente melhores salários ou preços de produtos e impostos mais baixos, permitindo-lhes melhores oportunidades de consumo, nomeadamente de vestuário, bicicletas, malas e outros objectos. A estratégia migratória enquadrava-se numa opção racional, motivada pela possibilidade de poder trabalhar quando e onde quisesse, em função das oportunidades materiais oferecidas, escapando aos controlos sobre o recrutamento de mão-de-obra.

das autoridades coloniais com vista a exercer um controlo mais formal e eficaz sobre a mão-de-obra, a verdade é que predominou a migração clandestina¹² (de forma individual ou mesmo famílias inteiras), inclusivamente com o beneplácito dos próprios rodesianos.

Neste cenário, a população total de emigrantes na Rodésia do Sul oriunda de colónias portuguesas aumentou de 13.145, em 1929, para 104.289 em 1945, sendo o grosso desta população absorvida pela agricultura (Newitt, 1997: 440). Entre 1954 e 1957 uma média de 11 mil homens adultos emigrava anualmente de Chimoio e Mossurize para a Rodésia do Sul (Neves, 1998: 251) e, em 1967, Herrick *et al.*¹³ (1967 *cf.* Newitt, 1997: 430) estimava a existência de 150.000 trabalhadores moçambicanos na colónia vizinha. A importância da força laboral moçambicana para a economia da Rodésia era significativa. Se em 1931, 10,5% da força laboral rodesiana era moçambicana, essa percentagem aumentou para 26,6% em 1946 (Newitt, 1997: 441).

Da mesma forma, no Tanganica (hoje Tanzânia), os trabalhadores moçambicanos oriundos de Cabo Delgado e Nampula constituíam uma parte importante da força de trabalho nas sisaleiras. Como explica Hedges (1999: 159), essas unidades de produção eram mais eficientes e eficazes do que as congéneres moçambicanas, oferecendo melhores salários e condições de trabalho. Fazendo uso da continuidade etno-linguística, milhares de camponeses atravessaram a fronteira para se fixarem e aproveitarem dos melhores preços pagos pelos seus produtos, especialmente mandioca e cajú. O autor estima que, em finais de 1950, cerca de 20.000 moçambicanos trabalhavam no Tanganica, número que terá aumentado com o início da luta de libertação.

Em 1958, um relatório da Organização Internacional do Trabalho (*cf.* Hedges, 1999: 159) concluía que Moçambique constituía o território

¹² A evasão assumiu uma escala maciça em virtude da existência de um grande número de africanos sem quaisquer documentos, ou com documentos desactualizados, ou residindo fora das circunscrições onde foram emitidos, dificultando imenso a respectiva identificação e respectivo recrutamento laboral, estratégia habilmente usada pela população (Newitt, 1997: 442).

¹³ Herrick, A. B. (1969) *Area Handbook for Mozambique*, DA Pam no. 550-64. Whashington, D.C.

africano onde a migração para o estrangeiro¹⁴ atingia as maiores proporções. As economias vizinhas (sobretudo África do Sul e Rodésia) encontravam-se fortemente dependentes de mão-de-obra imigrante. A crescente proletarização interna e a necessidade de conter as lutas de classe tornavam estes dois países sedentos de uma força de trabalho barata e, no mercado regional, Moçambique constituía-se como a reserva de mão-de-obra, capaz de promover o desenvolvimento do sector agrícola, agro-industrial e mineiro das colónias vizinhas.

Para além dos movimentos migratórios para as colónias vizinhas, a implementação de projectos coloniais em Moçambique foi também geradora de intensos fluxos populacionais internos. A construção de infra-estruturas (portos marítimos, estradas, pontes, caminhos-de-ferro, edifícios administrativos e centros urbanos, etc.), a indústria carbonífera de Moatize e a economia de plantação careciam de importantes quantidades de mão-de-obra, pelo que amplas regiões do território (particularmente no centro do país) se tornaram importantes campos de recrutamento para trabalho. Não obstante os entraves criados à mobilidade rural-urbana das populações locais¹⁵, a expansão urbana e industrial em Lourenço Marques e Beira atraiu grandes fluxos populacionais¹⁶. Por sua vez, a expansão de culturas de plantação, como de açúcar, chá, copra e sisal, que normalmente requeriam um grande número de trabalhadores temporários (nomeadamente durante a época de colheita), eram responsáveis por um conjunto de migrações sazonais (Vail e White, 1980: 178; Head, 1980: 87), particularmente no Centro e Norte do país, mas também noutros pontos do Sul do país, como Goba (Hedges, 1999: 216-217) ou Xinavane (O’Laughlin e Yasfir Ibraimo, 2013: 28).

¹⁴ Para além dos países vizinhos, São Tomé aparecia também como destino migratório, assumindo neste caso um carácter forçado ou punitivo. Nos contingentes migratórios para São Tomé constava um considerável número de moçambicanos, considerados “refractários”, “indesejáveis” ou “ociosos”, condenados por isso ao desterro (Hedges, 1999: 159).

¹⁵ Durante o regime colonial, para permanecer nas cidades, os designados de *indígenas* deviam provar a sua condição de não-desempregados, pela apresentação dum cartão de trabalho oficial, emitido pelas respectivas autoridades.

¹⁶ Em 1960 a cidade de Lourenço Marques atingia os 175 mil habitantes – dos quais 72,8% de descendência não europeia – e, 10 anos mais tarde, os 378 mil, sendo 77,9% não europeus (Castelo, 2007: 231).

Após a segunda guerra mundial e até inícios da década de 1960, intensificou-se um processo de recrutamento compulsivo, gerador de deslocamentos temporários e de cariz forçado, no interior de Moçambique. A migração para as economias vizinhas e a implementação do sistema de culturas obrigatórias¹⁷ tornava escassa a mão-de-obra disponível para as plantações ou outros projectos coloniais, num cenário de ausência de mecanização ou de capitais para o desenvolvimento rural. Neste cenário, a materialização dos planos económicos coloniais sem aumento dos custos salariais exigia um maior rigor no sistema laboral. Perante a impossibilidade de competir com os salários das minas num mercado livre, as autoridades coloniais viram-se obrigadas à utilização de métodos compulsivos, através da implementação de um regime de trabalho obrigatório¹⁸.

Diversas zonas geográficas do centro de Moçambique foram apanhadas numa encruzilhada de forte procura de mão-de-obra para projectos coloniais começando a Administração a adquirir controlo sobre a principal mercadoria da colónia: a sua mão-de-obra (Head, 1980: 57; Vail e White, 1980: 293). Através de recrutadores, agentes das companhias e da própria Administração, sistematizou-se um processo de identificação¹⁹ e recrutamento de mão-de-obra. O chibalo era utilizado, não só nas plantações, mas também em irrigação de vales e drenagem de pântanos, construção de aldeamentos, construção e conservação

¹⁷ Como explica Hedges (1999: 95), a produção forçada de algodão e do arroz levou a que muitos indivíduos deixassem de ter interesse em serem trabalhadores sazonais nas plantações, apercebendo-se que o cultivo do algodão em áreas de solos apropriados poderia constituir uma opção comparativamente mais lucrativa.

¹⁸ É neste contexto de crise de mão-de-obra que o Governador-Geral Bettencourt emitiu a circular 818/D7 de 7 de Outubro de 1942, através da qual todos os homens que não pudessem provar o seu trabalho por conta de outrem poderiam ser capturados pelo chefe de posto, concentrados nas sedes e recrutados pelas plantações e outras entidades.

¹⁹ Os trabalhos de Vail e White (1980), Head (1980: 55) e de Serra (1995: 539) descrevem os esforços realizados pela Administração colonial, a partir da década de 1940, no sentido de inventariar os corpos existentes para trabalho. A partir da análise dos arquivos, Vail e White (1980: 35) constatam que, de 1941 para 1949, o número de indivíduos identificados, no então distrito de Quelimane, como fisicamente aptos aumentou de 140.000 para 226.567. Em 1949, as necessidades de contratos sazonais estavam fixadas em 75.861 trabalhadores durante Janeiro e Junho, e de 70.858 entre Julho e Dezembro.

de estradas e caminhos-de-ferro, entre outras actividades necessárias à administração ou à concretização dos planos de fomento (Hedges, 1999: 140). Entre outras respostas aos métodos de recrutamento compulsivo, comunidades inteiras afastavam-se das áreas de controlo da Administração (Vail e White, 1980), permanecendo desta forma em constante movimento. Não negando o fenómeno da migração como uma estratégia de resistência às pretensões do Estado colonial, Lubkemann (2004: 255) demonstra que as deslocações populacionais constituíram também uma estratégia de resposta, da parte dos mais jovens, à autoridade imediata dos mais velhos, mas também de consolidação do poder entre os sexos ou de resolução de preocupações enraizadas em crenças sobre a feitiçaria.

1.1.2 Impacto do assalariamento na economia camponesa

A intensificação das deslocações populacionais, quer para os países vizinhos quer no interior do território moçambicano, desencadeou uma forte transformação nas relações sociais. Os impactos destes movimentos migratórios na economia camponesa foram bastante complexos e diferenciados. Durante o século XX, grande parte da economia rural moçambicana, sobretudo a Sul do rio Save, passou a depender das remessas de migrantes. Os salários das minas eram essenciais para muitas famílias comprarem os alimentos que não podiam cultivar por si próprias. Para além de constituírem um meio de sobrevivência das famílias, sobretudo em anos de más colheitas ou em períodos complicados (First, 1998: 112), ou de impedirem o endividamento dos camponeses mais pobres, as remessas dos trabalhadores migrantes permitiam o pagamento de impostos, a acumulação de capital ou a aquisição de gado, cajueiros ou maquinaria agrícola²⁰ (First, 1998: 115), assim como vestuário ou mobiliário (Lubkemann, 2004: 264). Como explica

²⁰ Como ilustra Newitt (1997: 433), o pai de Samora Machel constitui um exemplo desse processo: “foi trabalhar para as minas pela primeira vez em 1912 e até 1926 cumpriu vários contratos. Em 1917 casou-se e em 1921 comprou uma charrua. Acabou por reunir capital suficiente para adquirir uma manada com várias centenas de cabeças de gado e trabalhar trinta hectares de terra”.

Newitt (1997: 433), nos últimos anos do período colonial, o aumento considerável da produção rural só foi possível em virtude do grande investimento em charruas e gado, originário do trabalho migratório. A migração teve impactos na estrutura das famílias e na monetarização da economia assim como no desenvolvimento de um “*médio campesinato relativamente abastado*” (Newitt, 1977: 434). Os salários relativamente altos dos mineiros sul-africanos, pelo menos por comparação com as regiões do Sul de Moçambique, permitiam aos jovens a compra de bens de consumo que reforçavam a sua posição na comunidade, o pagamento do *lobolo* (que passa a ser cada vez mais em dinheiro) e a respectiva reprodução social (First, 1998: 112; Lubkemann, 2004: 260).

Contudo, os movimentos migratórios também são referidos como factores explicativos da baixa produção agrícola, inclusive dos camponeses a Sul do Save. Na década de 1940, entre um quarto e um terço da população activa masculina da província de Inhambane estava ausente em trabalho migrante (First, 1998: 137; Newitt, 1997: 432), privando a economia rural de uma importante força laboral que, em teoria, poderia ter contribuído para o aumento da produção e para o desenvolvimento dos mercados. No centro do país, a retirada de grandes quantidades de mão-de-obra, devido às culturas obrigatórias ou ao rigoroso sistema de recrutamento (por contrato ou forçado), reduziu a capacidade da família camponesa de assegurar a sua própria produção agrícola. As culturas forçadas, a exaustão dos solos e a retirada da força de trabalho masculina para as plantações atingiram profundamente a capacidade do campesinato de proporcionar a sua subsistência, gerando uma diminuição da variedade de alimentos básicos disponíveis nas zonas rurais e fenómenos de subnutrição (Hedges, 1999: 155). A migração, predominantemente masculina, tinha efeitos sobre a economia familiar e sobre a reestruturação da divisão social do trabalho assistindo-se, na verdade, a um reforço da auto-exploração familiar para financiamento dos interesses capitalistas externos, através da prática de baixos salários (Mosca, 2005: 112). Este fenómeno foi gerador de um efeito cíclico, pois a degradação das condições de vida em grande parte das zonas rurais motivava a migração temporária ou permanente para os territórios

vizinhos. Desta forma, a migração retirou recursos à economia de Moçambique e contribuiu para os processos de desenvolvimento desigual com consequências de longo prazo, tanto económicas, como políticas e sociais (Mosca, 2005: 51). Na verdade, configurou-se um Estado “*rentier*” assente numa economia dependente do trânsito e da emigração²¹, fortemente dependente dos países vizinhos, em especial da África do Sul, que retira a maior parte dos seus dividendos do “comércio invisível” da força de trabalho africana (First, 1998: 18).

1.2. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS, CRESCIMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

1.2.1. Novas dinâmicas migratórias para a África do Sul

Após a independência de Moçambique, o novo Governo abraçou o desafio político de apoiar a luta contra o *apartheid*, assim como de diminuição da dependência relativamente aos países vizinhos, especialmente a África do Sul. No plano político, o apoio prestado ao ANC constituiu uma clara ameaça para o regime sul-africano, cuja reacção relacionou-se com a tentativa de enfraquecimento económico do Governo moçambicano, retirando partido da situação de dependência. Em 1975, a África do Sul reduziu o recrutamento anual de mineiros em Moçambique de cerca de 115.000 para cerca de 32.000 (First, 1998: 51-52; Newitt, 1997: 431), os níveis mais baixos desde que se iniciaram os registos, começando à procura de vias alternativas ao porto de Lourenço Marques para o trânsito de mercadorias, com impactos nas receitas da economia moçambicana (Brito, 2011). O recrutamento anual de mão-de-obra de Moçambique manteve-se abaixo dos 38.000 até 1984, por altura da assinatura do acordo de Nkomati, após o qual ambos os

²¹ O crescimento contínuo do volume de tráfego nos caminhos-de-ferro (que na sua maioria ligava os portos de Moçambique ao *hinterland*) demonstrava claramente a vocação externa dos investimentos. O trabalho migratório e os sistemas de transporte traduziam um processo de divisão e especialização do trabalho regional, com efeitos que se fazem sentir até à actualidade.

Governos adoptaram medidas no sentido de reactivar a mão-de-obra migrante que, não obstante, não ultrapassou os 52.410 (Newitt, 1997: 431). Mesmo com o fim do *apartheid* e a normalização das relações entre os dois países, os níveis de contratação nunca mais se compararam com os praticados no período colonial. Em 2011, o número de moçambicanos registados nas minas sul-africanas era de 37.552 e, em 2015, de apenas 29.760 (DNOMT, 2015).

A diminuição do sistema de recrutamento formal para os países vizinhos foi acompanhada por um aumento da população indocumentada (Araújo e Muanamoha, 2011: 166), sobretudo de jovens do sexo masculino, de faixas etárias economicamente activas. Nos últimos anos tem-se assistido à partida de um número crescente de mulheres, trabalhando como empregadas domésticas, em salões de beleza ou no comércio informal²² (Feijó e Agy, 2015b). De acordo com os dados do Banco Mundial (Ratha, Mohapatra e Silwal, 2011: 195), Moçambique apresentava, em 2010, um stock de emigrantes de 1.178.500 indivíduos, que representavam 5% do total da população moçambicana, constando nos 10 países da África subsaariana com maior tendência migratória. De acordo com o Censo sul-africano de 2001 (*cf.* Plaza and Ratha, 2011: 62), 39% da população imigrante na África do Sul e oriunda da África subsaariana era de origem moçambicana.

1.2.2. As deslocações forçadas

Por outro lado, nos dezassete anos que se seguiram à independência, uma parte da população moçambicana foi objecto de deslocamentos forçados, como consequência de políticas repressivas organizadas pelo Estado (como a criação de campos de reeducação), de projectos modernizadores (como as aldeias comunais ou a Operação Produção), de um longo conflito militar (não só entre 1976 e 1992, mas já antes entre 1964 e 1974) ou em virtude de catástrofes naturais (secas e cheias).

²² Dentro deste grupo das vendedoras ambulantes, inúmeras mulheres, conhecidas por muqueristas, atravessam regularmente a fronteira para a África do Sul, onde adquirem produtos que revendem em Moçambique, nos mercados informais.

Ao longo dos primeiros anos da independência foram enviados, em vagas sucessivas, milhares de moçambicanos para campos de reeducação, nomeadamente aqueles que se consideraram de “sabotadores”, “marginais” ou “inimigos” da revolução, assim como os possuidores de hábitos coloniais ou burgueses que se pretendiam eliminar, com vista à criação do Homem Novo²³. Comparando diversas fontes, Thomaz (2008: 191) constata a deportação total de 50 a 100 mil pessoas para a província do Niassa.

Logo a seguir à independência de Moçambique²⁴, o Governo procurou limitar a população urbana e controlar as migrações²⁵ a fim de impedir problemas relacionados com o desemprego, prostituição e criminalidade ou com a oposição política. Com o encerramento de inúmeras unidades económicas resultante da partida de colonos e com o consequente problema de desemprego, a Frelimo via a migração do campo para cidade como um fenómeno que colocava problemas para o desenvolvimento e para um modelo de organização moderno²⁶. Em 1979 introduziu-se a obrigatoriedade da guia de marcha nas cidades do país, documento de viagem interno necessário para se deslocar, nas cidades e no campo (Quembo, 2012: 78). Estas iniciativas adquiriram maior relevo, em 1983, com a Operação Produção, que consistiu na identifica-

²³ A lista de deportados incluía dissidentes da Frelimo, régulos, feiticeros, “comprometidos” (indivíduos sobre quem pesava a suspeita de algum tipo de compromisso com a antiga ordem colonial), estudantes considerados subversivos, testemunhas de Jeová, mães solteiras ou prostitutas, entre outros (Thomaz, 2008).

²⁴ Ainda durante o Governo de Transição, foi realizada a então denominada Operação Limpeza, que consistiu na captura de prostitutas das grandes cidades de Moçambique e que foram enviadas para campos de reeducação no Norte do país (Thomaz, 2008: 178).

²⁵ Como explica Lynch (2005: 118), a preocupação de limitar o fluxo de migrantes para as grandes zonas urbanas foi transversal a vários países africanos, tendo-se adoptado medidas diversas entre as quais o controlo rigoroso da migração para as cidades (África do Sul), a dispersão urbana (Nigéria), a promoção de cidades de média dimensão (Zâmbia e Argélia), a criação de novas cidades capitais (Nigéria e Tanzânia) ou a migração forçada para zonas rurais (Moçambique).

²⁶ Como explicam Michel Cahen (2008: 168) e Carlos Quembo (2012: 67), tratava-se de uma tentativa de modernização autoritária da cidade, acabando com o informal, onde o desemprego era considerado resultado da preguiça ou falta de vontade (Quembo, 2012: 67), sob um ideal de Homem Novo, assim como uma forma de relaxar a pressão demográfica sobre as cidades, em particular sobre Maputo.

ção e deportação para o Norte do País dos considerados “improdutivos” que, na prática, constituíam todos aqueles que não conseguissem provar que trabalhavam por conta de outrem, incluindo trabalhadores de actividades informais. A Operação Produção saldou-se no envio forçado para campos de trabalho de entre 50.000 a 100.000 pessoas, sobretudo oriundas das cidades moçambicanas, entre as quais pelo menos 30.000 de Maputo (Vines, 1991: 101). Esta medida não deixou de constituir uma resposta tardia a um conjunto de fenómenos que se vinham registando desde a independência, relacionados com a partida de colonos e encerramento de empresas coloniais, ou com o drástico corte no recrutamento de mineiros para a África do Sul²⁷, com consequências sobre o desemprego urbano²⁸, particularmente no Sul do país (Brito, 2011: 13).

Paralelamente, o Governo procurou implementar uma política de aldeamento no campo, a fim de evitar a dispersão populacional, de promover uma modernização rural de cariz socialista e o acesso a infra-estruturas (centro de saúde, escola, lojas do povo ou cooperativas), mas também de retirar as populações da influência da Renamo ou de assegurar a protecção de civis. Em 1984, entre 1400 a 1500 aldeias comunais (com populações de cerca de 4000 habitantes) foram oficialmente

²⁷ Como explica Wuyts (1981: 34-37), o resultado imediato da abrupta diminuição do recrutamento de mão-de-obra mineira por parte da África do Sul foi um intenso desemprego e subemprego rurais. O escassear do fluxo monetário proveniente das minas reduzia a circulação interna de dinheiro no seio do campesinato em geral e o seu impacto foi mais amplo do que apenas entre as famílias dos mineiros. Esta situação não deixou de ter consequências nos movimentos migratórios para os centros urbanos.

²⁸ Ao contrário dos campos de reeducação (onde os condenados, uma vez terminado o período de reeducação, podiam retornar às suas zonas de origem, se tivessem sobrevivido), os afectados pela Operação Produção eram enviados para se estabelecerem definitivamente nos lugares mais recônditos das províncias de Niassa e Cabo Delgado, dissuadindo desta forma o respectivo regresso, “*numa verdadeira operação autoritária de colonização interna*” (Quembo, 2012: 71). Num contexto de conflito armado, perante a destruição de estradas e caminhos-de-ferro, face à reduzida acessibilidade a meios de transporte e risco de ataque, tornava-se bastante difícil para os afectados regressarem a Maputo ou mesmo à Beira.

recenseadas²⁹, das quais 600 em Cabo Delgado, 250 em Nampula e 250 nos vales do Zambeze e Limpopo (Cahen, 1987: 52 *cf.* Vivet, 2015: 18).

Directa ou indirectamente, a guerra dos 16 anos implicou também o deslocamento forçado de milhões de moçambicanos. O “raptó” foi frequentemente utilizado, quer pela Renamo, quer mesmo pelo próprio Estado (Thomaz, 2008: 180). Por outro lado, as situações de insegurança traduziram-se na fuga de muitas populações rurais para os centros urbanos ou para os países vizinhos. As migrações efectuaram-se a uma escala regional, pois as comunicações entre as diferentes províncias do país tinham-se tornado difíceis: pontes e eixos rodoviários constituíam os alvos privilegiados da Renamo. Resultante da guerra dos 16 anos e com base em dados da UNHCR (*cf.* Raimundo 2008: 4) estima a existência de 4.000.000 de deslocados internos constatando, entre 1992 e 1994, o repatriamento total de 1.700.000 moçambicanos a partir dos países vizinhos. Entre estes, destacou-se o Malawi, responsável pelo repatriamento de 1.285.000 refugiados, seguido do Zimbábwe (247.000) e da África do Sul (71.000). Se os movimentos migratórios por motivos de trabalho adquiriram um carácter predominantemente masculino, já nos movimentos de refugiados as mulheres adquiriram um maior destaque (Lubkemann, 2004: 281; Vivet, 2015: 90), tendo muitas que enfrentar sozinhas situações complicadas.

Diversos elementos que estiveram na base destas deslocações forçadas apareceram em continuidade com diversas práticas do período colonial. De facto, o modelo colonial de gestão da mobilidade populacional e de organização das cidades contém alguns aspectos presentes na

²⁹ Em 1982, das 1.352 machambas comunais, 543, ou seja, 40%, estavam concentradas na província de Cabo Delgado, ao passo que 260 (19% do total) encontravam-se distribuídas por Nampula. A sulista província de Gaza possuía cerca de 139 machambas comunais, um pouco mais de 10% do total (Thomaz, 2008: 185-186). Em Cabo Delgado, cerca de 45% da população total da província foi deslocada para as machambas, enquanto que em Gaza foi concentrada 17% da população total, o que representava 30% de sua população rural (Kaplan, 1984: 106).

guia de marcha e nos objectivos da Operação Produção. A representação colonial do indígena preguiçoso³⁰, que deveria ser corrigido através do recrutamento forçado, manteve alguma continuidade nas noções de “improdutivo” que estiveram na base dos processos de deportação forçada. As novas empresas agrícolas Estatais herdaram um sistema de plantação fortemente dependente do emprego de mão-de-obra sazonal (Wuyts, 1981: 41-44; CEA, 1983), sendo que não deixaram de continuar a recorrer a práticas de recrutamento compulsivo de trabalhadores rurais. A Operação Produção e a projecção de construção de cidades no campo (como em Unango, no Niassa) apresentam continuidade com os projectos de constituição de colonatos no planalto da província de Niassa (Quembo, 2012: 72). Por fim, as machambas comunais em muito se aproximavam dos aldeamentos coloniais³¹ promovidos pelos portugueses nos últimos anos de sua presença em Moçambique.

Mais recentemente, mas por motivos de construção de grandes infra-estruturas (pontes, estradas, explorações mineiras ou de apoio logístico), ou mesmo pela implementação de um conjunto de projectos de agro-negócio, estão a realizar-se reassentamentos populacionais. Neste contexto, investimentos no corredor de Nacala (Mandamule e Bruna, 2017), projectos de mineração na província de Tete (Mosca e Selemane, 2011) ou de exploração de gás na bacia do Rovuma estão a ser respon-

³⁰ Na década de 1940 predominava um conjunto de representações sociais acerca do africano relacionadas com a indolência, com a preguiça e falta de motivação para o trabalho (Henriques, 2003: 130; Castelo, 2007: 269). Como propõe Abudu (1986: 34), esta assunção europeia da preguiça africana, que emergia sobretudo quando se frustravam as expectativas de oferta voluntária de mão-de-obra para a execução dos projectos coloniais, traduzia, não só uma arrogância racista, mas também uma incapacidade de compreensão do contexto sócio-económico envolvente.

³¹ Sob domínio do exército colonial, os aldeamentos pretendiam, não apenas controlar a população camponesa e evitar o seu contacto com os guerrilheiros da Frelimo, mas também concretizar o esforço de propaganda em torno da melhoria das condições de vida da população rural moçambicana (Thomaz, 2008: 185). Após a independência, a própria Frelimo escolheu implementar as novas machambas comunais nos mesmos territórios dos aldeamentos portugueses, particularmente em Tete e no Niassa (Borges Coelho, 1993). Malyn Newitt (1997: 454) lembra que, na província do Niassa e ainda durante a luta armada, a Frelimo procurou promover, com eficácia discutível, a concentração dos camponeses em aldeias comunais, com vista à criação de cooperativas de produção e comercialização, assim como iniciativas nas áreas da educação e da saúde.

sáveis pelo reassentamento de dezenas de milhares de indivíduos, em processos bastante polémicos.

1.2.3. Movimentos migratórios e crescimento urbano

A insegurança resultante da guerra dos 16 anos gerou grandes fluxos populacionais no interior do país que se traduziram num crescimento acelerado das cidades. Entre 1980 e 1997, a taxa média de crescimento da população urbana oscilou entre os 6,1% e os 10,7% (Lacharte³², 2000: 144 *cf.* Vivet, 2015: 63) enquanto o crescimento da população rural não ultrapassou os 0,7%, não obstante os elevados índices de fecundidade. A urbanização de Moçambique foi mais acelerada durante o conflito militar. Entre 1980 e 1990, a população urbana aumentou de 13% para 27%, tendo a taxa média de crescimento da população urbana sido de 10,7% (Vivet, 2015: 17).

A capital do país constituiu um dos expoentes deste processo de crescimento urbano. A população da cidade de Maputo cresceu de cerca de 378.348 habitantes, em 1970, para 871.776 em 1991 (Lopes *et al.*, 2007). Em 1991, 44,6% da população de Maputo tinham origens fora da cidade, a maioria proveniente do Sul do País, destacando-se a província de Maputo e tendo a guerra como principal causa migratória (*Muanamoha*, 2003). Com o fim do conflito armado, assistiu-se a uma

³² Lacharte, B. (2000) *Enjeux urbains au Mozambique, de Lourenço Marques à Maputo*. Paris: Karthala.

desaceleração³³ da taxa de crescimento demográfico na cidade de Maputo. De 1991 a 1997 a população de Maputo cresceu de 871.776 para 966.837 habitantes, traduzindo um crescimento médio anual de 1,7%. Se até à assinatura do Acordo Geral de Paz, este crescimento populacional urbano esteve, sobretudo, relacionado com as migrações oriundas do campo, a partir de então o crescimento natural da população na cidade ganhou preponderância. De qualquer das formas, com base na análise dos Censos Populacionais, *Arnaldo e Muanamoha* (2014: 16) não deixam de referir a importância de Maputo Cidade e Maputo Província enquanto destinos migratórios no período pós-guerra. Estas duas províncias continuavam a registar as maiores taxas de população imigrante do país³⁴. Comparativamente com as áreas rurais, as zonas urbanas apresentavam um maior peso de imigrantes de toda a vida, traduzindo os fluxos populacionais campo-cidade. Os Censos de 2007 demonstram, da mesma forma, a existência de um saldo migratório positivo em Nacala-Porto (5,4%) e, de forma menos intensiva, em Pemba (2,4%), tendo a cidade de Quelimane revelado um saldo migratório negativo.

³³ Como explica Potts (1995: 247), os argumentos das políticas de ajustamento estrutural assentavam na ideia que existia um fosso em termos de rendimentos entre o campo e as cidades e que os grandes centros urbanos alimentavam uma “*aristocracia laboral*”, nomeadamente grupos sociais caracterizados por elevados privilégios (ao nível de alojamento e de subsídio para transporte e alimentação), em grande parte financiados por recursos transferidos da produção rural. Os efeitos dessas políticas traduziram-se num aumento do desemprego urbano, no crescimento do comércio informal, no enfraquecimento dos sindicatos (largamente concentrados nas zonas urbanas) e no aumento do fosso entre trabalho qualificado e não qualificado, assim como entre o sector público e privado. A autora salienta o elevado valor das despesas básicas no mundo urbano, resultantes das maiores necessidades de transporte para acesso a serviços essenciais, resultantes de despesas escolares (matrículas, materiais, uniformes, etc.), de alojamento, de acesso a água, alimentação, cuidados de saúde, de assistência a crianças; entre valores despendidos em subornos a autoridades e funcionários públicos. Este cenário contribuiu para um aumento das desigualdades e para fenómenos de pobreza e de tensões sociais urbanas, o que contribuiu, em várias regiões da África subsaariana, para uma desaceleração dos movimentos migratórios para as grandes cidades.

³⁴ A maior parte das populações não-nativas de Maputo Cidade e de Maputo Província era constituída por imigrantes internos, ou seja, oriundos de outras províncias do país. Já nas províncias de Tete, Zambézia e Niassa, mais de metade das populações não-nativas havia nascido fora de Moçambique. Segundo *Arnaldo e Muanamoha* (2014: 16), trata-se de moçambicanos nascidos nos países vizinhos (Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Tanzânia) durante a guerra dos 16 anos e que se deslocaram para Moçambique após a assinatura do Acordo Geral de Paz.

Quadro 1: Taxa de imigração, de emigração e saldo migratório em 4 cidades

Cidade	TxImi (2002-2007)	TxEmi (2002-2007)	SaldoMigrat (2002-2007)
Quelimane	10,5%	10,6%	-0,1%
Pemba	10,0%	7,6%	2,4%
Cidade de Tete	5,8%	5,1%	0,7%
Nacala-Porto	5,5%	0,1%	5,4%

Os Censos Populacionais de 1997 e de 2007 demonstram que, ao longo da última década, uma parte significativa das populações moçambicanas esteve em movimento (ver quadro 1 e quadro 2). De acordo com os dados dos III Recenseamento Geral da População e Habitação (*cf.* Raimundo e Muanamoha, 2013), mais de 1,5 milhões de moçambicanos declararam que haviam nascido numa outra província diferente daquela onde residiam naquele momento (ver quadro 2). Da análise do censo populacional de 1997, Raimundo e Muanamoha (2013) demonstram que as províncias de Maputo Cidade (360.858) e de Maputo Província (263.729) absorveram, respectivamente, 28% e 21% de todos os imigrantes interprovinciais acumulados³⁵ em Moçambique (1.274.830), representando cerca de metade (49%) de todos os movimentos populacionais. Da população migrante em Maputo Cidade, 36% eram originária de Gaza, 29% de Inhambane, 20% de Maputo Província e 6% da Zambézia. Considerando o censo de 2007, constata-se um aumento dos volumes migratórios para 1.549.101 pessoas, invertendo-se a importância de absorção de Maputo Cidade e Maputo Província para, respectivamente, 22% e 29% de todos os migrantes internos no País, mas aumentando a importância combinada das duas províncias no quadro nacional (para 52%). As populações imigrantes de Maputo Cidade continuavam a ser maioritariamente provenientes de Gaza (34%), Inham-

³⁵ Os imigrantes internos acumulados numa determinada província constituem todos os indivíduos que residiam nessa província à data do censo mas nasceram noutra província. Por sua vez, os emigrantes acumulados de uma província constituem todos aqueles que, tendo nascido nessa província, se encontravam a residir numa outra província à data do censo. O saldo migratório obtém-se pela diferença entre imigrantes e emigrantes em cada província.

bane (29%), Maputo Província (16%) e Zambézia (9%). À semelhança do observado em 1997, as províncias de Inhambane (-205.680) e de Gaza (-188.211) apresentavam os maiores saldos migratórios negativos (demonstrando a forte tendência migratória), seguidas da província da Zambézia (-144.459) e Tete (-45.731).

Quadro 2: Migração interna acumulada, por província, Moçambique (1997 e 2007)

Província	Imigrantes internos acumulados		Emigrantes internos acumulados		Saldo migratório	
	1997	2007	1997	2007	1997	2007
Niassa	33.060	45.480	31.395	35.962	1665	9518
Cabo Delgado	31.140	40.947	42.230	48.791	-11.090	-7844
Nampula	84.682	97.574	69.958	98.882	14.724	-1308
Zambézia	54.501	67.003	154.291	211.462	-99.790	-144.459
Tete	37.235	41.289	76.320	87.020	-39.085	-45.731
Manica	126.217	157.669	41.895	53.519	84.322	104.150
Sofala	151.382	171.298	126.776	160.390	24.606	10.908
Inhambane	66.314	67.126	242.400	272.806	-176.086	-205.680
Gaza	65.712	63.449	239.674	251.660	-173.962	-188.211
Maputo Província	263.729	453.347	93.312	85.501	170.417	367.846
Maputo Cidade	360.858	343.919	156.579	243.108	204.279	100.811
Total	1.274.830	1.549.101	1.274.830	1.549.101	0	0

Fonte: IIRGPH de 1997 e IIRGPH de 2007 (cf. Raimundo e Muanamoha, 2013)

1.2.4. Desestruturação agrícola, circulações migratórias e economia camponesa

Os movimentos migratórios rural-urbanos não deixam de traduzir o carácter pouco atractivo da agricultura e a procura de soluções económicas alternativas nas grandes cidades. As reflexões académicas vêm demonstrando o carácter incoerente e desestruturado das políticas públicas, com efeitos improcedentes sobre o desenvolvimento da agricultura e do mundo rural. As análises vêm referindo a alocação de

recursos do Estado, nas décadas mais recentes, de valores reduzidos para a agricultura, assim como baixos níveis de execução orçamental³⁶ (Cassamo *et al.*, 2014), a reduzida importância atribuída aos investimentos em infra-estruturas de apoio à actividade agrícola (como, por exemplo, em regadios), assim como na promoção da investigação e da extensão rural ou da organização de produtores e comerciantes (Mosca e Abbas, 2016: 17-19; Smart e Hanlon, 2014: 63). Por outro lado, Mosca e Dadá (2014) demonstram a incoerência da estratégia de concessão de subsídios e o aumento da produtividade, num processo fortemente politizado, com débeis mecanismos de monitorização, facilitando, desta forma, a utilização ineficiente, ineficaz e baixos índices de reembolso (no caso dos empréstimos concedidos no âmbito do Fundo para o Desenvolvimento dos Distritos). A situação é agravada pelas reduzidas ou inexistentes taxas alfandegárias para produtos agrícolas importados, prejudicando os produtores locais.

As deficientes condições das vias de acesso (sobretudo das estradas secundárias e terciárias) e os altos custos de transporte retiram ao agricultor capacidade de negociação dos preços, tornando-o no actor mais fraco da cadeia de valor (Mosca e Abbas, 2016; Lopes, 2016).

O carácter informal da maioria dos produtores familiares dificulta a canalização do crédito para a agricultura, num cenário agravado por taxas de juro elevadas. A dificuldade de acesso a insumos, a maquinaria e manutenção de equipamentos, a crédito e a seguros e a exposição às vicissitudes climáticas contribuem para transformar a agricultura numa actividade de risco e que não consegue diminuir a dependência quase exclusiva de mão-de-obra familiar.

Comparativamente com outros sectores (recursos naturais, comunicações, finanças, transportes e comércio), a agricultura (sobretudo a

³⁶ Os autores concluem que a alocação de recursos do Estado para este sector representou apenas 2.68% do total do orçamento do Governo para o período de 2001-2010 (valor muito inferior aos 10% sugeridos na Declaração de Maputo), agravado por um nível de execução entre os 20% e os 80% do orçamentado. Por outro lado, mais de dois terços dos gastos do Estado foram dirigidos para serviços e funções cujos beneficiários são os médios e grandes agricultores, portanto uma ínfima parte da população rural.

de pequena escala) não constitui o objectivo dos investidores externos e nacionais. Ainda que constituam a maioria da população moçambicana e com capacidade para influenciar os resultados eleitorais, a verdade é que os pequenos produtores agrícolas apresentam-se desorganizados, dispersos e fragmentados. Excluídos das alianças do poder político e económico – mais permeáveis à influência do capital internacional (doadores, organizações financeiras e investidores privados) e doméstico (comerciantes, industriais, especuladores, membros do Partido no poder e da administração do Estado) –, os milhões de pequenos camponeses apresentam-se incapazes de condicionar a produção de políticas públicas (Castel-Branco *et al.*, 2010; Mosca e Abbas, 2016: 4).

No seu conjunto, estes factores concorrem para baixos índices de produtividade agrícola, não se registando mudanças relevantes nos sistemas e técnicas de produção ao longo dos últimos 40 anos³⁷. As zonas rurais moçambicanas são, assim, caracterizadas pelos baixos rendimentos, para além de problemas de acesso a água, energia e saúde. Ao nível da educação (sobretudo de nível secundário e superior), a qualidade é frequentemente inferior à das zonas urbanas (Buendia, 2010: 263-265). Todos estes factores apontados não deixam de constituir aspectos importantes na explicação dos movimentos migratórios do campo para as cidades.

As análises das consequências dos movimentos migratórios continuam a destacar os impactos sobre a economia familiar, nomeadamente através das remessas (em dinheiro ou em bens) de migrantes (Araújo e Muanamoha, 2011: 165; De Vletter, 2006) ou da respectiva contribuição para o desenvolvimento da pecuária (Negrão, 2006). De Vletter (2006) demonstra que a migração no Sul de Moçambique contribuiu para reforçar a heterogeneidade social, constatando discrepâncias de riqueza e bem-estar, concluindo que as populações com várias gerações

³⁷ Na realidade, a área cultivada e a força de trabalho constituem as principais fontes de aumento da produção agrícola em Moçambique (Mosca e Abbas, 2016: 2), pelo que a balança comercial e, em especial, a de produtos agrícolas alimentares, mantém uma tendência negativa.

de migrantes mineiros são mais propensas a possuir bens e propriedades, assim como uma melhor capacidade produtiva, o que as coloca numa situação socioeconómica comparativamente privilegiada³⁸.

As análises mais actuais (Negrão, 2006; Casimiro, 2008; Chambe, 2011) continuam a demonstrar que as famílias rurais reforçam a tendência de se organizar entre o trabalho agrícola e não-agrícola, buscando a condição de trabalhador assalariado, dentro ou fora das suas unidades familiares, diversificando assim os seus rendimentos. Como conclui Casimiro (2008), é da (re)criação de estratégias de sobrevivência múltiplas e adaptativas que as famílias conseguem adquirir o suficiente para suprir as necessidades de alimentação, para comprar os produtos necessários para os filhos na escola, para aceder aos postos de saúde e comprar medicamentos.

Por outro lado, os migrantes surgem como vectores de modernidade e de urbanidade junto das suas zonas de origem rurais, sendo que a ostentação de bens de consumo adquiridos nas cidades ou na África do Sul (vestuário, electrodomésticos, equipamentos multimédia, materiais de construção, entre outras novidades) continua a contribuir para a afirmação de poder simbólico do emigrante na comunidade reforçando, nas novas gerações, a expectativa social em torno da cidade ou da terra do Rand³⁹.

³⁸ O autor refere, contudo, que esta situação está também dependente de um conjunto de factores, entre os quais, o nível de remuneração na África do Sul, o comprometimento do emigrante para enviar remessas para a família, o tamanho da família e respectiva capacidade de contribuir para a migração e o passado migratório do agregado familiar e respectiva capacidade e propensão de acumulação de mais recursos. Por sua vez, como explica De Vletter (2006), o nível de remuneração está dependente de factores como a capacidade geradora de rendimento (por sua vez dependente das suas habilitações e experiência), do sector de ocupação e da sua situação legal.

³⁹ Esta imagem social construída em torno da África do Sul pode ser ilustrada através da expressão xichangana «*Kula wananga uya djoni*», que significa literalmente «cresce meu filho para ires para a África do Sul». Trata-se de uma expressão frequentemente repetida no Sul de Moçambique, ao longo das últimas gerações, pelas mães aos seus filhos, não só em jeito humorista como de desabafo, particularmente nos períodos de maior aperto económico. A expressão não deixa de traduzir a expectativa construída sobre os mais novos para emigrarem para a África do Sul, encarada como a melhor solução para melhoria do estatuto socioeconómico do agregado familiar.

Ao constatar que os agregados familiares que apresentam remunerações mais elevadas constituem precisamente aqueles que realizam actividades fora da machamba familiar, Chambe (2011) demonstra uma relação directa entre a agricultura familiar e a produção de subsistência para a satisfação das necessidades mais básicas.

De qualquer forma, os movimentos migratórios decorridos ao longo das últimas décadas alargaram as redes de contactos das populações pelos centros urbanos e pelos países vizinhos, potenciando a mobilidade e a integração noutros espaços, assim como a integração económica do território. Num contexto em que as deslocações populacionais adquirem um carácter durável e repetitivo, frequentemente marcado pela sazonalidade ou pelo trabalho temporário, e até pela importância das ligações estabelecidas entre ambos os lugares (de origem e de destino), deparamo-nos, não tanto com movimentos migratórios, mas antes com circulações migratórias (Farré, 2017).

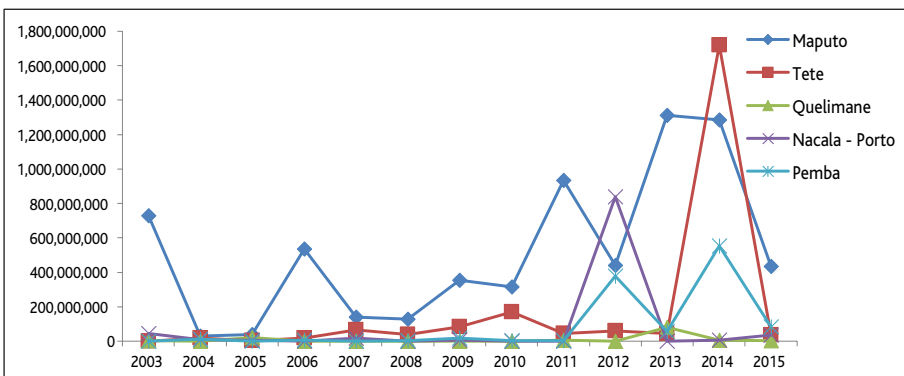
Ao dispersarem os vários elementos da família pelos vários locais, estas circulações (sazonais ou mais permanentes) pelo território por motivos de trabalho são geradoras de transferências pessoais (em produtos ou em dinheiro) ou até de redes de negócio, constituindo mecanismos de sobrevivência de muitas populações. De qualquer das formas, este fenómeno continua a demonstrar a dependência das economias camponesas em relação ao trabalho não-agrícola (particularmente nos locais de maior migração), assim como a factores externos à economia local, tal como a situação económica nos países vizinhos ou de zonas urbanas de concentração de grandes investimentos.

2. Pólos de Desenvolvimento e Assimetrias Socio-Espaciais

2.1. Pólos de investimento económico

Nos últimos anos, alguns centros urbanos de Moçambique têm estado envolvidos em torno de grandes projectos de investimento. Ainda que não traduzam o investimento realmente concretizado, os dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI) com informações acerca do volume de investimento aprovado traduzem, de alguma forma, a euforia e expectativa económica em torno de determinados espaços geográficos. Os dados do CPI referentes ao investimento aprovado entre 2003 e 2015 (ver gráfico 1) demonstram a primazia da capital em termos de atracção de investimento (num total acumulado de 6,6 mil milhões de dólares), que confirma a tendência que se vinha registando na década anterior. Ainda que comparativamente menor, a cidade de Tete (com um total de 2,3 mil milhões de dólares), mas também Pemba (1,1 mil milhões de dólares) e Nacala-Porto (mil milhões de dólares) também demonstraram alguma capacidade de atracção de investimentos. Sem qualquer relação directa ou indirecta com grandes mega-projectos extractivos, a cidade de Quelimane apresentou valores de investimento comparativamente residuais, com apenas 0,1 mil milhões de dólares.

Gráfico 1: Volume de investimento aprovado pelo CPI (2003-2015) em USD em cinco cidades



(1) O que se designa de cidade de Maputo corresponde, na verdade, à província de Maputo Cidade, que engloba 7 distritos urbanos

a) O efeito hipnótico da capital

Equipada com importantes infraestruturas ferro-portuárias, localizada num dos pólos de um extenso corredor de transporte⁴⁰, constituindo a capital do país e sedeando os serviços centrais da máquina administrativa do Estado, a cidade de Maputo é detentora de condições favoráveis de investimento e de geração de emprego, pelo menos por comparação com outras regiões no país (Feijó, 2017). A capital do país não deixa de beneficiar da proximidade com os parques industriais da Machava, da Matola e de Beluluane, onde se tem desenvolvido ou revitalizado um conjunto de projectos nas áreas da construção, do cimento, do alumínio, do ramo automóvel e alimentar, bem como todas as actividades de apoio logístico.

b) O El Dorado de Tete

Da mesma forma, a partir de meados da década de 2000, a província de Tete passou a constituir um centro de atracção do grande investimento internacional, com particular impacto ao nível da indústria mineira. De acordo com as informações disponibilizadas pela Direcção Provincial dos Recursos Minerais de Tete, o auge da prospecção e pesquisa aconteceu nos anos de 2009 e 2010, sobretudo ao nível do carvão, zinco, platina, ouro e metais básicos. Em 2011, a mineradora Vale iniciou o processo de extracção de carvão, em 2012 começou a Rio Tinto e, em 2013, a empresa Jindal. O investimento na província de Tete concentrou-se sobretudo no eixo Tete-Moatize, em torno da indústria extractiva ou em sectores a reboque da mineração – construção, hotelaria e restauração (Feijó,

⁴⁰ Formalizado na década de 1990, o corredor de Maputo baseia-se numa ligação ferroviária e rodoviária entre o porto de Maputo e as províncias de Mpumalanga e Gauteng, na África do Sul, proporcionando ainda à Suazilândia uma alternativa ao porto de Durban. O corredor concentrou em si uma importante fatia do investimento realizado em Moçambique, sendo, da mesma forma, responsável por grande parte das exportações. Este projecto permite uma maior integração na economia regional e é sistematicamente apresentado como uma história de sucesso no desenvolvimento de Moçambique (Fonseca, 2003: 225).

2016b: 8) –, motivando a atracção de inúmeras populações. É neste contexto de euforia económica que, na comunicação social e nos meios académicos, se começou a prestar atenção ao que ficou designado de *El Dorado de Tete* (Mosca e Selemene, 2011). Contudo, com a finalização de um conjunto de obras de instalação, com a diminuição do preço do carvão no mercado internacional e com o despoletar da instabilidade político-militar na região centro de Moçambique, assistiu-se a uma diminuição do volume de investimento na província, que regressou aos níveis anteriores a 2007.

c) Nacala-Porto e a zona económica especial

A cidade de Nacala-Porto beneficia das condições geográficas do seu porto de águas profundas, que lhe confere potencial para receber navios de grande tonelagem e de se tornar num dos portos mais movimentados da costa oriental africana. O porto representa o terminal do Corredor de Nacala, servido por uma linha férrea que liga o Oceano Índico ao *hinterland*, com passagem pelo Malawi e origem na província de Tete, prevendo-se que venha a constituir um importante meio de escoamento do carvão produzido em Moatize.

Beneficiando da sua privilegiada localização geográfica assim como das condições promovidas pelo Gabinete Das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA), o distrito de Nacala-Porto constituiu, ao longo dos últimos anos, um dos principais centros de investimento em Moçambique⁴¹. O Projecto Corredor de Nacala⁴², o investimento da Vale e da empresa pública Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), assim como a construção de um aeroporto

⁴¹ A posição geográfica do distrito de Nacala-Porto, assim como as suas condições para realização de um porto de águas profundas, tornaram a região num pólo estratégico para investimento. Ainda que não tenha sido bem classificado no contexto regional em termos de eficiência, o porto de Nacala é o terceiro maior com águas profundas na costa oriental de África.

⁴² O Projecto do Corredor de Nacala é um investimento da Vale, da empresa pública Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), e consiste na construção de 912 km de linha férrea a partir de Moatize, passando pelo Malawi e retornando novamente a Moçambique através do Niassa até Nacala-Velha.

internacional, tiveram reflexos em sectores como a construção civil, a hotelaria e comércio em geral, gerando postos de trabalho e atraindo populações.

d) Pemba e as perspectivas de prospecção de gás

Com forte potencial na área do turismo, onde nas últimas décadas foram construídas dezenas de unidades hoteleiras, a cidade de Pemba conheceu um novo dinamismo com o início das actividades de prospecção de petróleo e de gás natural. A reboque das actividades de prospecção, inúmeros investimentos foram realizados ao nível do sector imobiliário, quer para habitação e comércio quer para armazéns. A presença de empresas, como a ENI, a Anadarco, a Statoil ou a Petronas, com a consequente chegada repentina de centenas de técnicos estrangeiros, exerceram um forte impacto inflacionista, particularmente ao nível do sector imobiliário. A expectativa de implementação de grandes projectos extractivos não deixou de exercer uma atracção migratória, não só de populações oriundas de outros distritos de Cabo Delgado, como de outras províncias do país.

e) Quelimane

Com uma longa tradição colonial, a cidade Quelimane assumiu-se, a partir do séc. XX, como um centro agro-industrial, comercial e administrativo. A cidade dependia de uma economia de plantação que abrangia grande parte da província da Zambézia, com destaque para o coqueiro, chá, sisal, açúcar, arroz e milho, mas também madeira e produtos pesqueiros e minerais. A partir de finais da década de 1970, um conjunto de factores, como a partida repentina de milhares de quadros locais, a desadaptação do modelo de desenvolvimento colectivista às realidades locais, o colapso de países socialistas e os efeitos destrutivos da guerra dos 16 anos, entre outros, tiveram consequências profundamente nefastas sobre a economia da província. A partir da década de

1990, as privatizações traduziram-se num aumento dos despedimentos, sem que tivesse acontecido um aumento da produção⁴³.

A desestruturação da economia de plantação rompeu alguns dos mecanismos fundamentais das economias familiares, onde o assalariamento, mesmo que sazonal e assente em ciclos migratórios, contribuía para os rendimentos das famílias e dinamizava os sistemas de produção e os modos de vida locais (Mosca e Nova, 2016: 6). Contrariamente às restantes áreas analisadas (directa ou indirectamente dependentes do sector extractivo), o distrito de Quelimane não conheceu importantes investimentos económicos, não obstante a expectativa de investimento no porto de Macuse e na respectiva ligação ferroviária ao centro carbonífero de Moatize. Na verdade, a Zambézia constitui uma província essencialmente agrícola, sector sistematicamente secundarizado pelas políticas públicas, sobretudo em relação ao sector familiar (Mosca e Nova, 2016), pelo que grande parte da sua economia e população foram negativamente afectadas.

2.2. (As)simetrias socio-espaciais

As análises do Instituto Nacional de Estatística em torno dos indicadores de pobreza e bem-estar vêm assentando em torno de duas dimensões. Em primeiro lugar, a análise centra-se na chamada pobreza de consumo, nomeadamente nos rendimentos auferidos pelas populações. Trata-se de um indicador de medição da pobreza bastante sensível a impactos naturais ou sazonais, cujos resultados podem sofrer importantes variações ao longo do mesmo ano ou de ano para ano. De cariz mais

⁴³ Se o sector do açúcar conheceu uma revitalização, a produção de chá e de copra diminuiu para níveis inferiores a 10% dos alcançados na fase final da colonização, tendo-se registado o abandono da produção de sisal e fechado a indústria de caju, com implicações sobre os níveis de assalariamento (Mosca e Nova, 2016: 6). O amarelecimento letal do coqueiro tornou improdutivo um dos maiores palmares do mundo, tendo a província sofrido um processo de extracção predadora e ilegal de madeira. A partir de um diagnóstico realizado sobre a origem dos produtos vendidos nos mercados municipais de Quelimane (Feijó, 2016c: 8-12), constatou-se que a totalidade da farinha de trigo, 88% do frango, 75% do tomate e 66% do arroz vendido tinha origem fora da província da Zambézia e que, em grande parte, era importado.

estável e menos exposto às referidas variações, o conceito de pobreza multidimensional traduz-se no acesso a um conjunto de bens e serviços duráveis, relacionados com a educação (alguém do agregado familiar ter concluído o ensino primário completo), com a saúde (nomeadamente com o acesso a fonte de água segura e a saneamento seguro), com as condições habitacionais (cobertura de material convencional e acesso a electricidade), assim como a bens duráveis.

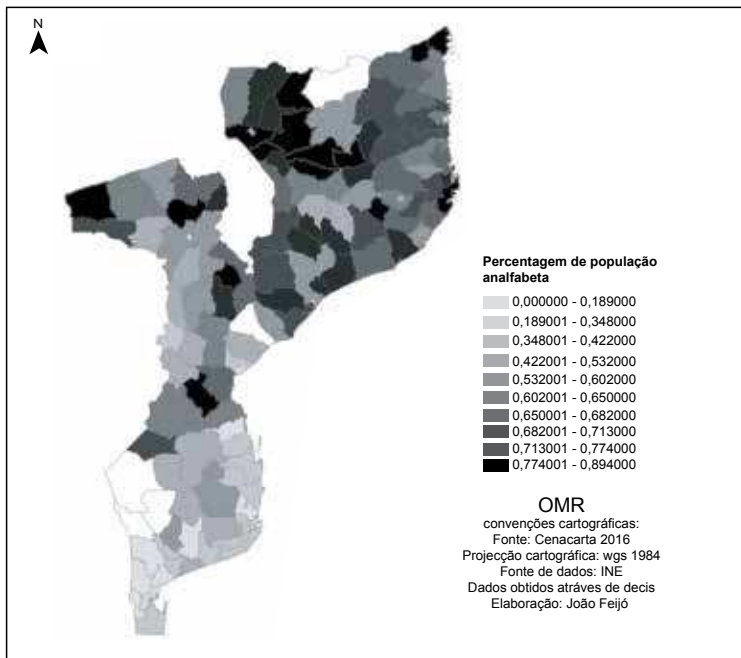
Assumindo que as migrações são estruturadas em assimetrias socio-espaciais, ao longo desta secção procura-se analisar a forma como se distribuem em termos geográficos o acesso a estes indicadores de bem-estar, procurando, de alguma forma, aferir a existência de fluxos migratórios consonantes com as disparidades geográficas. Para além dos indicadores apresentados, ao nível dos indicadores de saúde consideraram-se igualmente o rácio de médico por habitante e o tempo de acesso a água.

a) As condições de educação

A análise da distribuição espacial da população por nível de qualificação escolar permite-nos identificar profundas assimetrias espaciais. A partir dos dados do Inquerito ao orçamento das famílias (IOF) 2014/5, constata-se que as maiores taxas de analfabetismo foram identificadas no Norte do país, particularmente no corredor de Nacala, mas também nas províncias de Cabo Delgado e de Niassa, assim como em vastas áreas de Tete e Zambézia. Em 41% dos distritos de Moçambique, registaram-se taxas de analfabetismo superiores a 65%, sendo que, à excepção de Massangena, todos estes distritos estão situados a Norte do rio Save. As taxas de analfabetismo são inclusivamente elevadas nos grandes centros urbanos do Norte do País, como em Pemba (41%), Lichinga (44%), Nampula (45%), Nacala-Porto (53%) ou Ilha de Moçambique (55%).

Inversamente, encontramos taxas de analfabetismo mais reduzidas nas grandes cidades do Sul de Moçambique – como Maputo⁴⁴ (com oscilações entre 3% e 20%), Inhambane (14%), Matola (17%), Maxixe (20%) e Xai-Xai (22%) – mas também do centro do País, como Tete (22%), Beira (24%) ou Quelimane (28%).

Mapa I: Taxas de analfabetismo por distrito



b) As condições de habitação

Na linha da metodologia utilizada pelo IOF, na análise das condições de habitação considera-se o acesso a energia e o material utilizado na cobertura das residências.

⁴⁴ A cidade de Maputo apresenta grandes níveis de heterogeneidade. Se o Distrito Urbano de KaMfumo apresenta taxa de analfabetismo quase residual (3%), este indicador aumenta nas zonas sub-urbanas e peri-urbanas: KaMubukwana (14%), KaLhamankulo (15%), KaMaxaquene (15%), KaMavota (15%) e Katembe (20%).

Os resultados do IOF 2014/5 mostram a existência de um conjunto de áreas com amplo acesso a energia eléctrica (mapa 2). Em primeiro lugar, destaca-se a área metropolitana de Maputo, especialmente os distritos urbanos de Maputo Cidade (com taxas de acesso a energia sempre superiores a 91%), o distrito da Matola (90%), de Marracuene (83%) e de Boane (63%). Refira-se que os distritos com características rurais e mais próximos da capital do país continuam a apresentar taxas de acesso a energia bem superiores à média nacional, nomeadamente Magude (57%), Chokwé (50%), Moamba (50%) ou Manhiça (42%), o que demonstra que o extremo Sul do País se apresenta como um espaço particularmente privilegiado.

Em segundo lugar, destacam-se as capitais provinciais – nomeadamente Beira (90%), Pemba (85%), Quelimane (84%), Tete (74%) ou Nampula (64%). Num terceiro grupo identificam-se os distritos envolventes a importantes vias de acesso, nomeadamente a EN1 (no troço Save-Maputo) – como a cidade de Inhambane (74%), Xai-Xai (71%), Maxixe (46%), Bilene (39%), Xai-Xai (31%), Vilanculos (24%), Govuro (23%) ou Morrumbene (16%) – assim como o corredor da Beira, nomeadamente Beira (90%), Chimoio (78%), Dondo (35%), Manica (29%) e Gondola (12%).

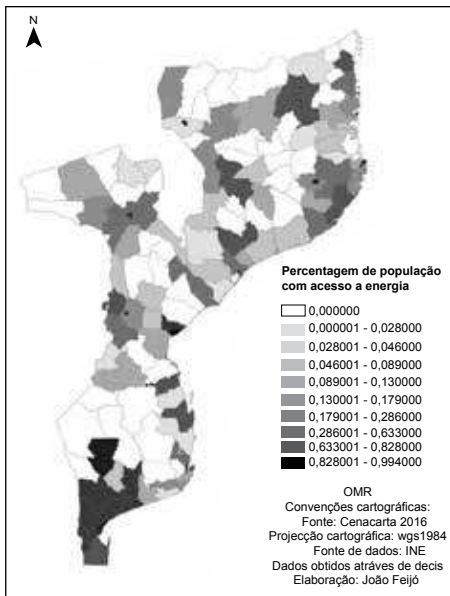
Destaca-se ainda o litoral de Nampula e de Cabo Delgado: Ilha de Moçambique (67%), Nacala-Porto (66%), Mocímboa da Praia (21%), Angoche (20%) ou Mongicual (19%).

Inversamente, nas restantes áreas do país predominam taxas de acesso a energia bastante inferiores, particularmente no interior das províncias de Gaza e Inhambane, Tete e Manica, assim como no Norte do País (Nampula, Niassa e Cabo Delgado). Ainda que, comparativamente aos inquéritos anteriores, a percentagem de populações com acesso a energia tenha aumentado, o IOF 2014/5 voltou a registar vastos territórios privados desta ligação: metade dos distritos de Moçambique apresenta taxas de electrificação média inferiores a 6,3%.

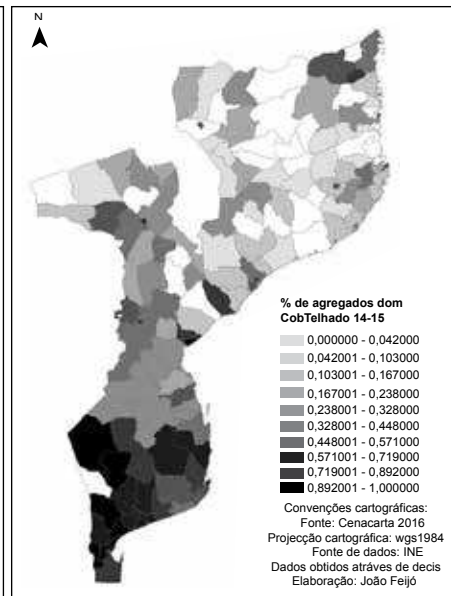
Em relação ao material utilizado para a cobertura das habitações (mapa 3), o IOF 2014/5 distingue os convencionais (nomeadamente zinco, lusalite, telha e laje de betão) dos materiais considerados precários

(capim e outros). Os dados demonstram que a utilização dos materiais convencionais na cobertura das habitações é mais evidente nas grandes cidades de Moçambique, onde atinge percentagens sempre superiores a 98%, nomeadamente toda a área metropolitana de Maputo (incluindo Boane, Matola e Marraquene), e a cidade da Beira, mas também outras capitais provinciais do Centro e Sul do País como Tete (88%), Quelimane (86%), Xai-Xai (86%), Chimoio (86%) e Inhambane (83%). Destaca-se, ainda, uma forte percentagem de acesso a materiais convencionais para cobertura dos telhados em toda a região a Sul do Save, que contrastam claramente com as províncias o Centro e Norte do País.

Mapa 2: Percentagem de agregados familiares com acesso a energia, por distrito



Mapa 3: Percentagem de agregados com habitações cobertas com material convencional



c) Água, saneamento e assistência médica

Na análise do saneamento considerou-se adequado para a população com acesso a fossa séptica ou latrina melhorada. Quanto a este indicador, os dados do IOF 2014/5 constatarem diferentes índices de desenvolvimento espacial (mapa 4). Em primeiro lugar, destacaram-se

os principais municípios de Moçambique, como Maputo (onde os cinco principais distritos urbanos⁴⁵ apresentaram taxas de acesso superiores a 75%), Beira (76%) e Matola (71%). Trata-se de locais projectados para acomodar grande parte da população colonial, que beneficiaram de grandes investimentos na construção de infra-estruturas urbanas.

Em segundo lugar, destacaram-se cidades de média dimensão, nomeadamente Xai-Xai (62%), Quelimane (62%), Tete (58%) e Chimoio (58%), Ibo (55%) ou Inhambane (50%).

Em terceiro lugar, os distritos situados na área metropolitana de Maputo – Marraquene (46%), Boane (34%) – ou mais próximos da capital e com forte integração económica com a mesma – Chokwé (33%), Magude (27%), Bilene (23%), Chibuto (22%), Moamba (23%) ou Mabalane (63%) – apresentaram valores acima da média nacional. No mesmo grupo encontram-se também os distritos envolventes à cidade de Tete, com fortes investimentos nos sectores mineiro ou hidroeléctrico – nomeadamente Moatize (19%), Cahora Bassa (22%), Changara (18%) – os distritos contíguos ao corredor da Beira – como Beira, Chimoio, Dondo (20%) e Manica (12%) –, assim como o troço Sul da EN1 – como Maxixe (28%), Govuro (18%) ou Vilanculo (18%).

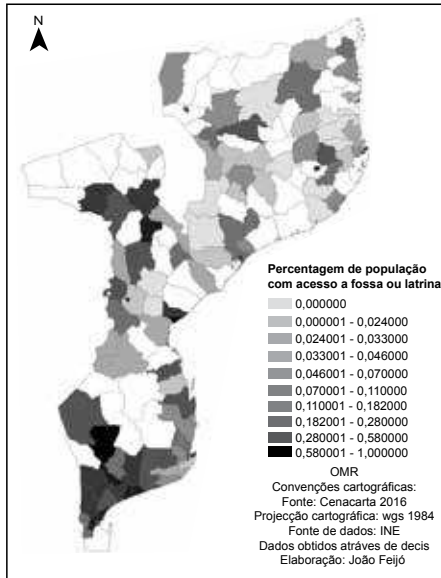
Grande parte do interior Sul ou da zona oeste de Tete, assim como das províncias de Sofala, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa apresentaram taxas residuais de acesso a saneamento melhorado. Em mais de metade dos distritos, a taxa média de acesso a fossa séptica ou latrina melhorada é inferior a 3,7%, o que demonstra que grande parte da população moçambicana está excluída de saneamento adequado.

Relativamente a água, considerou-se como indicador o tempo de acesso a este líquido no intervalo inferior a 30 minutos. Da análise dos dados constatou-se que a distribuição da população que acede a água num

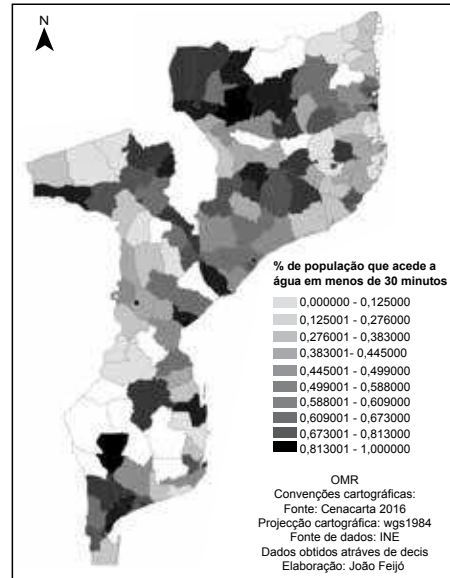
⁴⁵ Refira-se que foram constatadas fortes assimetrias no seio da província de Maputo Cidade, onde os seus distritos urbanos apresentam diferentes níveis de acesso a saneamento. De facto, se em KaMpfumo, que representa largamente a antiga “cidade de cimento”, 100% da população inquirida no IOF tem acesso a fossa séptica ou a latrina melhorada, essa taxa diminui nas áreas suburbanas – nomeadamente nos distritos urbanos de KaLhamankulo (78%) e de KaMaxaquene (76%) – e periurbanas, como KMavota (76%), KaMubukwana (75%) ou Katembe (55%), áreas que sofrem maiores problemas de planeamento e intervenção urbana.

período inferior a este tempo volta a assumir os mesmos padrões que os de saneamento (mapa 5). Enquanto nas principais cidades do país os índices aparecem elevados, a situação piora em vastas zonas do interior de Gaza e de Inhambane, assim como de Tete, Nampula e Cabo Delgado.

Mapa 4: Índice de acesso a fossa séptica ou latrina na melhorada



Mapa 5: Índice de acesso a água em menos de 30 minutos

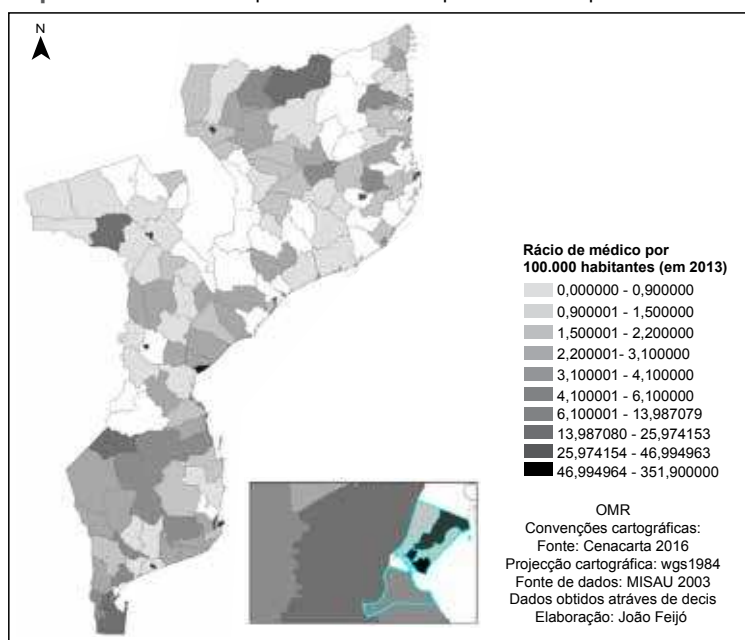


d) Médicos por distrito

As maiores discrepâncias entre o campo e a cidade podem ser sensíveis ao nível do rácio existente entre médicos por habitante (mapa 6). De acordo com os dados da Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação (2014), a maior concentração de médicos por 100.000 habitantes encontra-se no distrito urbano de KaMfumo (351,9). No extremo Sul do país, no espaço que corresponde à antiga cidade de cimento de Lourenço Marques, concentram-se 390 médicos afectos ao sistema nacional de Moçambique, que representam 28,6% do total de médicos nacionais afectos a este serviço. Neste espaço geográfico existem mais médicos do que em todo o território Nacional a Norte do

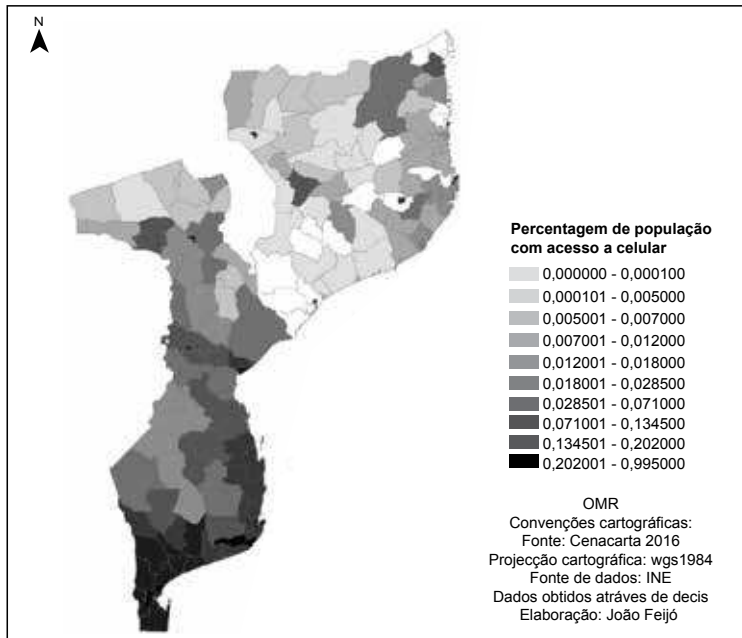
Zambeze, nomeadamente nas extensas províncias da Zambézia, Nam-pula, Niassa e Cabo Delgado. Num segundo grupo aparecem as capitais provinciais com rácios compreendidos entre 11,7 médicos (Quelimane) e 42,4 médicos (cidade de Inhambane) por cada 100.000 habitantes. Nas restantes áreas geográficas predominam as zonas onde não há médico, sendo que em mais de metade dos distritos se identificaram rácios inferiores a 2 médicos por cada 100.000 habitantes.

Mapa 6: Rácio de médicos por 1000 habitantes, por distrito e Maputo Cidade



e) Consumo de bens duráveis – telemóvel e outros

Por fim, no acesso a bens duráveis voltamos a constatar os mesmos padrões de assimetria. Com base nos dados do Censo 2007, constata-se uma forte taxa de acesso a telefone móvel nas grandes capitais provinciais, assim como em toda a província de Maputo, no litoral das províncias de Gaza e de Inhambane, assim como no corredor da Beira.

Mapa 7: Percentagem de indivíduos com acesso a telefone celular

3. Movimentos, Motivações e Períodos Migratórios

Nesta terceira secção pretende-se analisar a origem e a intensidade dos movimentos populacionais para os cinco centros urbanos estudados, os respectivos períodos e motivações migratórias, procurando compreender diferenças e aspectos comuns.

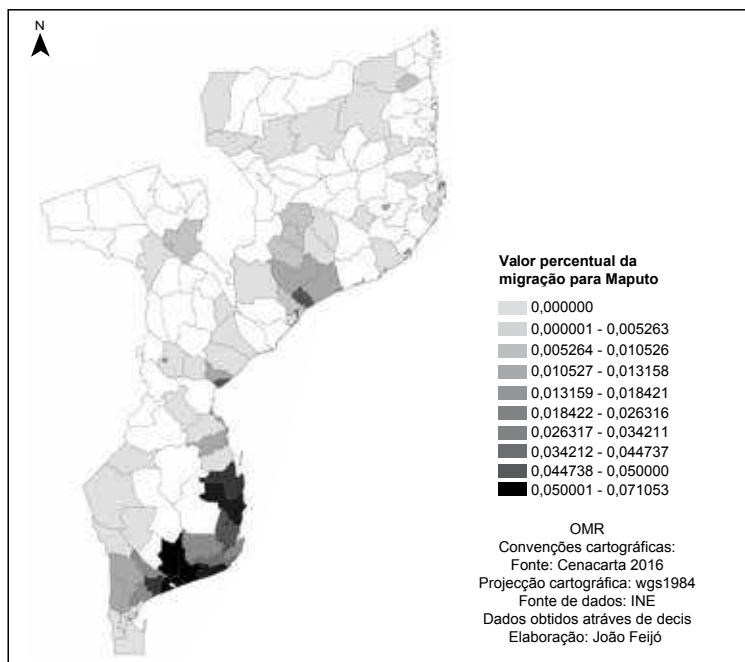
3.1. Origens e Intensidades Migratórias

Ao analisarmos as origens das populações migrantes residentes nas cidades de Maputo, Tete, Quelimane, Nacala-Porto e Pemba, constatamos a existência de três diferentes padrões migratórios. Em primeiro lugar, e enquanto capital do país, Maputo distingue-se das restantes cidades pelo facto de a sua população migrante ter a origem mais dispersa, praticamente com amplitude nacional, tornando este espaço numa

cidade multicultural. Não obstante a dispersão geográfica da população oriunda de Maputo, mais de metade desses inquiridos são provenientes do Sul de Moçambique, nomeadamente do litoral das províncias de Gaza e de Inhambane, nomeadamente de distritos como Xai-Xai (7%), Manjacaze (7%), Chibuto (6%), Massinga (5%), Zavala (5%), Vilanculos (5%), Bilene (4%), Maxixe (3%), Morrumbene (3%), Homoine (3%), Inharrime (3%), Jangamo (2%), Manhiça (2%) ou Panda (2%). Trata-se de áreas geográficas próximas da Estrada Nacional (EN1), portanto mais integradas na capital e com forte tradição migratória (quer para a África do Sul, quer para Maputo).

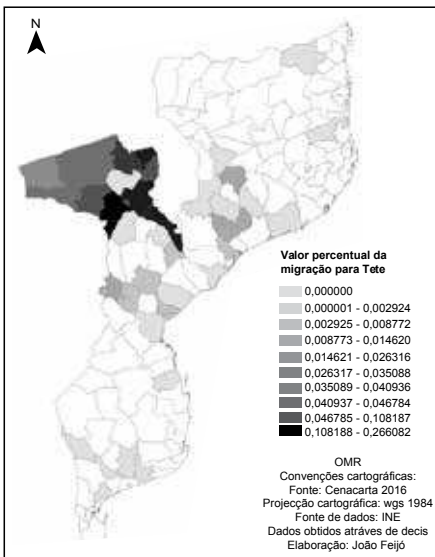
Por outro lado, destaca-se também a população oriunda da província da Zambézia (em especial do distrito de Namacurra), que representa 13% no total da população inquirida em Maputo.

Mapa 8: Origem geográfica da população inquirida em Maputo

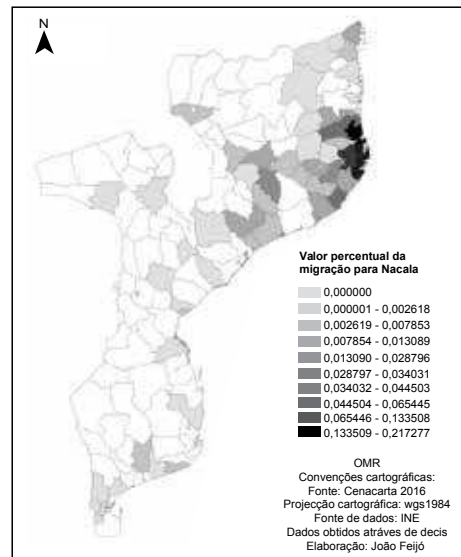


Em segundo lugar, ainda que com menor intensidade e com um âmbito migratório bastante circunscrito, respectivamente, às províncias de Tete e de Nampula, as cidades de Tete e de Nacala-Porto não deixaram de conhecer movimentos populacionais oriundos de outras províncias, particularmente de Gaza, da Zambézia e de Sofala. As regiões mais áridas do Sul da província de Tete – como os distritos de Changara (27%) ou de Mutarara (9%) – seguidas do distrito de Angónia, constituem as que mais contribuíram com migrações para a cidade de Tete. Por sua vez, distritos vizinhos, como Momba (22%), Mossuril (13%), Nacala-Velha (12%) ou Monapo (7%), constituem a principal origem da população inquirida em Nacala-Porto.

Mapa 9: Origem geográfica da população inquirida na cidade de Tete



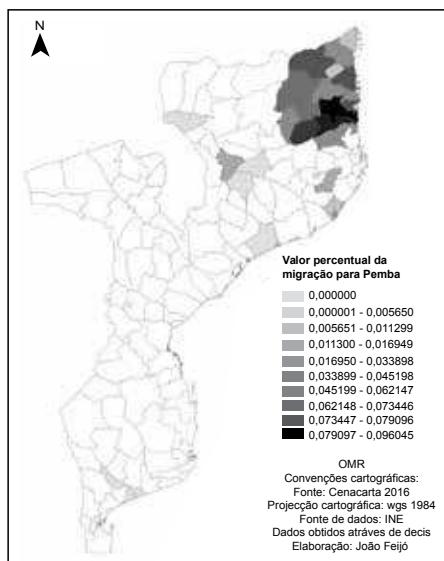
Mapa 10: Origem geográfica da população inquirida na cidade de Nacala-Porto



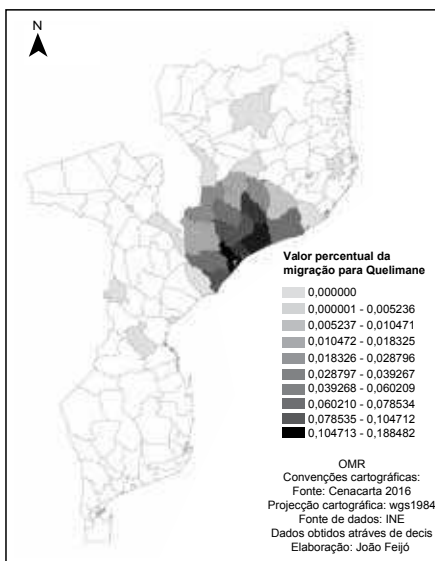
Já com uma dimensão meramente provincial, a origem dos inquiridos nas cidades de Pemba e de Quelimane é, na sua grande maioria, oriunda da própria província. Os dados sugerem uma relação entre a inexistência de grandes investimentos na cidade de Quelimane, assim como do adiamento da exploração de gás na província de Cabo Del-

gado, e a não catalisação de movimentos migratórios de âmbito mais alargado. No caso da Zambézia, a situação traduz a crise do sector agrícola na província (Mosca e Nova, 2016) com consequências migratórias para os centros urbanos mais próximos, nomeadamente de distritos com potencial agrícola entre os quais Nicoadala (19%), Inhassunge (15%), Maganja da Costa (11%), Ile (7%), Namacurra (8%) e Mocuba (6%). No caso de Pemba, ainda que tenham sido identificados indivíduos oriundos das províncias de Gaza, Zambézia, Nampula e Niassa, a maior fatia da população migrante é oriunda dos distritos mais próximos, nomeadamente de Mecúfi (10%), Ancuabe (9%), Ibo (9%), Chiúre (8%) e Namuno (7%).

Mapa 11: Origem geográfica da população inquirida na cidade de Pemba



Mapa 12: Origem geográfica da população inquirida na cidade de Quelimane



3.2. Os Períodos Migratórios

Se analisarmos os períodos migratórios constatamos que a maior fatia dos inquiridos (39%) deslocou-se para a cidade ao longo

dos últimos 10 anos, sendo a população que emigrou ainda no tempo colonial minoritária (9%).

Os dados demonstram a existência de algumas nuances. Enquanto nas cidades de Maputo (54%) e de Tete (52%) a maioria da população migrou para estas urbes ao longo dos últimos 10 anos, no caso de Nacala-Porto (37%) e de Quelimane (30%), uma importante fatia da população deslocou-se ao longo da guerra dos 16 anos (ver quadro 3).

Quadro 3: Período migratório da população inquirida, por cidade

Cidade de Destino	Período Migratório				Total
	Antes 1975	1975-1992	1993-2004	2005-2015	
Maputo	8,5%	15,2%	21,9%	54,4%	100%
Tete	3,1%	21,8%	23%	52,1%	100%
Quelimane	8,6%	30%	29,4%	32%	100%
Nacala-Porto	15,4%	37,3%	23,2%	24,1%	100%
Pemba	10%	21,1%	36,4%	32,5%	100%
Total	9,2%	25%	26,7%	39,1%	100%

3.3. As Motivações Migratórias

A principal motivação migratória dos inquiridos relacionou-se com a procura de trabalho ou de melhores rendimentos (64%). Os dados sintetizados no quadro 4 demonstram que a euforia económica vivida em torno de cidades, como Maputo, Tete, Nacala-Porto ou Pemba, impulsionou um conjunto de movimentos migratórios para estas cidades, associados à existência de trabalho ou de oportunidades de pequenos negócios. Num segundo nível de importância foi apontado, como justificação, o acesso a educação (14%), o ajuntamento com familiares (14%), a busca de melhores condições de segurança (11%) e o acesso a alimentação (9%).

Ainda que as justificações tenham sido relativamente homogéneas em todos os locais, não deixaram de se registar algumas pequenas nuances. Tendo conhecido menores volumes de investimento, torna-se compreensível que a procura de “emprego/rendimento” tenha registado uma importância inferior na cidade de Quelimane (47%), sobretudo

em comparação com os outros centros urbanos. Nesta cidade, a procura de condições de segurança (41%) em resultado da guerra dos 16 anos – particularmente actuante na província da Zambézia (Chichava, 2008: 15) – adquiriu um significativo destaque. Por outro lado, para os inquiridos residentes nas cidades de Maputo (onde até ao início do século se concentrava a maioria dos estabelecimentos de ensino secundário e superior) e de Nacala-Porto, o acesso à educação assumiu uma dimensão comparativamente superior. Em termos de género foram também manifestas algumas diferenças. Enquanto o motivo relacionado com “*procura de emprego/rendimento*” foi mais preponderante entre os homens (75%) do que entre as mulheres (51%), o “ajuntamento com familiares” foi mais referido pelas mulheres (22%) do que pelos homens (7%).

Quadro 4: Motivações migratórias dos inquiridos

Cidade de Destino	Período Migratório					
	Maputo	Tete	Quelimane	Nacala	Pemba	Total
Emprego/ Rendimento	63,5%	68,9%	47%	83,6%	57,6%	64,1%
Acesso a educação	20,9%	4%	15,7%	20,9%	7,6%	13,7%
Ajuntamento com familiares	17,6%	13,2%	16,2%	11%	9,9%	13,5%
Condições de segurança	3,6%	2,9%	41,1%	5,7%	2,6%	11,3%
Acesso a alimentação	1,9%	2,9%	6,8%	23,2%	9,4%	8,9%
Acesso a energia	1,9%	1,1%	9,4%	18,8%	7%	7,7%
Acesso a água	1,9%	1,3%	8,9%	17%	7,8%	7,5%
Acesso a transporte/ comunicação	1,4%	0,8%	6,8%	21,4%	6%	7,3%
Acesso a saúde	3%	1,6%	11,5%	15,9%	3,9%	7,2%
Produtos /serviços disponíveis	3%	1,3%	7,3%	12,5%	2,6%	5,4%
Acesso a terreno	0,5%	0,8%	1%	10,4%	2,9%	3,2%
Outro motivo	4,7%	5,2%	0%	2,1%	3,4%	3%

Conclusão

Ao longo das últimas décadas, a população residente no actual território moçambicano permaneceu em contínuo movimento, voluntário ou forçado. Por um lado, as fronteiras traçadas na conferência de Berlim não interromperam movimentos transfronteiriços ancestrais, estruturados nas continuidades etno-linguísticas regionais. Por outro lado, os grandes projectos coloniais constituíram, inclusivamente, um factor do trabalho migratório. A indústria mineira e a economia de plantação das colónias vizinhas (assim como no centro de Moçambique), a construção de infra-estruturas urbanas e de transporte (rodoviário e ferroviário), entre outras, careciam de uma grande quantidade de mão-de-obra barata, tendo Moçambique proporcionado a constituição dessa reserva na região, permitindo a concretização dos projectos capitalistas coloniais.

Contudo, através da instituição de contratos sazonais (que implicavam o regresso periódico de trabalhadores rurais ao local de origem), da Lei do Passe ou da associação do crime de desemprego ao trabalho obrigatório, os Estados coloniais foram evitando a migração descontrolada de populações africanas para as grandes cidades. Após a independência, a partida dos colonos e o desmantelamento de muitas unidades económicas, agravado pela brusca diminuição do recrutamento de mineiros moçambicanos para a África do Sul, traduziram-se no aumento do desemprego, com particular incidência nas zonas urbanas. As políticas de deslocamento forçado ou os obstáculos criados à deslocação interna criadas nos primeiros anos após a independência não deixaram de se apresentar em continuidade com as práticas coloniais, não obstante o alastramento do conflito armado as ter tornado ineficazes. A insegurança no campo gerou inúmeros refugiados de guerra, aumentando as populações nas cidades, sem que este processo tenha sido acompanhado pela industrialização, pelo aumento do emprego e pela criação de infra-estruturas urbanas.

A aprovação da Constituição de 1990, que consagra o direito de livre circulação dos indivíduos, a assinatura do Acordo Geral de Paz, a destruição das redes económicas rurais e o aumento do investimen-

to estrangeiro, inicialmente em torno da área metropolitana de Maputo, prolongaram a tendência migratória para os centros urbanos, particularmente para a capital do país. Os dados sugerem, contudo, um abrandamento dessas tendências migratórias, em virtude dos efeitos das políticas de ajustamento estrutural. A Sul do Save, a África do Sul manteve-se como importante destino dos mais jovens. Já no novo milénio, a revitalização de projectos relacionados com a indústria extractiva em cidades de média dimensão (como Tete, Nacala-Porto ou Pemba) teve um efeito migratório atractivo para estes locais, descentralizando os fluxos populacionais para fora da capital do país.

O impacto dos grandes projectos extractivos ao nível da criação de emprego tem sido bastante discutido. Por um lado, o grande investimento intensivo em tecnologia não é acompanhado pela criação de postos de trabalho capazes de absorver a procura (Castel-Branco *et al.*, 2010). Em segundo lugar, os movimentos migratórios rural-urbanos propiciam a concentração de um forte contingente de uma mão-de-obra disponível e com qualificações indiferenciadas, exercendo uma pressão sobre a diminuição dos salários, favorecendo o sector capitalista privado e aumentando as desigualdades sociais. Trata-se de um processo que não deixa de se apresentar em continuidade com as políticas coloniais, através das quais as famílias rurais subsidiaram o sector capitalista urbano, contribuindo com mão-de-obra sazonal, não qualificada, taylorizada e barata, compensando os baixos rendimentos com actividades rurais de subsistência. A incapacidade de absorção destas populações pelo mercado de trabalho urbano concorre para o aumento do desemprego, para a informalização das actividades económicas e para a saturação das infra-estruturas das cidades. A concentração do grande investimento num reduzido conjunto de mega-projectos, localizados em áreas específicas, concorre para o aumento das desigualdades socio-espaciais, incentivando os movimentos migratórios para os centros industriais.

Contrariamente às restantes cidades e constituindo a capital de uma província cuja base económica assenta na agricultura, as correntes migratórias para a cidade de Quelimane assumiram uma característica distinta das restantes cidades analisadas. Por um lado, enquanto nas

restantes cidades a população migrante tem uma origem mais diversificada (de nível inter-provincial ou até mesmo nacional), a população que se desloca para a cidade de Quelimane é maioritariamente oriunda da província da Zambézia. Por outro lado, se a procura de emprego e de rendimento constituiu a principal motivação migratória nas cidades de Maputo, Tete ou Nacala, entre os inquiridos na cidade de Quelimane a procura de segurança adquiriu uma importância comparativamente maior. Este comportamento migratório constituiu uma reacção aos efeitos destrutivos da guerra dos 16 anos na província da Zambézia, mas também uma consequência da não-revitalização da economia agrícola na província, historicamente assente na plantação e no agro-processamento.

A literatura demonstra que as migrações e o assalariamento de muitas populações rurais têm exercido um impacto sobre a monetarização dessas economias, sobre os hábitos de consumo ou sobre os sistemas de organização do trabalho e de reprodução familiar, aumentando, inclusive, a diferenciação social entre as famílias rurais. Porém, as análises constataam os efeitos dúbios que as deslocações populacionais exercem sobre o meio rural. Se, por um lado, as remessas das populações migrantes atenuam situações de pobreza no local de origem, a deslocação de mão-de-obra masculina em idade activa priva o campo da força de trabalho necessária para o aumento da produção e venda no mercado, tornando as populações rurais continuamente dependentes de variáveis externas (relacionadas com a economia urbana ou da África do Sul) e difíceis de controlar. A ausência de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento da pequena agricultura familiar torna, não só esta actividade pouco rentável, como incentiva as opções migratórias nas segundas gerações, reproduzindo a situação de dependência da economia rural em relação ao exterior. Os movimentos migratórios rural-urbanos tornam-se, simultaneamente, uma causa e uma consequência de políticas de desenvolvimento do campo ineficazes.

CAPÍTULO 2

MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE E INTEGRAÇÃO NO MEIO URBANO

Ramos C. Muanamoha e Inês M. Raimundo

Introdução

Moçambique é um dos países da África Austral que tem registado uma intensa mobilidade da população que, até muito recentemente, foi justificada por factores políticos (guerra dos 16 anos, invasões armadas estrangeiras) e ambientais (inundações, ciclones, secas). Estas deslocações têm como consequência espacial a rápida urbanização.

Porém, apesar de muitos estudos realizados nos últimos anos, pouco tem sido discutido em relação às migrações internas. A falta de interesse pelas migrações internas, talvez pela complexidade que existe na sua explicação e no tipo de pessoas que são classificadas na categoria de migrantes internos, faz com que algumas questões relevantes sobre migrações sejam ainda pouco exploradas, como é o caso do processo de integração nas áreas de destino.

No contexto deste trabalho, entenda-se por “migrante” toda a pessoa que nasceu fora da actual cidade de residência, independentemente da duração do tempo de residência nessa cidade. Portanto, esta pessoa, enquanto continuar a residir fora do local de nascimento, será sempre migrante para o resto da vida.

Neste capítulo faz-se a análise do processo de integração dos migrantes de origem rural no meio urbano, em Moçambique, com recurso aos resultados da pesquisa levada a cabo em 2016 nas cidades de Maputo, Tete, Quelimane, Nacala-Porto e Pemba. As variáveis que constituem o objecto de análise são: o tempo de residência na cidade de estudo; estado civil; nível de escolaridade; relacionamento com a vizinhança; filiação em associações (religiosas, partidárias ou desportivas); ocupação; nível de rendimento; posse de bens na cidade; e tipo de propriedade da habitação.

1. Integração Social dos Migrantes

Esta secção trata da integração social dos migrantes rurais nas cidades estudadas, com base na análise de mudanças nos aspectos como estado civil, nível de escolaridade, relacionamento com a vizinhança e filiação em associações, em função do tempo de residência na cidade de destino. A literatura indica que o processo de integração social dos migrantes nas comunidades de destino ocorre com maior facilidade à medida em que o tempo de residência aumenta (vide, por exemplo, Muanamoha, 2010).

1.1. Estado Civil dos Migrantes segundo o Tempo de Residência na Cidade

Para Marques e Rodrigues (2006: 5) a migração é selectiva por estado civil, *“já que é muito mais fácil para um indivíduo solteiro, sem cônjuge e filhos, migrar em busca de melhores salários e oportunidades de emprego e estudo”*. Entretanto, é de notar que, com o decorrer do tempo, e à medida que o processo de integração social vai ocorrendo, os migrantes são mais propensos a envolverem-se em uniões maritais, o que, por conseguinte, pode alterar o seu estado civil inicial.

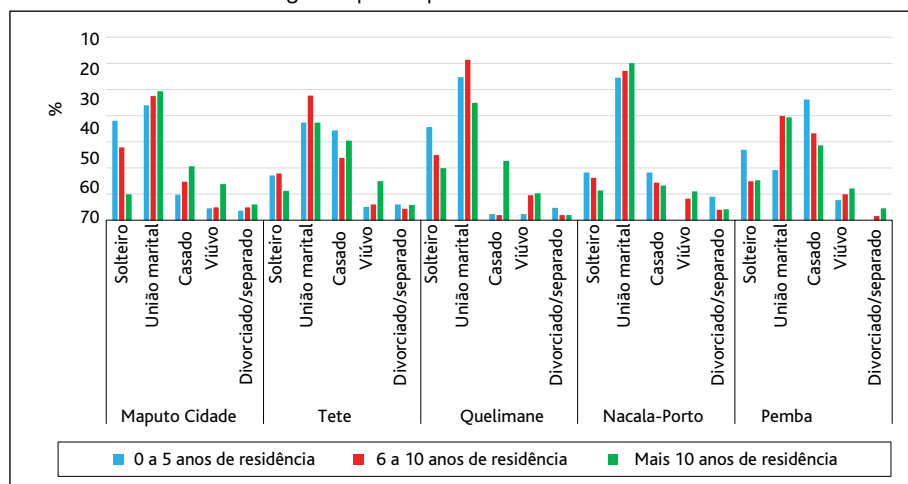
Neste estudo observa-se que, independentemente do tempo de residência na cidade de destino, o estado civil que predomina entre os

migrantes é o de união marital (quadro 1), embora fosse de esperar que, entre os migrantes mais recentes, predominasse o estado civil de solteiro, por tratar-se de indivíduos relativamente jovens (56,1% de migrantes com até 5 anos de tempo de residência na cidade estão na faixa etária de 15 a 34 anos). Isto pode significar que grande parte dos que migram para as cidades são indivíduos com famílias já constituídas, já que 61,5% dos migrantes mais recentes (aqueles com até 5 anos de tempo de residência na cidade) são casados ou unidos maritalmente, conforme indica o quadro 1.

Quadro 1: Estado civil dos migrantes por tempo de residência na cidade

Estado civil	Tempo de residência na cidade			Total
	0 a 5 anos	6 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Solteiro (%)	29,5	20,4	13,8	17,6
União marital (%)	41,6	50,2	47	46,6
Casado (%)	19,9	18,3	22,6	21,4
Viúvo (%)	4,5	7,6	12,2	10,1
Divorciado/separado (%)	4,5	3,5	4,4	4,3
Total (%)	100	100	100	100
Número de migrantes	312	289	1206	1897

Note-se, no quadro 1, que a proporção de migrantes casados ou unidos maritalmente aumenta com o tempo de residência na cidade. Em contrapartida, a proporção de migrantes solteiros reduz à medida que o tempo residência na cidade aumenta, o que sugere que, com mais tempo na cidade, os migrantes vão constituindo famílias, um indicador de integração social na comunidade de destino. Esta tendência predomina em todas as cidades estudadas (vide gráfico 1).

Gráfico I: Estado civil dos migrantes por tempo de residência nas cidades estudadas

1.2. Nível de Escolaridade Segundo o Tempo de Residência na Cidade

A literatura indica que, até ao passado muito recente, a migração rural-urbana em África associava-se às oportunidades que o meio urbano podia oferecer, não apenas em termos de emprego e melhores rendimentos, mas também do ponto de vista de acesso aos serviços de melhor qualidade, dentre eles a educação (vide Potts, 1997; 1995). A motivação para estudos, entre os migrantes de origem rural no meio urbano, foi também confirmada por Jannuzzi (2000), ao constatar que o nível de escolaridade dos migrantes mais antigos na cidade era melhor que o dos migrantes mais recentes, sugerindo uma maior mobilidade social dos migrantes com mais tempo de residência no meio urbano.

A análise da informação sobre o nível de escolaridade dos migrantes no momento em que chegaram às cidades estudadas (quadro 2a) indica, no geral, uma proporção significativa (22,1%) de analfabetos. Entretanto, quando se analisa a mesma informação em função do tempo de residência na cidade, observa-se que, entre os migrantes mais recentes (com tempo de residência de até 5 anos), a proporção de analfabetos, no

momento da chegada à cidade, era relativamente menor (apenas 9,5%, em comparação com 17,5% e 26,5% de analfabetos, entre os migrantes com tempo de residência de 6 a 10 e de mais de 10 anos, respectivamente). Isto pode ser uma indicação de que a presença de migrantes não escolarizados nos fluxos migratórios mais recentes está a reduzir.

Quadro 2a: Nível de escolaridade dos migrantes ao chegar à cidade por tempo de residência

Nível de escolaridade ao chegar à cidade de residência	Tempo de residência na cidade			Total
	0 a 5 anos	6 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Analfabeto (%)	9,5	17,5	26,5	22,1
Menos que 5. ^a classe (%)	14,7	19,3	31,1	26,4
5. ^a classe (%)	12,4	15,4	12,5	13
7. ^a classe (%)	27,1	22,1	16,9	19,5
10. ^a classe (%)	19,3	11,4	7,8	10,4
12. ^a classe (%)	13,7	11,4	4,2	7
Ensino superior (%)	3,3	2,9	1	1,6
Total (%)	100	100	100	100
Número de migrantes	306	280	1180	1766

O nível de escolaridade actual dos migrantes é apresentado no quadro 2b. Este quadro, quando comparado com o anterior, indica que a proporção dos migrantes menos escolarizados (analfabetos e com menos que 5.^a classe) baixou significativamente, principalmente entre os migrantes com mais de 10 anos de tempo de residência na cidade. Entre este grupo, a proporção de analfabetos e dos com menos que 5.^a classe, no momento da chegada à cidade, era de 26,5% e 31,1%, respectivamente (quadro 2a), estando actualmente em 17,5% e 20,1%, respectivamente (quadro 2b).

Estes resultados sugerem que a chegada à cidade se traduz num aumento do nível de escolaridade. Note-se que o “acesso à educação” constitui a motivação migratória em 13% dos inquiridos. Isto justifica o aumento da proporção de migrantes com nível de 12.^a classe e superior que, respectivamente, passou de 4,2% e 1%, no momento da chegada à cidade (quadro 2a), para 15,7% e 6,4%, actualmente (quadro 2b).

Quadro 2b: Nível de escolaridade actual dos migrantes por tempo de residência na cidade

Nível de escolaridade ao chegar à cidade de residência	Tempo de residência na cidade			Total
	0 a 5 anos	6 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Analfabeto (%)	7,1	13,4	17,5	15
Menos que 5.ª classe (%)	12	13,1	20,1	17,6
5.ª classe (%)	8,7	6	8,1	7,9
7.ª classe (%)	24,6	18,4	16,5	18,2
10.ª classe (%)	21,4	21,2	15,9	17,7
12.ª classe (%)	19,7	16,3	15,7	16,5
Ensino superior (%)	6,5	11,7	6,4	7,2
Total (%)	100	100	100	100
Número de migrantes	309	283	1191	1783

1.3. Relacionamento dos Migrantes com a Vizinhança na Cidade

Os resultados da pesquisa indicam que, no geral, os migrantes mantêm algum relacionamento com a sua vizinhança. De um total de 1.803 migrantes, 92,2% sabem o nome dos seus vizinhos, e este saber aumenta com o tempo de residência na cidade (quadro3).

Quadro 3: Conhecimento do nome dos vizinhos pelos migrantes por tempo de residência na cidade

Sabe o nome dos vizinhos	Tempo de residência na cidade			Total
	0 a 5 anos	6 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Sim (%)	87,9	89,2	94	92,2
Não (%)	12,1	10,8	6	7,8
Total (%)	100	100	100	100
Número de migrantes	314	287	1202	1803

Os resultados também sugerem alguma regularidade no relacionamento com a vizinhança, expressa na frequência de visitas, já que cerca de 60%, de um universo de 1.812 migrantes, visitam os seus vizinhos com frequência diária ou de pelo menos uma vez por semana, e somente 7,1% não efectuam nenhuma visita (quadro 4).

Quadro 4: Frequência de visitas aos vizinhos por tempo de residência na cidade

Frequência de visitas aos vizinhos	Tempo de residência na cidade			Total
	0 a 5 anos	6 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Todos os dias (%)	35,6	26,9	29,5	30,1
Uma ou várias vezes por semana (%)	28,2	25,9	29,6	28,8
Uma ou várias vezes por mês (%)	5,8	9,0	7,7	7,6
Ocasionalmente (%)	14,7	29,7	28,7	26,4
Nenhuma (%)	15,7	8,5	4,5	7,1
Total (%)	100	100	100	100
Número de migrantes	312	290	1210	1812

Note-se, porém, que a frequência de visitas diárias aos vizinhos é relativamente maior entre os migrantes mais recentes (com tempo de residência na cidade de até 5 anos), provavelmente por tratar-se de indivíduos que estão ainda na fase de construção de novos relacionamentos e amizades de que precisam para a sua sobrevivência no novo meio urbano. No caso de Maputo foi possível constatar que muitos inquiridos habitavam em casas comboio, em função da respectiva zona de origem. Também, em várias situações, constatou-se que indivíduos da Zambézia ficavam em dependências e quartos junto a outros indivíduos da Zambézia, que já lá moravam, e, por vezes, foi através deles que foram para lá.

1.4. Filiação Associativa no Local de Origem e na Cidade de Destino

A filiação em associações ou organizações comunitárias constitui mais um indicador de integração social (vide Lussi, 2013). Através da sua filiação associativa, os migrantes podem obter informação sobre os seus direitos, condições de acesso ao emprego, serviços de educação, saúde, segurança social, etc. (Fonseca e Goraci, 2007).

Nesta secção é analisada informação sobre a filiação de migrantes de origem rural em alguma associação no local de origem e na cidade de destino (quadro 5), no sentido de se aferir o seu nível de integração social no meio urbano.

Com efeito, o quadro 5 indica que a proporção de migrantes filiados no associativismo é relativamente maior no local de destino urbano (39,6%) do que no local de origem rural (31%). Note-se também que, no que se refere ao envolvimento dos migrantes em associativismo, o maior destaque vai para a sua filiação em organizações religiosas e associações políticas, tanto no local de destino quanto no de origem. No entanto, a proporção dos migrantes filiados em organizações religiosas e associações partidárias é relativamente mais elevada no local de destino (com respectivamente 16,2% e 11% de migrantes) do que no local de origem (com 10,7% e 4,3% de migrantes, respectivamente) (vide quadro 5). Note-se que, no que se refere às associações políticas, trata-se sobretudo das chamadas organizações democráticas de massas (OMM, OJM, etc.), com um papel socializador importante.

Quadro 5: Filiação associativa dos migrantes no local de origem e destino

		Local de origem (rural)	Local de destino (urbano)
Filiação associativa em geral	Sim (%)	31	39,6
	Não (%)	69	60,4
	Total (%)	100	100
	Número de migrantes	1918	1919
Filiação na comissão de moradores	Sim (%)	1,1	3,3
	Não (%)	98,9	96,7
	Total (%)	100	100
	Número de migrantes	1917	1919
Filiação em associação sindical	Sim (%)	0,3	1,4
	Não (%)	99,7	98,6
	Total (%)	100	100
	Número de migrantes	1918	1919
Filiação em associação sindical	Sim (%)	0,3	1,4
	Não (%)	95,7	89,0
	Total (%)	100	100
	Número de migrantes	1916	1919
Filiação em associação política	Sim (%)	4,3	11
	Não (%)	95,7	89
	Total (%)	100	100
	Número de migrantes	1916	1919
Filiação em organização religiosa	Sim (%)	10,7	16,2
	Não (%)	89,3	83,8
	Total (%)	100	100
	Número de migrantes	1917	1919

Continuação quadro 5

		Local de origem (rural)	Local de destino (urbano)
Filiação em associação cultural	Sim (%)	2,5	3,6
	Não (%)	97,5	96,4
	Total (%)	100	100
	Número de migrantes	1918	1918
Filiação em organização desportiva	Sim (%)	2,5	2,8
	Não (%)	97,5	97,2
	Total (%)	100	100
	Número de migrantes	1918	1919

Uma análise da filiação associativa dos migrantes, segundo o tempo de residência na cidade de destino, revela que o nível de pertença aumenta à medida que o tempo de sua permanência na cidade também aumenta (vide quadro 6), o que reflecte a consolidação da integração social ao longo do tempo.

De acordo com o quadro 6, de entre os migrantes residentes há menos de 5 anos na cidade, apenas 28% estão filiados em alguma associação. Em contrapartida, entre os migrantes com mais de 10 anos de residência na cidade, a proporção de filiados é maior (42,9%).

Portanto, tal como observado por Malheiros (2006), a integração constitui um processo tendencialmente de longo prazo, que começa com a chegada do migrante rural à cidade e termina quando este se torna um cidadão activo da sociedade urbana, do ponto de vista social, económico, educacional e cultural. Trata-se, também, de um processo multi-dimensional, pois, de acordo com Malheiros (*op. cit.*), se relaciona com as condições que o migrante encontra para a sua participação efectiva na vida económica, social, cultural, civil e política do local de destino.

Quadro 6: Filiação associativa dos migrantes segundo o tempo de residência na cidade

Filiação associativa	Tempo de residência na cidade de destino		
	0 a 5 anos	6 a 10 anos	+ de 10 anos
Sim (%)	28	36,6	42,9
Não (%)	72	63,4	57,1
Total (%)	100	100	100
Número de migrantes	314	290	1213

A análise da filiação associativa dos migrantes nas cinco cidades de estudo revela diferenças significativas entre as mesmas (quadro 7).

Quadro 7: Filiação dos migrantes a associações/organizações segundo a cidade de destino

Filiação associativa	Cidade de destino				
	Maputo	Tete	Quelimane	Nacala Porto	Pemba
Sim (%)	25,7	35	51	63,4	22,7
Não (%)	74,3	65	49	36,6	77,3
Total (%)	100	100	100	100	100
N.º de migrantes	385	383	384	383	384

A cidade de Nacala-Porto é a que apresenta maior proporção de migrantes filiados numa associação (63,4%), seguida pelas cidades de Quelimane (com 51%) e Tete (35%). As cidades de Pemba e Maputo são as que apresentam menores proporções de migrantes filiados (com 22,7% e 25,7%, respectivamente). Note-se, mais uma vez, que as organizações religiosas e associações políticas são as que se apresentam com maior participação de migrantes.

2. Integração Económica dos Migrantes

A análise da integração económica dos migrantes é feita com base nos indicadores ocupação, nível de rendimento, posse de negócios, e posse de alguns bens seleccionados.

2.1. Ocupação Principal dos Migrantes no local de origem e na Cidade de Destino

Inicialmente, faz-se uma avaliação da mudança na ocupação dos migrantes, comparando-se o tipo de ocupação principal no local de origem com o tipo de ocupação principal na cidade de destino, como ilustram os Quadros 8 e 9.

Quadro 8: Migrantes segundo a ocupação principal no local de origem

Ocupação principal no local de origem	Migrantes (%)
Trabalhador não qualificado na agricultura /pesca/indúst extractiva	64,2
Estudante	21,6
Vendedor	6,7
Outra	7,5
Total	100
N.º de migrantes	1031

Quadro 9: Migrantes segundo a ocupação principal na cidade de destino

Ocupação principal na cidade de destino	Migrantes (%)
Vendedor	30,7
Trabalhador não qualificado na agricultura/pesca/indúst extractiva	18
Trabalhador qualificado na indústria e sector de construção	10,3
Dona de casa	5,5
Professor	5,4
Trabalhador dos serviços de protecção e segurança	5,3
Estudante	5,0
Trabalhador de serviços pessoais e de apoio ao cliente	4,6
Outra	15,1
Total	100
N.º de migrantes	999

A partir do quadro 8 pode-se perceber que a ocupação principal dominante entre os migrantes no local de origem relaciona-se, sobretudo, com a prática da actividade agrícola ou de pesca, ou ainda extractiva, tendo sido referida por mais de 3/5 dos inquiridos (64,2%). A segunda ocupação principal no local de origem mais referida pelos migrantes é a de estudante (com 21,6% dos inquiridos). Portanto, os dados sugerem que os migrantes nas cidades de estudo são maioritariamente camponeses, que buscam novas fontes de rendimento, assim como alguns jovens que pretendem prolongar a sua formação ou encontrar oportunidade de emprego no meio urbano.

Uma vez na cidade, a proporção de migrantes em actividades agrícolas declinou (para 18%) e, em contrapartida, aumentou a proporção de vendedores (para 30,7%), uma clara indicação do envolvimento dos migrantes na actividade do comércio informal que caracteriza as cidades moçambicanas na actualidade, à semelhança do que ocorre na maioria das cidades africanas (vide Potts, 2011). Por outro lado, algumas ocupações qualificadas ganharam um relativo peso entre os migrantes, como é o caso da ocupação na indústria e no sector de construção, bem como no sector de serviços (vide quadro 9).

2.2. Rendimento dos Migrantes no Local de Origem e na Cidade de Destino

Nesta secção, procura-se avaliar o processo de integração dos migrantes no local de destino, do ponto de vista económico, analisando os níveis do seu rendimento mensal no conjunto de todas as actividades, quer na origem, quer no destino (quadro 10).

Quadro 10: Migrantes segundo o rendimento mensal no local de origem e de destino

Rendimento mensal (em Meticais)	Migrantes no local de origem (%)	Migrantes na Cidade de destino (%)
<1.000,00	73,8	20,4
1.000,00 – 1.183,00	18	31,8
1.184,00 – 8.000,00	5,6	29,5
8.001,00 – 15.000,00	1,5	9,8
>15.000,00	1,1	8,6
Total	100	100
No de migrantes	1364	1747

De acordo com os dados apresentados no quadro 10, os níveis de rendimento mensal dos migrantes melhoraram significativamente, quando estes se mudaram do meio rural para o urbano. A proporção de migrantes com um rendimento mensal inferior a 1.000 meticais baixou

consideravelmente, de 73,8% no local de origem, para 20,4%, na cidade de destino. Enquanto isso, a proporção dos migrantes com um rendimento mensal entre 1.000 e 8.000 meticais mais que duplicou, ao passar de 23,6% (no local de origem) para 61,3% (no local de destino). Igualmente, a proporção de migrantes com um rendimento mensal superior a 8.000 meticais subiu de 2,6% (no local de origem rural) para 18,4% (no local de destino urbano).

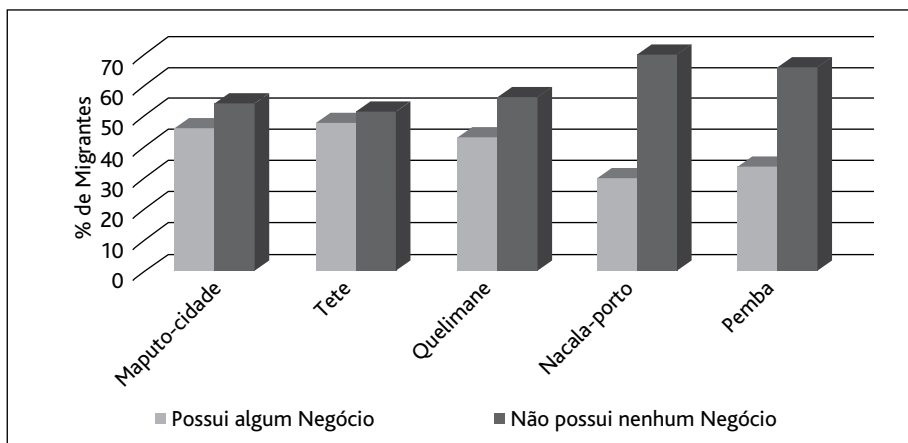
Portanto, os dados apresentados no quadro 10 aparentam alguma melhoria dos níveis de rendimento dos migrantes nas cidades de estudo. Porém, importa ressaltar algumas reservas nesta aparência. Note-se que muitos migrantes deixaram o local de destino há mais de 10 anos, por vezes há 20 anos, altura em que 1.000 meticais representavam mais do que representam hoje. Por outro lado, alguns estudos chamam a atenção para o facto de o declínio económico que se regista na maioria dos países africanos, desde a década de 1980, estar a afectar negativamente os rendimentos reais de uma grande proporção da população urbana, incluindo a oferta de empregos e a provisão de serviços urbanos, o que tem gerado pobreza urbana e, conseqüentemente, uma desaceleração do crescimento urbano (Potts, 2009; 1997; 1995). No caso particular de Moçambique, Tvedten *et al.* (2013) observam que, na África contemporânea, o país tem uma das taxas de pobreza urbana mais altas (50%) que não está muito distante da rural (57%).

2.3. Posse de Negócios pelos Migrantes na Cidade de Destino

Um outro indicador de integração económica dos migrantes no meio urbano é a oportunidade de desenvolver negócios próprios. Os dados do conjunto das cinco cidades estudadas indicam que 40,4% de um total de 1.907 migrantes realizam alguma actividade por conta própria. Esta cifra, analisada por cada uma das cidades, revela que nas cidades de Tete, Maputo e Quelimane, a proporção dos migrantes que possui algum negócio é relativamente mais elevada (com respectivamente

48,6%, 45,9% e 43,4%) do que nas cidades de Nacala-Porto (30,3%) e Pemba (34,1%) (vide gráfico 2).

Gráfico 2: Migrantes segundo a posse de algum negócio na cidade de destino



Note-se, porém, que o tipo de negócio predominante na grande maioria dos migrantes que o possui relaciona-se com a compra e revenda de uma variedade de produtos (alimentares, bebidas, roupa, material eléctrico e de construção, etc.).

2.4. Posse de Bens pelos Migrantes no Local de Origem e na Cidade de Destino

A integração dos migrantes nas comunidades de destino urbanas torna-se também evidente quando estes demonstram capacidade de posse de bens de consumo de vária ordem e de natureza urbana. Nesta secção, procura-se avaliar a integração dos migrantes nas cidades de estudo a partir da verificação de alguns tipos de bens possuídos no local de origem e na cidade de destino, concretamente a posse de telemóvel, rádio, televisor, aparelho de música ou DVD, computador, bicicleta, motorizada e automóvel (vide quadros 11a a 11h).

Quadro IIa: Migrantes segundo a posse de telemóvel no lugar de origem e na cidade

Cidade	Posse de telemóvel no local de origem				Posse de Telemóvel na cidade			
	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)
Maputo	31,6	68,4	100	348	91,9	8,1	100	345
Tete	14,7	85,3	100	382	72	28	100	382
Quelimane	5,2	94,8	100	383	81	19	100	384
Nacala-Porto	18	82	100	384	79,7	20,3	100	384
Pemba	24,2	75,8	100	384	88	12	100	384
Total	18,5	81,5	100	1881	82,3	17,7	100	1879

Quadro IIb: Migrantes segundo a posse de rádio no lugar de origem e na cidade

Cidade	Posse de rádio no local de origem				Posse de rádio na cidade			
	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)
Maputo	62	38	100	345	73	27	100	348
Tete	36,3	63,7	100	383	47,8	52,2	100	383
Quelimane	17,4	82,6	100	384	56,5	43,5	100	384
Nacala-Porto	28,4	71,6	100	384	71,6	28,4	100	384
Pemba	50,8	49,2	100	384	77,3	22,7	100	384
Total	38,5	61,5	100	1880	65,1	34,9	100	1883

Quadro IIc: Migrantes segundo a posse de televisor no lugar de origem e na cidade

Cidade	Posse de televisor no local de origem				Posse de televisor na cidade			
	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)
Maputo	21,5	78,5	100,0	349	83,7	16,3	100,0	349
Tete	7,6	92,4	100,0	383	70,2	29,8	100,0	383
Quelimane	2,9	97,1	100,0	384	74,5	25,5	100,0	384
Nacala-Porto	8,9	91,1	100,0	383	70,1	29,9	100,0	384
Pemba	18,8	81,2	100,0	384	85,2	14,8	100,0	384
Total	11,7	88,3	100,0	1883	76,6	23,4	100,0	1884

Quadro II d: Migrantes segundo a posse de aparelho de música/DVD no lugar de origem e na cidade

Cidade	Posse de aparelho de música/DVD no local de origem				Posse de aparelho de música/DVD na cidade			
	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)
Maputo	17,6	82,4	100	347	66,9	33,1	100	347
Tete	7,3	92,7	100	383	56,4	43,6	100	383
Quelimane	6,2	93,8	100	384	47,1	52,9	100	384
Nacala-Porto	6,5	93,5	100	384	62,8	37,2	100	384
Pemba	14,3	85,7	100	384	68,1	31,9	100	383
Total	10,3	89,7	100	1882	60,1	39,9	100	1881

Quadro II e: Migrantes segundo a posse de computador no lugar de origem e na cidade

Cidade	Posse de computador no local de origem				Posse de computador na cidade			
	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)
Maputo	2,6	97,4	100	345	28,4	71,6	100	348
Tete	0,8	99,2	100	383	11,8	88,2	100	382
Quelimane	0,8	99,2	100	384	15,4	84,6	100	384
Nacala-Porto	2,6	97,4	100	384	19,3	80,7	100	384
Pemba	4,9	95,1	100	384	34,1	65,9	100	384
Total	2,3	97,7	100	1880	21,7	78,3	100	1882

Quadro II f: Migrantes segundo a posse de bicicleta no lugar de origem e na cidade

Cidade	Posse de bicicleta no local de origem				Posse de bicicleta na cidade			
	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)
Maputo	33	67	100	345	11,9	88,1	100	345
Tete	24,5	75,5	100	383	20,9	79,1	100	383
Quelimane	11,7	88,3	100	384	49,2	50,8	100	384
Nacala-Porto	11,7	88,3	100	384	12,8	87,2	100	384
Pemba	31	69	100	384	27,9	72,1	100	384
Total	22,2	77,8	100	1880	24,8	75,2	100	1880

Quadro 11g: Migrantes segundo a posse de motorizada no lugar de origem e na cidade

Cidade	Posse de motorizada no local de origem				Posse de motorizada na cidade			
	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)
Maputo	5,5	94,5	100	343	6,7	93,3	100	344
Tete	3,1	96,9	100	383	17,2	82,8	100	383
Quelimane	2,1	97,9	100	384	27,1	72,9	100	384
Nacala-Porto	1,6	98,4	100	384	34,1	65,9	100	384
Pemba	12,5	87,5	100	384	34,6	65,4	100	384
Total	5	95	100	1878	24,3	75,7	100	1879

Quadro 11h: Migrantes segundo a posse de automóvel no lugar de origem e na cidade

Cidade	Posse de automóvel no local de origem				Posse de automóvel na cidade			
	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Migrantes (N.º)
Maputo	1,5	98,5	100	344	15,3	84,7	100	347
Tete	1,6	98,4	100	382	5,2	94,8	100	382
Quelimane	0,8	99,2	100	384	8,1	91,9	100	384
Nacala-Porto	1,0	99	100	384	10,9	89,1	100	384
Pemba	1,8	98,2	100	384	20,6	79,4	100	384
Total	1,3	98,7	100	1878	12	88	100	1881

De um modo geral, a capacidade de posse dos bens já mencionados aumentou consideravelmente com a mobilidade dos migrantes do local de origem rural para o local de destino urbano. Todavia, importa ressaltar que a capacidade de posse destes bens, tanto no local de origem quanto no de destino, varia em função dos tipos de bens. Assim, a menor frequência de posse recai sobre o automóvel (com apenas 1,3% de migrantes no local de origem rural e 12% no local de destino urbano) (quadro 11h), seguindo-se, o computador (com apenas 2,3% de migrantes na origem rural e 21,7% no destino urbano) (quadro 11e) e a motorizada (com apenas 5% de migrantes no local de origem rural e

24,3% no local destino urbano) (quadro 11g). A maior frequência de posse, no local de origem rural, incide sobre o rádio (com 38,5% dos migrantes) (quadro 11b), seguindo-se, a bicicleta (com 22,2% dos migrantes) (quadro 11f) e o telemóvel (com 18,5% dos migrantes) (quadro 11a). Já no local de destino urbano, a maior frequência de posse, entre os migrantes, recai sobre o telemóvel (82,3% dos migrantes) (quadro 11a), seguindo-se, depois, o televisor (com 76,6% dos migrantes) (quadro 11c), a rádio (com 65,1% dos migrantes) (quadro 11b) e o aparelho de música ou DVD (com 60,1% dos migrantes) (quadro 11d).

A capacidade de posse de bens é diferente nas cinco cidades de estudo. Por exemplo, no que se refere à posse de telemóvel (quadro 11a), a menor frequência de posse no local de origem verificou-se entre os migrantes da cidade de Quelimane (com apenas 5,2%), enquanto a maior frequência de posse foi observada entre os migrantes das cidades de Maputo (31,6%) e Pemba (24,2%). A maior frequência de posse de telemóveis na cidade destino é observada entre os migrantes residentes na Cidade de Maputo (com 91,9%, contra 72% dos migrantes de Tete).

Igualmente, os migrantes da cidade de Maputo lideram a posse de rádio no local de origem rural (com 62%, contra 17,4% dos migrantes da cidade de Quelimane), enquanto na cidade de destino a posse de rádio é liderada pelos migrantes da cidade de Pemba (com 77,3%, contra 47,8% dos emigrantes da cidade de Tete) (quadro 11b). A posse de televisor no local de origem sobressai, também, entre os migrantes da Cidade de Maputo (com 21,5%, contra 2,9% dos migrantes de Quelimane), enquanto os migrantes de Pemba lideram a posse na cidade de destino (com 85,2%, contra 70,1% dos migrantes de Nacala-Porto) (quadro 11c). Quanto à posse de aparelho de música ou DVD, os migrantes da cidade de Maputo lideram, mais uma vez, a posse no local de origem (com 17,6%, contra 6,2% dos migrantes de Quelimane), enquanto a posse na cidade de destino é liderada pelos migrantes de Pemba (com 68,1%, contra 47,1% dos migrantes de Quelimane) (quadro 11d). Em relação à posse de computador, a percentagem máxima de migrantes com posse no lugar de origem é de 4,9%, observada entre os migrantes de Pemba (contra 0,8% dos migrantes de cada uma das cidades de Tete

e Quelimane); também, a posse de computador na cidade de destino é mais acentuada entre os migrantes de Pemba (com 34,1%, contra 11,8% dos migrantes de Tete) (quadro 11e). No que respeita à posse de bicicleta no lugar de origem, o destaque vai para os migrantes da Cidade de Maputo (com 33%, contra 11,7% dos migrantes de cada um das cidades de Quelimane e Nacala-Porto), enquanto a posse no lugar de destino é liderada pelos migrantes de Quelimane (com 49,2%, contra 11,9% dos migrantes da Cidade de Maputo) (quadro 11f). No que respeita à posse de motorizada no lugar de destino, sobressaem os migrantes da cidade de Pemba (com 12,5%, contra 1,6% dos migrantes de Nacala-Porto); A frequência de posse de motorizada entre os migrantes na cidade de destino é mais elevada na cidade de Pemba (com 34,6%, contra 6,7% dos migrantes da Cidade de Maputo) (quadro 11g). Igualmente, a cidade de Pemba é a que apresenta a proporção máxima de migrantes que possuem automóvel no local de origem (com 1,8%, contra 0,8% dos migrantes de Quelimane), bem como a percentagem mais elevada de migrantes que possuem automóvel na cidade de destino (com 20,6%, contra 5,2% dos migrantes da cidade de Tete) (quadro 11h).

2.5. Propriedade da Habitação Segundo o Tempo de Residência na Cidade de Destino

Nesta secção avalia-se o processo de integração dos migrantes no meio urbano com base na análise do tipo de propriedade da sua habitação em função do tempo de residência na cidade. O pressuposto nesta análise é que, com o prolongamento da residência na cidade, mudanças podem ocorrer em relação ao tipo de propriedade da sua habitação. O quadro 12 apresenta o tipo de propriedade da habitação dos migrantes segundo o tempo de residência na cidade.

Quadro 12: Migrantes segundo a propriedade da habitação e tempo de residência na cidade

Propriedade da habitação	Tempo de residência na cidade			Total
	0 a 5 anos	6 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Arrendada (%)	44,6	23,4	8,6	17,2
Própria (%)	34,4	62,4	82,4	70,9
Cedida (%)	19,4	13,4	8,4	11,1
Outra (%)	1,6	0,8	0,6	0,8
Total (%)	100	100	100	100
Número de migrantes	314	290	1213	1817

Do quadro 12 pode-se constatar que o tipo de propriedade da habitação dominante entre os migrantes é a habitação própria (em 70,9% dos migrantes). A análise do tipo de propriedade da habitação por tempo de residência indica que, entre os migrantes recentes, predomina a habitação arrendada (em 44,6% dos migrantes com até 5 anos de residência na cidade); e entre os migrantes com 6 ou mais anos na cidade, destaca-se a habitação própria (em 62,4% dos migrantes com 6 a 10 anos e em 82,4% dos migrantes com mais de 10 anos de residência na cidade). Portanto, com o aumento do tempo de residência na cidade, as habitações arrendadas e cedidas tornam-se menos expressivas entre os migrantes, substituídas pelas habitações próprias, revelando uma maior integração socioeconómica no meio urbano.

3. Considerações Finais

A análise do processo de integração socioeconómica dos migrantes de origem rural nas cidades de estudo (Maputo, Tete, Quelimane, Nacala-Porto e Pemba), com recurso às variáveis como o tempo de residência na cidade de estudo, estado civil, nível de escolaridade, relacionamento com a vizinhança, filiação em associações da comunidade, ocupação, nível de rendimento, posse de bens na cidade e tipo de propriedade da habitação, foi possível chegar às seguintes constatações:

- A proporção de migrantes casados ou unidos maritalmente aumenta com o tempo de residência na cidade, enquanto a proporção de migrantes solteiros reduz à medida que o tempo de residência na cidade aumenta. O prolongamento da residência na cidade traduz-se na tendência de constituição de famílias, um indicador de integração social no local de destino.
- Entre os migrantes mais recentes (com tempo de residência de até 5 anos), a proporção de analfabetos no momento da chegada à cidade é relativamente menor, uma indicação de que a presença de migrantes não-escolarizados nos fluxos migratórios mais recentes pode estar a reduzir. À medida que os migrantes vão passando mais tempo na cidade e consolidando a sua integração no meio urbano, tendem a elevar o seu nível de escolaridade.
- No geral, os migrantes mantêm algum relacionamento com a sua vizinhança e este aumenta com o tempo de residência na cidade e com a consolidação do processo de integração.
- A proporção de migrantes envolvidos em movimentos associativos é relativamente maior no local de destino urbano do que no local de origem rural. No que se refere ao envolvimento associativo dos migrantes, o maior destaque vai para a sua filiação em organizações religiosas e associações políticas, tanto no local de destino quanto no de origem.

- Os migrantes de origem rural nas cidades de estudo realizavam, maioritariamente, actividades agrícolas. Uma vez na cidade, a proporção de migrantes envolvidos nessas actividades declinou e, em contrapartida, aumentou a proporção de vendedores.
- Os níveis de rendimento mensal dos migrantes nas cidades, no conjunto de todas as actividades, aparentam melhoria, quando comparados com os do meio rural. Todavia, deve-se ter algumas reservas em relação a esta constatação, tendo em conta o facto de muitos migrantes residirem há vários anos na cidade e, ao longo do tempo, haver depreciação da moeda. Além disso, deve-se ter em mente, também, que os estudos apontam para níveis acentuados de pobreza urbana em África, no geral e, particularmente, em Moçambique.
- Os dados do conjunto das cinco cidades estudadas indicam que uma parte considerável dos migrantes realiza actividades por conta própria. Isto parece constituir um indicador de integração urbana, mas, na verdade, é resultado ou uma resposta a uma dificuldade de integração urbana. A incapacidade de o sector de emprego urbano absorver esta população, e o consequente desemprego, explica a criação destes inúmeros micro-negócios, com elevadas taxas de morbilidade. A elevada taxa de morbilidade e os baixos rendimentos auferidos na cidade (mesmo que superiores aos do campo, eles são insuficientes para fazer face ao custo de vida), levam-nos a questionar se se trata de uma integração.
- De um modo geral, a capacidade de posse de bens entre os migrantes aumentou consideravelmente com a sua mobilidade do local de origem rural para o local de destino urbano.
- O tipo de propriedade da habitação dominante entre os migrantes é a habitação própria. Com o aumento do tempo de residência na cidade, as habitações arrendadas e cedidas tornam-se menos expressivas entre os migrantes, substituídas por habitações próprias, revelando alguma integração socioeconómica no meio urbano.

CAPÍTULO 3

DINÂMICAS DE RELACIONAMENTO COM OS CONTEXTOS RURAIS DE ORIGEM

João Feijó e Momade Ibraimo

Introdução

Na sequência do fim do conflito militar, com a liberalização da economia, a implementação de grandes projectos económicos e a reabilitação das principais vias de acesso, assistiu-se a um aumento das possibilidades de circulação das populações. Neste cenário, muitos indivíduos constroem agregados familiares em vários locais, por vezes distantes entre si, com os quais estabelecem específicas relações. Paralelamente, assiste-se a uma melhoria das condições tecnológicas de comunicação entre os indivíduos, em particular através de telefones móveis, mas também a um alargamento do acesso a televisão e internet, especialmente nos centros urbanos. A criação de agências bancárias pelo território e, sobretudo, as possibilidades de envio de valores monetários através das redes de telefonia móvel (serviços MPesa e MKesh) facilitam a transferência de valores para locais distantes.

A literatura internacional vem analisando as remessas dos migrantes e as respectivas ligações com o universo de origem como um mecanismo de reequilíbrio socio-geográfico, permitindo a canalização de valores monetários para áreas desfavorecidas e o alívio de situações de

pobreza e de exclusão. Porém, não deixa de se reconhecer a influência das remessas sobre o aumento das assimetrias locais, bem como da geração de relações de dependência em torno de variáveis externas às economias locais.

Ao longo deste capítulo pretende-se analisar o tipo de relacionamento estabelecido pelas populações de origem rural, uma vez nas cidades, com os seus contextos de proveniência. Num primeiro momento, pretende-se analisar as características sociais dessas interações, expressas na frequência de visitas e de contactos telefónicos. Num segundo momento, coloca-se o enfoque sobre as transferências pessoais das populações migrantes, procurando-se aferir a dimensão dos fluxos financeiros envolvidos, assim como as formas de aplicação.

1. Relações Rural-Urbanas, Remessas de Migrantes e Desenvolvimento Local

A criação de pólos de investimento, a liberalização dos mercados e a penetração de veículos motorizados importados, alargaram a rede de pequenos transportadores privados por muitas regiões africanas, facilitando a deslocação de pessoas e mercadorias e contribuindo para a redução das distâncias físicas (Byceson, 1999: 21; Muanamoha, 2010: 173-174). Como noutras regiões do globo, em Moçambique alarga-se a percentagem de pessoas com acesso a telefone, aumentando de 0,3%, em 2000, para 13% em 2006 (Archambault, 2010: 165), para 24% em 2009 e para 56% em 2015⁴⁶ (Chipembe e Guilicibe, 2015: 42). Não obstante a precariedade dos serviços de comunicação e transporte, a realidade é que têm permitido o estreitamento das distâncias geográficas, uma maior circulação de ideias e informações, nomeadamente sobre

⁴⁶ A entrada de uma terceira operadora permitiu o alargamento do acesso a telemóvel pelo meio rural, tendo a percentagem aumentado de 11%, em 2008/9, para 46%, em 2014/5, ainda que se apresentando inferior às taxas de acesso no meio urbano, que alargou de 53% em 2008/9 para 79% em 2014/5 (Chipembe e Guilicibe, 2015: 42).

preços e bens de consumo (Lynch, 2005: 128). Em Moçambique, a penetração dos telefones móveis teve um forte impacto na mudança de hábitos das populações, ao nível da condução das actividades económicas, das relações de poder entre homens e mulheres (Archambault, 2010) ou das formas de participação política dos cidadãos, nomeadamente por intermédio das redes sociais (Honwana, 2014). Estas possibilidades de comunicação permitem um fortalecimento das relações entre o campo e a cidade, estimulando a troca de informações sobre preços, oportunidades de negócio ou sobre hábitos de consumo (Lynch, 2005: 128).

Para além dos fluxos de ideias e de informações entre o campo e a cidade, uma outra dimensão das relações rural-urbanas prende-se com o envio de remessas ou de transferências pessoais, na forma monetária ou em bens de consumo.

As transferências pessoais das populações migrantes têm merecido uma particular atenção, quer por parte dos Governos, das agências de desenvolvimento internacionais ou dos académicos. As remessas dos migrantes tornaram-se numa importante forma de financiamento externo no continente africano, tendo os montantes enviados para este continente aumentado de 9,1 mil milhões em 1990, para 40 mil milhões em 2010, valores que não incluem os fluxos não registados, enviados de forma informal (Mohapatra e Ratha, 2011: 6). Frequentemente, o total das remessas de emigrantes canalizadas para um determinado país constitui um valor mais elevado que os montantes da ajuda ao desenvolvimento a esse mesmo Estado, representando uma importante fatia do Produto Nacional Bruto⁴⁷.

Em Moçambique, entre os anos de 1994 e 1999, o valor das remessas dos emigrantes atingiu os 57 milhões de dólares, o que representava, na época, cerca de 5% de todos os recursos internacionais injectados na economia (nomeadamente ajuda ao desenvolvimento, remessas, inves-

⁴⁷ Gammeltoft (2002: 103-105) constatou que, no ano 2000, o valor total das remessas que seguiam apenas por canais oficiais (65 mil milhões de dólares) para os países em desenvolvimento, ultrapassava o total de ajuda ao desenvolvimento, que se quedava pelos 40,3 mil milhões. Entre os países com pior renda, o valor total das remessas dos emigrantes representava cerca de 2% do Produto Interno Bruto.

timento directo estrangeiro e outros fluxos privados) e cerca de 2% do Produto Interno Bruto Moçambicano (Gammeltoft, 2002: 126-127). Ao longo dos últimos anos assistiu-se a uma tendência contínua de subida dos valores das remessas que entram em Moçambique, aumentando de 69 milhões de dólares em 2003, para 80 milhões de dólares em 2006 e para 111 milhões em 2009⁴⁸ (Plaza e Ratha, 2011). Saliente-se, contudo, que estes dados referem-se simplesmente a informações oficialmente registadas pelo que, se se incluírem as transferências canalizadas através de canais informais, a dimensão das remessas será consideravelmente maior.

Se a literatura tem destacado os valores das remessas de emigrantes a nível internacional, a verdade é que não tem sido conferida a mesma relevância aos montantes provenientes das transferências pessoais entre populações migrantes no mesmo país. Em análises anteriores (Feijó e Ibraimo, 2016), e considerando-se unicamente as remessas enviadas da cidade de Maputo para o resto de Moçambique, estimaram valores anuais na ordem dos 1.680 milhões de meticais, o que representava o dobro do total alocado, em 2006, para os 122 distritos de Moçambique, no âmbito do montante inicial do Fundo de Desenvolvimento dos Distritos (896 milhões de meticais). Esta comparação permite compreender, mais facilmente, a dimensão dos volumes transferidos pelas populações migrantes, frequentemente de forma informal e subterrânea à economia, directamente injectados no orçamento das famílias.

As **transferências pessoais** das populações migrantes podem assumir **diferentes formas**. Neste âmbito, e a partir das remessas enviadas por populações migrantes no Nepal para os seus contextos rurais de origem, Regmi e Tisdell (2002) distinguem i) as transferências regulares para os contextos de origem de valores mais ou menos fixos; ii) o envio de valores para pagamento de despesas pontuais, particularmente em períodos de dificuldade; iii) as transferências em forma de empréstimo; e iv) o reembolso por parte das populações citadinas de despesas de educação anteriormente realizadas por parte da família de origem.

⁴⁸ Em sentido inverso, os imigrantes estrangeiros transferiram 30 milhões de dólares em 2003, 26 milhões de dólares em 2006 e 63 milhões de dólares em 2009 (Plaza e Ratha, 2011).

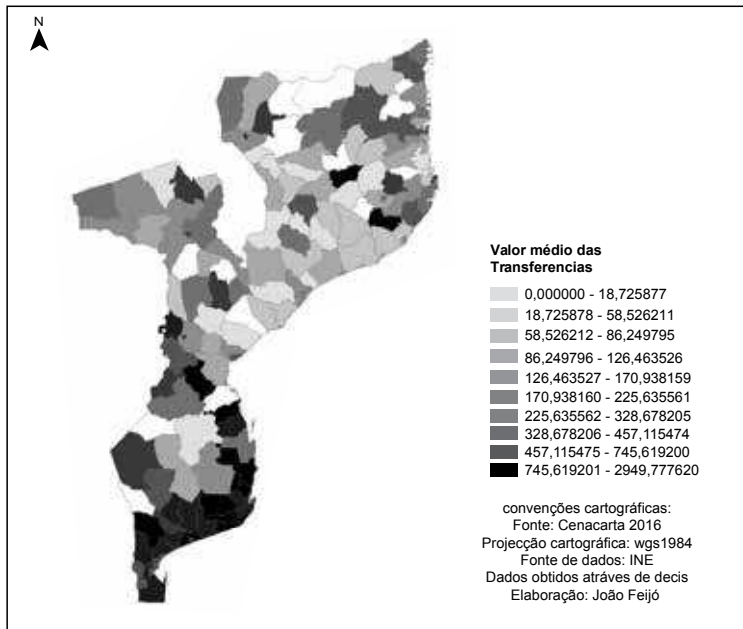
Os **montantes e a regularidade das transferências** podem ser também bastante variáveis, estando condicionados por um heterogéneo conjunto de factores, relacionados com o perfil social do migrante, mas também com as condições socioeconómicas oferecidas pelos locais de origem e de destino. A partir da literatura existente sobre remessas de migrantes, Ghosh (2006: 22-23) distingue um conjunto de características sociais que exercem uma influência sobre o volume de remessas transferidas. Por um lado, a deslocação temporária ou com um objectivo económico específico (aquisição de um terreno, construção de uma casa, criação de um negócio após regresso, financiamento de eventos familiares ou despesas de educação de familiares, entre outras) constitui um factor propenso para o envio de maiores volumes de remessas para o local de origem. Por outro lado, nas situações em que o migrante deixa a sua família no local de origem, este tende a aumentar o volume de transferências, registando-se a tendência inversa quando se concretiza o reassentamento familiar no local de destino ou com o prolongamento do período de residência na cidade, com o consequente enfraquecimento das ligações com o local de origem. Os fluxos financeiros das populações migrantes tendem também a ser inversamente proporcionais ao nível de qualificação das populações deslocadas ou do seu nível de rendimento. De facto, os migrantes altamente qualificados e bem pagos são propensos a canalizar os seus investimentos para os contextos de acolhimento – por hipótese, por se encontrarem aí melhor inseridos e informados sobre as oportunidades de investimento –, ainda que essa tendência possa ser atenuada por outros factores, como as obrigações familiares assumidas para com a sociedade de origem. Finalmente, as mulheres tendem a transferir menores volumes financeiros para os locais de origem, associando-se esta tendência ao facto de auferirem, geralmente, rendimentos inferiores aos dos homens.

Para além das características dos migrantes, um conjunto de outros factores macro-sociais tende a condicionar os fluxos de bens e capitais, nomeadamente as condições socioeconómicas (acesso a infra-estruturas, possibilidades de investimento ou de emprego, burocracia, estabilidade macroeconómica) ou políticas (governança e funcionamento das ins-

tituições, estabilidade política) no local de origem ou de acolhimento. Estes factores são susceptíveis de desempenhar um papel restritivo nas transferências de remessas e podem impedir que as famílias migrantes assumam o risco de investir social e financeiramente no seu local de origem ou de equacionar um regresso no curto ou médio prazo (De Haas, 2005: 8). A decisão de envio de remessas resulta, portanto, de uma avaliação racional por parte do migrante, relativamente às vantagens proporcionadas pelos locais de origem e de destino.

Promovido pelo Instituto Nacional de Estatística, o Inquérito ao Orçamento das Famílias sintetiza informações acerca das ofertas em bens e serviços recebidas de fora do agregado familiar, quer de dentro de Moçambique, quer do exterior. Sintetizados no mapa 1, os resultados permitem constatar maiores volumes de transferências recebidas pela população residente no litoral Sul do País, particularmente nos distritos contíguos à estrada Nacional 1, precisamente nas zonas de maior intensidade histórica de recrutamento para a África do Sul. Destacam-se os distritos de Govuro (1367 meticais), Massinga (1324), Panda (983), Magude (921), Zavala (872), Inharrime (860), Xai-Xai (762), Morumbene (745), Guijá (745), Boane (728), Chibuto (714) e Manjacaze (701). Já num segundo nível em termos de valores absolutos, destacam-se alguns distritos mais próximos do Zimbabwe – nomeadamente Manica (576), Mossurize (382) e Sussundenga (300 meticais) – assim como do Malawi, nomeadamente Macanga (347 meticais).

Mapa I: Valor médio das transferências recebidas fora do agregado familiar (IOF 2014/5)



Relativamente às **formas de envio das remessas** podem-se distinguir as vias formais – como o sector bancário ou as operadoras de telecomunicações (como o serviço MKesh ou MPesa), daquelas informais (como através de familiares e amigos ou de serviços de transporte). Em Moçambique, a reduzida extensão dos serviços bancários ou financeiros, dificultando a conexão entre as zonas de envio e as zonas de recepção, assim como o facto de muitas populações serem oriundas de zonas rurais remotas, constituem obstáculos à canalização destes valores através dos mecanismos financeiros formais. As agências bancárias permanecem fortemente concentradas nas capitais provinciais e, sobretudo, em Maputo⁴⁹. Não obstante um aumento da taxa de população bancarizada⁵⁰,

⁴⁹ Em 2013, a cidade de Maputo concentrava mais de dois terços (36,5%) das 520 agências bancárias em funcionamento no país (BdM, 2013: 129).

⁵⁰ O Finscope (Finmark Trust, 2015: 28) define população bancarizada como todos aqueles que detêm uma conta bancária singular ou conjunta, assim como todos aqueles que, não sendo clientes, utilizam instituições bancárias para outros motivos, como transferência ou recepção de valores monetários.

de acordo com dados do FinScope 2014 (FinMark Trust, 2015: 33), apenas 9,9% da população rural havia tido contacto com o serviço formal bancário, sendo que em 2009 constituíam 4,2%⁵¹. A simples existência de instituições financeiras não constitui condição suficiente para a respectiva utilização. Por um lado, a inexistência de valor monetário suficiente constituía o motivo para a não abertura de conta bancária para 65,3% dos inquiridos do FinScope. Por outro lado, complexidades burocráticas, como a exigência de documentos de identificação pessoal, valores mínimos para abertura de conta ou despesas de manutenção não deixam de desencorajar os migrantes mais pobres ou menos instruídos a abrir contas bancárias e utilizar os respectivos serviços de transferência. Neste contexto, muitas populações migrantes preferem a utilização de canais informais, assentes em redes de confiança mútua e de longa data, frequentemente mais económicos e não necessitando das mesmas exigências burocráticas. Os dados do FinScop demonstram, no entanto, uma diminuição da percentagem de inquiridos que recorre a familiares e amigos para envio de remessas (de 51% para 34%) e uma maior recorrência à via bancária (de 43% para 64%). De qualquer das formas, uma vez que uma grande parte das remessas continua a ser enviada através de canais informais, quer na forma monetária, quer em bens, torna-se difícil quantificar os valores das transferências pessoais de populações migrantes, excedendo largamente os montantes oficiais registados.

Um dos grandes debates em torno das remessas das populações migrantes relaciona-se com as respectivas **formas de aplicação**. Como explica De Haas (2005: 6-7), um dos mitos associados aos destinos das remessas dos migrantes para os locais de destino relaciona-se com o facto de serem maioritariamente despendidas em consumo,

⁵¹ De acordo com a mesma fonte, 29% da população rural reside a mais de três horas de distância de uma instituição financeira formal. Nesse ano, Moçambique ocupava a nona posição em termos de exclusão financeira (60% da população), incluindo o sistema financeiro formal e informal, num grupo de 12 países africanos analisados.

particularmente na construção de casas⁵², alimentos, vestuário, meios de transporte, entre outros bens e serviços, sendo raro o investimento em actividades empresariais ou produtivas. De acordo com o autor, esta ideia deve ser relativizada por vários motivos: Em primeiro lugar, pelo facto de a aplicação dos valores monetários na melhoria das condições habitacionais ter um efeito directo na economia local, nomeadamente ao nível da dinamização de pequenos negócios de venda de materiais de construção ou na empregabilidade, ainda que sazonal. Estas formas de consumo dirigidas para a melhoria das condições de habitação ou de educação podem ter efeitos multiplicadores sobre a actividade económica local, alargando os benefícios das remessas dos migrantes a outros agregados familiares sem trajectórias de migração (Taylor *et al.*, 1996).

Em segundo lugar, e ainda que consideradas improdutivas, as despesas em habitação, saneamento, educação, alimentação ou saúde representam melhorias no bem-estar e no capital humano, que não deixam de potenciar o aumento da produtividade, da liberdade de escolha e da capacidade de participação no debate público. Consequentemente, essas despesas não deixam de ser promotoras de desenvolvimento, pelo menos se adoptarmos uma definição mais ampla desse conceito, que coloque em primeiro lugar as melhorias das competências e do bem-estar das populações (De Haas, 2005: 7).

As análises sugerem que as remessas dos migrantes permitem frequentemente que os seus familiares invistam na agricultura ou em outras pequenas iniciativas económicas, considerando-se que os agregados familiares com membros migrantes têm maior possibilidade de investir do que os restantes, com impactos positivos sobre as economias locais (Taylor *et al.* 1996; Haas, 2005: 7). Em Moçambique, as análises têm demonstrado a importância das remessas de migrantes na introdução de charruas no Sul de Moçambique (Covane, 2001: 128-132) ou, mais actualmente, na criação de pequenos negócios no sector informal (Muanamoha, 2010: 191).

⁵² Como explica King (2000: 26), a construção de casas constitui um símbolo de sucesso praticamente universal, permitindo que os migrantes manifestem em público a sua trajectória social ascendente, demonstrando que passam a pertencer a uma elite económica local.

Por outro lado, as remessas constituem uma rede de segurança para muitas famílias e para espaços geográficos desfavorecidos permitindo, de alguma forma, atenuar assimetrias socio-espaciais (Jones, 1998a: 4), adquirir bens transformados e não produzidos localmente (como óleo, sabão ou açúcar), para além de constituírem um elo de ligação entre as populações migrantes e as suas famílias. Ao nível da redistribuição do rendimento, as remessas parecem ser um instrumento mais eficaz do que os grandes programas burocráticos de ajuda ao desenvolvimento. Contrariamente a esses programas, o fluxo de remessas de migrantes é canalizado directamente para o orçamento das famílias, em especial para as mais necessitadas, num processo menos exposto a barreiras e controlos políticos, e não dependente de estruturas governamentais burocráticas, corruptas ou ineficazes (De Haas, 2005: 5-10). Desta forma, as remessas exercem um impacto imediato em termos micro sociais, para além de conferirem aos agregados familiares uma maior liberdade de escolha e de canalização de investimentos para os sectores económicos locais que consideram mais estáveis e rentáveis.

Neste cenário, o alargamento das oportunidades de circulação por motivos de trabalho, assim como o consequente aumento dos valores das remessas de migrantes, originou uma euforia entre as instituições que se debruçam sobre as questões de desenvolvimento, entre as quais o Banco Mundial, os diversos Governos ou organizações não-governamentais. Como explica De Haas (2005: 9), as remessas dos migrantes foram proclamadas como o mais novo “*development mantra*”, ou como um exemplo de desenvolvimento de baixo para cima (Jones, 1998b).

Contudo, outros argumentos relativizam o excessivo optimismo em relação aos efeitos da migração. Por um lado, os benefícios directos das remessas não tendem a fluir necessariamente para os agregados familiares mais pobres das comunidades, mas para aqueles inseridos em redes migratórias. Quer através de análises internacionais (De Haas, 2005: 7), quer através de estudos realizados em Moçambique (Covane, 2001; Vletter, 2006), é possível constatar que a migração é geradora de desigualdades sociais entre os agregados familiares, em função da existência de membros migrantes.

As remessas de migrantes tendem também a ser associadas à perpetuação de uma relação de dependência passiva, construída pelas populações dos locais de origem relativamente a factores exógenos, fora do respectivo controlo. A partida massiva de jovens em idade activa, por norma com maior iniciativa, tem como consequência não só a diminuição da mão-de-obra local, como a retirada da mesma das actividades económicas locais e a tendência de se tornarem dependentes do envio de remessas oriundas do exterior (De Haas, 2005: 6). A partir das análises realizadas em torno do trabalho migratório no Sul de Moçambique constata-se que este fenómeno foi responsável pela diminuição da mão-de-obra disponível, retirando recursos à economia e perpetuando a relação de dependência em relativamente à África do Sul, contribuindo para processos de desenvolvimento desigual, com consequências político-económicas de longo prazo (First, 1998: 18; Mosca, 2005: 51).

Na verdade, o impacto da migração e das remessas no desenvolvimento económico das zonas de partida não é, de forma alguma, automático, estando dependente de um conjunto de aspectos, como o ambiente de negócios, a estabilidade política e a segurança jurídica nos locais de origem, assim como com as políticas de imigração nos locais de acolhimento de migrantes, para além das próprias características socio-demográficas das populações envolvidas.

2. O Relacionamento com o Local de Origem

A análise das dinâmicas de relacionamento das populações residentes nas cinco cidades estudadas com o seu universo rural de origem foi feita por recurso a duas dimensões. Por um lado, pretendeu-se analisar a intensidade das ligações sociais, medida através da frequência de contactos telefónicos e de visitas ao local de proveniência. Em segundo lugar, pretendeu-se analisar os fluxos económicos, expressos pelos volumes monetários e em bens, que os inquiridos fizeram circular entre as cidades e o campo, ao longo do ano anterior ao da efectivação do estudo.

2.1. Os Contactos Sociais

Os contactos sociais com os universos rurais de origem expressam-se pela frequência de visitas aos locais de proveniência, assim como pela regularidade de ligações telefónicas efectuadas.

2.1.1. Os contactos telefónicos

Em termos de frequência de contactos telefónicos constata-se a existência de profundas relações com o local de origem (ver quadro 1). De facto, 38% dos inquiridos referem que telefonam para a comunidade de proveniência pelo menos uma vez por semana, sendo que 20% referem, inclusivamente, que o fazem “*quase diariamente*”, representando no conjunto mais de metade (58%) da amostra. Os resultados permitem constatar que apenas 8% dos inquiridos refere que não costuma contactar a sua família de origem, o que é revelador da existência dos fortes laços estabelecidos com a mesma. Ainda que não tenham sido observadas variantes muito significativas, não deixa de se destacar que as populações inquiridas na cidade de Tete constituem aquelas que mais vezes referem nunca telefonar para o local de origem (20%) ou, no máximo, “*ocasionalmente*” (24%).

Quadro 1: Frequência de contactos telefónicos com o local de origem por cidade de destino do inquirido

Cidade	Frequência de telefonemas para familiares a residir no campo				
	Todos os dias ou quase	Semanalmente	Mensalmente	Ocasionalmente	Nenhuma
Maputo	19,8%	46,7%	13,1%	15,4%	5%
Tete	12,6%	30,5%	13,2%	24,2%	19,5%
Quelimane	18%	44,9%	14,4%	18,5%	4,2%
Nacala-Porto	22,5%	34,3%	17,5%	18,1%	7,6%
Pemba	26,3%	31,3%	15,6%	21,4%	5,4%
GERAL	19,9%	37,6%	14,7%	19,5%	8,3%

Na tentativa de explicação dos factores condicionantes da frequência de contactos telefónicos com o local de origem, procurou-se relacionar este fenómeno com o género, com o nível de rendimentos e com o tempo de residência na cidade.

O teste Qui-Quadrado, que mede associação entre as variáveis, revela a existência de uma relação entre o género e a frequência de contactos telefónicos (sig=0%), sendo que os indivíduos do sexo masculino tendem a manter contactos telefónicos com maior frequência. Os resultados permitem constatar que os homens mantêm um contacto mais regular com a comunidade de origem do que as mulheres. De facto, enquanto 60% dos homens refere que telefona “*todos os dias*” ou “*semanalmente*” para o seu local de origem, essa frequência reduz para 53% entre as mulheres. Este fenómeno pode estar relacionado com o maior nível de rendimentos observado entre os homens⁵³.

Quadro 2: Frequência de contactos telefónicos com o local de origem por género nas diferentes cidades de destino

Género	Frequência de telefonemas para familiares a residir no campo				
	Todos os dias ou quase	Semanalmente	Mensalmente	Ocasionalmente	Nenhuma
Masculino	21,2%	39,2%	14,5%	19,3%	5,8%
Feminino	17,9%	35,0%	15,5%	19,8%	11,8%

O teste Qui-Quadrado revela existir relação entre o rendimento e a frequência de contactos telefónicos (sig=0%), sendo que os indivíduos com maiores rendimentos tendem a manter contactos telefónicos com maior frequência. Os resultados permitem constatar uma relação directa entre o rendimento auferido na cidade e a frequência de contactos telefónicos com o local de origem. O quadro 3, a seguir, permite constatar que, quanto maior for o rendimento dos inquiridos, maior é a tendência de manter um contacto mais regular. De facto, quase um terço (33%) daqueles que auferem mais de 15.000 meticais contactam a sua família

⁵³ Enquanto mais de metade dos homens (57%) auferem rendimentos superiores a 3.183 meticais, apenas 34% das mulheres se encontram nas mesmas condições.

de origem “todos os dias”, sendo que a percentagem diminui para 20% entre aqueles que auferem entre 1.000 e 3.183 meticais e para 13% entre aqueles que auferem menos de 1.000 meticais.

Quadro 3: Nível de rendimento e frequência de contactos telefónicos com o local de origem

Rendimento (MT)	Frequência de telefonemas para familiares a residir no campo				
	Todos os dias ou quase	Semanalmente	Mensalmente	Ocasionalmente	Nenhuma
Menos de 1000	13,2%	30,2%	15,5%	22,5%	18,6%
1000 - 3183	20%	39,3%	14,9%	19,3%	6,5%
3184 - 8000	18,9%	43,4%	14%	19,6%	4,1%
8001 - 15000	22,7%	39%	17,3%	16,9%	4,1%
Mais de 15000	32,7%	34,7%	11,3%	18%	3,3%

A partir de entrevistas exploratórias foi possível constatar que os telemóveis exercem um papel fundamental ao nível da frequência de contactos com os locais de origem. Por outro lado, o maior poder de compra existente na cidade, as maiores possibilidades de acesso a crédito e a telefone fazem com que a iniciativa da ligação parta, sobretudo, das populações citadinas. Como explicava uma moradora em Maputo, natural do Niassa:

–“consigo falar uma vez por mês ou duas vezes por mês... às vezes de duas em duas semanas... mas (...) antigamente já não era assim (...) a gente se comunicava através de cartas (...) às vezes levava dois meses... mas agora já estamos facilitada. Eu é que ligo... eles não têm possibilidade de como ligar... mesmo que tenham telefone... por muitos têm telefone só para atender as chamadas não para ligar (...) também lá nem há energia... às vezes só vão recarregar uma distância longa... e... pronto eu ajudo nesse sentido” (mulher, 52 anos, 12^o classe, contabilista, natural de Lago, Niassa e residente em Maputo).

Por outro lado, os dados permitem constatar que a frequência dos telefonemas para o local de origem tende a diminuir com a permanência da

residência na cidade, comprovável pelo teste Qui-Quadrado ($\text{sig}=0\%$). De facto, aqueles que residem na cidade há mais de 20 anos são os que mais referem (11%) que “nunca” contactam telefonicamente os seus familiares, sendo que 22% só o fazem “*ocasionalmente*”. Trata-se de uma frequência bem menor do que aqueles que residem há “5 ou menos anos” na cidade (quadro 4). Esta tendência é particularmente evidente nas cidades de Maputo, de Tete e de Pemba. Os resultados sugerem que o prolongamento da residência na cidade tende a atenuar os laços sociais estabelecidos com o contexto rural de origem.

Quadro 4: Frequência de contactos telefónicos pelo tempo a residir na cidade

Tempo na cidade	Frequência de telefonemas para familiares a residir no campo				
	Todos os dias ou quase	Semanalmente	Mensalmente	Ocasionalmente	Nenhuma
5 ou menos nos	21,2%	48,7%	10,3%	15,1%	4,7%
6- 10 anos	21,5%	40,1%	16,2%	15,6%	6,6%
11-15 anos	21,8%	38%	14,7%	17,7%	7,8%
16-20 anos	21,5%	34%	16,3%	23,9%	4,3%
Mais de 20 anos	17,8%	33%	15,6%	22%	11,3%

2.1.2. Visitas presenciais

Em termos de visitas presenciais ao local de origem constata-se que a maioria dos inquiridos mantém uma frequência de contactos regular, sendo que 70% se desloca à localidade de proveniência pelo menos uma vez por ano (ver quadro 5). As visitas anuais constituem as opções mais recorrentes por parte dos inquiridos (37%), particularmente entre os residentes em Nacala-Porto (48%) e Maputo (44%).

Se atendermos ao facto de apenas 9% dos inquiridos ter referido que “nunca” visita o local de origem, podemos concluir a existência de laços sociais ainda relativamente fortes com as respectivas origens. Na cidade de Maputo (14%) e na cidade de Tete (13%) registou-se a maior ruptura com o local de proveniência, expressa pela maior percentagem de inquiridos que declarou “nunca” o visitar.

Quadro 5: Frequência de visitas ao local de origem por cidade de origem do inquirido

Cidade	Frequência de visitas ao local de origem					
	Todos os dias ou quase	Semanalmente	Mensalmente	Anualmente	Nem todos os anos	Nenhuma
Maputo	0,3%	2,6%	14,4%	43,8%	25,2%	13,7%
Tete	2,1%	8,6%	28,5%	28,5%	19,6%	12,7%
Quelimane	2,4%	11%	27,5%	32,5%	20,4%	6,2%
Nacala-Porto	0%	8,1%	25,6%	48,3%	11,7%	6,3%
Pemba	3,1%	8,6%	22,4%	32%	27,6%	6,3%
GERAL	1,6%	7,8%	23,7%	37%	20,9%	9%

Estes resultados traduzem a importância das visitas às origens para as pessoas envolvidas, reforçando a ideia que a decisão migratória assentou essencialmente na expectativa de melhoria de vida e, já não tanto, na procura de uma ruptura com o contexto de proveniência.

Na tentativa de explicação dos factores condicionantes da frequência de visita do local de origem, procurou-se relacionar este fenómeno com o género, com o nível de rendimentos e com o tempo de residência na cidade. Os resultados demonstram que, entre os homens, se assiste a uma maior mobilidade para o local de proveniência. De facto, enquanto entre as mulheres, mais de um terço (34%) referiu que só visita o local de origem “ocasionalmente” ou mesmo “nunca”, entre os homens, essa percentagem diminuiu para apenas 27%. Essa diferença foi mais significativa entre as mulheres residentes nas cidades de Tete e de Maputo do que nas restantes cidades.

Da mesma forma, o aumento dos rendimentos dos inquiridos tende a despoletar uma maior regularidade nas visitas à zona de proveniência. Enquanto 61% dos inquiridos com rendimentos inferiores a 1.000 meticais declararam visitar o local de origem pelo menos uma vez por ano – sendo que em Maputo (39%) e Tete (48%) a percentagem tende a ser menor –, a percentagem aumenta para 70% entre aqueles que auferem mais de 15.000 meticais por mês. A relação entre rendimento auferido na cidade e frequência de visitas ao local de origem é demonstrada pelo teste Qui-Quadrado (sig=0%).

A relação entre o tempo a residir na cidade e a frequência de visitas ao local de origem é demonstrável através do teste Qui-Quadrado ($\text{sig}=0,9\%$). As estatísticas descritivas confirmam que, à medida que os migrantes prolongam a sua estadia na cidade, diminui a intensidade das visitas ao campo. Como demonstra o quadro 6, as populações que residem há mais tempo na cidade constituem aquelas que mais vezes declaram “*nem todos os anos*” visitar o local de origem ou, inclusivamente, “*nunca*”.

Quadro 6: Frequência de visita ao local de origem e tempo a residir na cidade

Tempo na cidade	Frequência de visitas ao local de origem					
	Todos os dias ou quase	Semanalmente	Mensalmente	Anualmente	Nem todos os anos	Nenhuma
5 ou menos anos	0%	30%	27,1%	42,9%	11,3%	15,7%
6-10 anos	0%	3,4%	50%	58,3%	250%	8,3%
11-15 anos	2,1%	4,2%	4,2%	45,8%	35,4%	8,3%
16-20 anos	0%	0%	9,1%	42,4%	36,4%	12,1%
Mais de 20 anos	0%	1,9%	10,3%	36,4%	34,6%	16,8%

2.2. Os Fluxos Económicos

Se os contactos sociais estabelecidos entre a cidade e o local de origem apresentaram uma certa regularidade, em termos de fluxos económicos a intensidade do relacionamento foi menos significativa. Analisando as remessas enviadas pelos inquiridos, a principal constatação relaciona-se com o facto de a maioria (57%) ter declarado que não transfere valores monetários para o local de origem. O não-envio de remessas foi mais evidente em Tete (64%) e Nacala-Porto (62%) e menos notório em Maputo (52%) e Pemba (54%).

2.2.1. Valor das remessas

Na análise dos fluxos, e para além dos valores enviados em numérico, contabilizou-se o valor monetário dos bens trocados, questio-

nando-se os inquiridos acerca do valor do produto no local onde foram adquiridos (no caso dos produtos enviados da cidade) ou onde poderiam ser vendidos (no caso dos produtos agrícolas oriundos do campo). Da distinção entre a vertente monetária e a vertente em espécie constatou-se que 41% do que é enviado assume a forma de bens e serviços. Da cidade para o local de origem destaca-se o envio de alimentos processados (arroz, óleo e açúcar), electrodomésticos (televisores, telemóveis e rádios), cosméticos, material escolar ou de construção, enquanto do campo para a cidade circulam, sobretudo, produtos agrícolas (mandioca, amendoim, milho, coco e batata reno).

A opção de não enviar dinheiro para as famílias residentes na sua zona de origem, preferindo fazê-lo sobretudo em espécie, pode ser explicada por um conjunto de três factores: por um lado, como uma estratégia racional, pelo facto de os bens de consumo enviados puderem ser adquiridos na cidade a um custo mais económico do que no campo.

Por outro lado, e pelo facto de determinados bens de consumo serem localmente valorizados, conferindo, por essa via, prestígio a quem os oferece, uma segunda explicação assume um carácter mais simbólico. Descarregar na esfera pública, aos olhos da comunidade, um conjunto bens de consumo (vestuário da cidade, aparelhos de música, materiais de construção ou alimentos localmente apreciados, entre outros) não deixa de constituir uma opção preferível à oferta de valor monetário, donativo geralmente realizado na intimidade. Para muitas populações migrantes regressadas ao local de origem torna-se importante demonstrar, na comunidade, uma trajectória social ascendente pelo que, tão ou mais importante que deter poder económico, é mostrar a possibilidade de consumo. Trata-se, também, de uma forma de gerar diferenciação local, entre os agregados que têm familiares na cidade e bem-sucedidos daqueles que não têm, conferindo aos primeiros um importante capital simbólico, que não deixa de facilitar a respectiva reprodução social.

Um último factor pode ser explicado pela estratégia de manutenção de uma relação de poder e de dominação relativamente aos familiares, sobretudo nas relações de género no seio do casal. O fornecimento de valores monetários poderia conferir à esposa a possibilidade de canali-

zação das remessas para fins não controláveis pelo marido, potenciando a emancipação económica da mulher e atenuando a situação de dependência paternalista.

Os valores totais das transferências pessoais aparecem resumidos no quadro 7, a partir do qual se constata que, nesta relação rural-urbana, as cidades em análise assumem um carácter predominantemente emissor. De facto, enquanto o valor total enviado foi de 3.795.786 meticais, numa média de 1.975,94 meticais por inquirido, o valor médio recebido foi de 818.126 meticais, numa média de 425,89 meticais por inquirido, portanto cerca de 4,6 vezes inferior, o que perfaz um saldo de 2.977.660 a favor dos locais de origem, ao longo do ano anterior. Essa diferença foi particularmente evidente na cidade de Maputo (cerca de 7 vezes superior) e na cidade de Nacala-Porto (6 vez superior), sendo bem menos evidente nas cidades de Quelimane (2 vezes superior) e de Tete (3 vezes superior).

Quadro 7: Descrição estatística dos fluxos financeiros envolvidos

Cidades	Remessas	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Soma
Maputo	Enviadas	4.887	800	0	0	566.000	1.837.717,01
	Recebidas	683,08	0	0	0	163.000	262.986,00
	Saldo	-4.089,91	-	-	-	-	-1.574.617,00
Tete	Enviadas	1.055,96	0	0	0	27.000	404.431,00
	Recebidas	372,55	0	0	0	7.950	142.685,00
	Saldo	-683,41	-	-	-	-	-261.746,00
Quelimane	Enviadas	842,67	0	0	0	20.800	323.584,00
	Recebidas	407,80	0	0	0	33.700	156.595,00
	Saldo	-434,87	-	-	-	-	-166.989,00
Nacala-Porto	Enviadas	1.673,01	0	0	0	50.000	644.108,00
	Recebidas	271,71	0	0	0	10.000	104.610,00
	Saldo	-1.401,29	-	-	-	-	-539.498,00
Pemba	Enviadas	1.526,20	0	0	0	90.000	586.060,00
	Recebidas	393,88	0	0	0	90.000	151.250,00
	Saldo	-1.132,32	-	-	-	-	-434.810,00
GERAL	Enviadas	1.975,94	0	0	0	566.000	3.795.786,00
	Recebidas	425,89	0	0	0	163.000	818.126,00
	Saldo	-1.550,06	-	-	-	-	-2.977.660,00

Considerando os valores enviados, a cidade de Maputo destaca-se claramente das restantes pelo maior volume médio de montantes enviados, num valor médio de 4.772,99 meticais por indivíduo, representando três vezes mais que Nacala-Porto (1.673,01 meticais) e que Pemba (1.526,20 meticais). Registando um valor mediano de 700 meticais ao nível das remessas enviadas, a cidade de Maputo constituiu o único local onde pelo menos metade dos inquiridos declarou ter enviado, ao longo do último ano, algo em género ou em dinheiro, para os seus familiares. Por sua vez, os inquiridos residentes nas cidades de Tete (1.055,96) e de Quelimane (842,67) constituem aqueles que menos declaram enviar remessas para os seus locais de origem.

Por outro lado, importa destacar o facto de, para todas as cidades, o valor médio das remessas enviadas ser bastante superior à respectiva mediana, o que traduz a existência de uma grande dispersão de valores pela amostra e, por consequência, grandes assimetrias em termos de envio. Os dados permitem concluir que os valores médios são inflacionados pelas elevadas contribuições de um pequeno grupo de migrantes, que contrasta com o facto de grande parte dos indivíduos não enviar quaisquer valores⁵⁴.

Finalmente, as remessas recebidas pelas populações citadinas apresentaram-se comparativamente inferiores aos valores enviados⁵⁵, atingindo o valor mais elevado na cidade de Maputo (numa média de 683,08 meticais anuais por inquirido) e traduzindo, de alguma forma, a dinâmica económica existente entre os moradores de Maputo e os seus familiares, maioritariamente residentes a Sul do Save⁵⁶. Em segundo

⁵⁴ Se a média do valor remetido para o local de origem é de 1.975,94 meticais, a verdade é que apenas 18% dos inquiridos declarou ter enviado um montante superior a esse valor, o que traduz as fortes assimetrias existentes. O montante máximo enviado atingiu os 566.000 meticais.

⁵⁵ Procurando testar a credibilidade destes valores, um questionário semelhante foi aplicado nos distritos de Zavala, Manjacaze, Inhassunge e Changara. Da análise dos resultados chega-se à conclusão que a diferença entre o valor das remessas enviadas e recebidas tende a ser mais equilibrada, pese embora não esteja distante dos valores apresentados pelos familiares migrantes na cidade. Da análise das respostas dos indivíduos inquiridos no campo, enquanto o valor médio recebido da cidade atingia os 1.681,08 meticais, os montantes enviados para a urbe quedavam-se pelos 414,52 meticais.

⁵⁶ Como demonstrado no primeiro capítulo, a maioria (68%) dos inquiridos na cidade de Maputo é originária do Sul do Moçambique, nomeadamente das províncias de Maputo Província, Gaza e Inhambane.

lugar, surgem os inquiridos residentes em Quelimane, com um valor médio recebido de 407,80 meticais.

O envio de remessas apresentou uma relação com um conjunto de variáveis, entre as quais o género, o nível de rendimentos e o tempo de residência na cidade. Comparando com a variável género, constatou-se que os valores médios que os homens declaram enviar para o local de origem são 2,4 vezes superiores aos declarados pelas mulheres. Essa tendência é mais evidente na cidade de Maputo (3,6 vezes maior), eventualmente em resultado do maior volume de rendimentos auferido pelos homens⁵⁷. Comparativamente com as mulheres, os homens apresentam-se bem mais activos ao nível dos volumes de valores e bens transferidos e recebidos (quadro 8).

Quadro 8: Valor dos fluxos financeiros enviados e recebidos, por cidade de residência e género

Cidade	Remessas	Género	
		Masculino	Feminino
Maputo	Enviadas	6997,37	1926,63
	Recebidas	962,11	361,68
Tete	Enviadas	1437,60	587,78
	Recebidas	440,83	294,79
Quelimane	Enviadas	1112,52	484,50
	Recebidas	459,63	339,00
Nacala-Porto	Enviadas	1775,52	1543,80
	Recebidas	377,92	119,00
Pemba	Enviadas	1929,77	1096,59
	Recebidas	666,92	103,23
	Enviadas	2636,83	1115,99
GERAL	Recebidas	576,52	240,91

⁵⁷ De facto, enquanto 63% das mulheres inquiridas auferiam rendimentos mensais inferiores a 3.183 meticais (à data, equivalente a um dólar por dia), apenas 35% dos homens inquiridos se encontravam nas mesmas condições.

Praticamente em todas as cidades, o aumento do rendimento do inquirido é acompanhado por um aumento do valor transferido para o seu local de origem. De facto, mediante o teste One Way ANOVA, a diferença na média de remessas enviadas entre os indivíduos de diferentes grupos rendimento é estatisticamente significativa ($\text{sig}=0\%$). No geral, enquanto os que auferem rendimentos inferiores a 1.000 meticais enviam valores médios anuais de 314,83 meticais, os que detêm um rendimento superior a 15.000 meticais atingem os 9.484,53 meticais por ano (sendo que em Maputo chega aos 25.907,35 meticais).

2.2.2. Principais formas de aplicação

Em relação ao destino das remessas financeiras enviadas para o local de origem (quadro 9), os dados permitem constatar que a compra de alimentos constitui a forma de aplicação mais vezes referida (26%), seguida da construção de casa (6%). Se considerarmos que o investimento na machamba (3%) e em pecuária (0,3%) apresentaram valores residuais, os dados permitem concluir que as actividades produtivas relacionadas com a produção de alimentos não são merecedoras de atenção da parte dos inquiridos, uma vez que o grosso dos valores enviados é canalizado para consumo.

O maior interesse pela actividade agrícola foi identificado entre os inquiridos na cidade de Quelimane (5,4%), em claro contraste com os residentes na capital do país (0,3%).

Quadro 9: Destino das remessas financeiras enviadas para o local de origem, por cidade de residência

Destino das remessas financeiras	Maputo	Tete	Quelimane	Nacala- Porto	Pemba	GERAL
Não Transfere	52,3%	64%	59,4%	62%	53,5%	57,3%
Construção de casa	6,4%	7,0%	0,8%	4,8%	12,1%	6,1%
Compra de alimentos	34,3%	16,2%	25%	23,7%	27,8%	26%
Compra de vestuário	1,1%	2,1%	0,5%	1,6%	0,8%	1,3%
Despesas de educação	2,4%	4,1%	1,4%	4,2%	2,7%	3%
Despesas médicas	1,9%	0,3%	2,7%	0,8%	1,0%	1,4%
Investimento na machamba	0,3%	4,9%	5,4%	3,6%	1,6%	3,1%
Investimento em pecuária	0,5%	0,3%	0%	0,5%	0%	0,3%
Outro destino	0,8%	1,1%	4,8%	0,2%	0,5%	1,5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A partir das observações no terreno, um dos símbolos que permitia distinguir os agregados familiares emigrantes era, frequentemente, a habitação (ver imagem 1). No Sul do País, a construção de uma casa com blocos de cimento e com janelas de alumínio está associada à trajectória migratória para a África do Sul, permitindo o reconhecimento fácil de um *majondjone*. Estas habitações convencionais destacam-se entre as casas dos vizinhos, onde predominam os materiais vegetais, por vezes conjugados com a chapa de zinco.

Imagem 1: Casa construída por um emigrante na África do Sul (distrito de Chibuto)



Conclusão

O estudo permitiu identificar a existência de relações estreitas entre as populações de origem migrante e os seus contextos socio-geográficos de origem, ainda que esse comportamento tenha sido diferenciado em torno de um conjunto de factores, como a cidade de destino do indivíduo, o género, o nível de rendimento ou o tempo de residência na cidade.

A vulgarização do telemóvel pelo meio rural tornou a comunicação entre a cidade e o campo bem mais frequente, sendo reduzida a percentagem de inquiridos que nunca contacta o seu contexto de proveniência. Da mesma forma, as visitas ao local de origem assumiram um carácter também regular, sendo que mais de dois terços dos inquiridos o fazem pelo menos uma vez por ano. A frequência destes contactos apresentou-se directamente proporcional ao rendimento dos inquiridos, tendendo a perder alguma frequência com o tempo de permanência na cidade. Os dados permitem concluir que o prolongamento da residência urbana tende a enfraquecer as ligações com o local de origem, traduzindo não necessariamente uma atitude mais individualista, mas uma reconfiguração das redes de relacionamento social, com reforço do espaço urbano. Pelo facto de deterem um maior poder económico, os homens apresentaram-se mais activos que as mulheres ao nível de visitas e contactos telefónicos. No geral, os resultados permitem concluir sobre a importância das redes de relacionamento com o local de proveniência, reforçando a ideia que a decisão migratória assentou, essencialmente, na expectativa de melhoria de vida e não, necessariamente, de ruptura com o contexto de origem.

Se a grande maioria dos inquiridos mantém um contacto regular com o mundo rural, em termos de fluxos financeiros assistiu-se a uma maior ruptura. De facto, mais de metade dos inquiridos declara não ter enviado valores monetários para o local de origem ao longo do último ano. Em termos de valores das remessas, foram evidenciadas assimetrias socio-espaciais. Por um lado, os residentes na capital do país destaca-

ram-se claramente dos restantes pelo seu maior nível de rendimento e, portanto, pelo maior volume de valores enviados, contrastando particularmente com os residentes nas cidades de Tete e de Quelimane. Não obstante toda a euforia económica vivida em torno da cidade de Tete, é um facto que a atracção migratória que desencadeou não se traduziu num envio generalizado de valores monetários para os locais de proveniência que pudesse compensar a precariedade desses meios rurais. Por outro lado, no seio das mesmas cidades, o fosso entre os valores máximos e mínimos enviados foi também elevado, particularmente na capital.

Analisando o saldo desses fluxos financeiros constata-se que é claramente favorável às pessoas residentes no meio rural, particularmente aos familiares dos inquiridos residentes em Maputo. O valor total das remessas enviadas atinge 3,79 milhões de meticais, importância que não é de desconsiderar, canalizado directamente para os agregados familiares, permitindo atenuar situações de pobreza.

Esta situação não deixa de ser geradora de fenómenos de dependência por parte das populações rurais relativamente a familiares residentes na cidade, assim como reproduzir uma imagem do mundo urbano relacionada com a obtenção de rendimentos e com a possibilidade de consumo, alimentando nos mais novos os seus próprios projectos migratórios. Por outro lado, o envio de remessas é gerador de expectativas sociais relativamente aos migrantes cidadãos, de quem se espera que voltem bem sucedidos, aumentando a pressão sobre os mesmos para corresponderem às expectativas dos familiares.

Os fluxos financeiros campo-cidade apresentaram dimensões comparativamente menores, registando os valores mais elevados na cidade de Maputo. Os dados recolhidos na capital permitem concluir a existência de trocas com dimensões mais volumosas, denotando a existência de movimentos circulares campo-cidade, através dos quais os agregados urbanos capitalizam os contactos distribuídos pelo mundo rural. Os dados permitem admitir a hipótese de, perante a carestia do custo de vida na capital, as populações desenvolvem estratégias de sobrevivência

assentes, não só na aposta em actividades informais ou na agricultura urbana, mas também na capitalização dos contactos com o mundo rural.

Os valores canalizados para o mundo rural foram sobretudo aplicados na satisfação de necessidades imediatas, nomeadamente no consumo de bens alimentares e na melhoria das condições habitacionais, neste último caso entendido como um símbolo de sucesso social. Comparativamente, a canalização das importâncias financeiras para a produção de alimentos adquiriu um carácter residual. Neste cenário, torna-se mais nítida a distinção dos agregados com familiares migrantes, apesar de não ser necessariamente traduzível num aumento da capacidade de produção alimentar. Apesar de algumas modalidades de consumo implicarem a geração de novos negócios locais (relacionados, por exemplo, com serviços de construção), permitindo a distribuição das vantagens das remessas por populações não migrantes, a verdade é que este fenómeno traduz-se num aumento das assimetrias a nível local.

Os valores financeiros poderão ter um impacto positivo na economia se estiver reunido um conjunto de condições. Por um lado, os mercados deverão estar suficientemente integrados, com uma força de trabalho flexível e como uma estrutura produtiva adaptável, tornando-se capazes de responder positivamente aos estímulos das remessas. Importa, para tal, a existência de uma estabilidade política e governativa, assim como um ambiente económico favorável ao investimento, incluindo uma administração pública eficiente e um sistema financeiro descentralizado ou com fortes associações locais de migrantes. Estas associações podem exercer um papel fundamental a vários níveis. Por um lado, podem funcionar como veículo de pressão para o desenvolvimento de infra-estruturas socio-económicas. Por outro lado, podem exercer um papel importante na procura de soluções para inserção dos produtores no mercado, nomeadamente ao nível da criação de programas de atribuição de microcrédito para os associados, para a disponibilização de insumos agrícolas, para a dinamização de condições de transporte para escoamento dos produtos nos mercados ou para a melhoria do relacionamento entre o campo e as pequenas cidades, potenciando experiências acumuladas e contactos existentes para a realização de novos

negócios. Em colaboração com estruturas públicas ou governamentais, estas associações podem desempenhar um papel importante na formação de pequenos empresários. Trata-se, de alguma forma, da criação de incentivos para o encaminhamento de parte dos fundos financeiros para o campo associativo, produtivo e comercial.

Importaria, ainda, fortalecer as relações entre o campo e a cidade, sobretudo através da melhoria das condições de transporte e de comunicação, da criação de condições para escoamento da produção, ou de projectos de agro-processamento que possibilitem a criação de emprego (agrícola ou não-agrícola), em particular em áreas geográficas de destino de remessas de migrantes.

CAPÍTULO 4

'HAVEMOS DE VOLTAR?' REPRESENTAÇÕES DO MUNDO RURAL E EXPECTATIVAS DE REGRESSO AO CAMPO

João Feijó e Aleia Rachide Agy

Introdução

Uma das questões que não deixa de preocupar os fazedores de políticas públicas prende-se com o crescimento urbano e com a gestão sustentada das cidades. Ao longo da história, os Governos mais afectados por estes problemas sempre procuraram soluções para o dissipar, instituindo medidas tão diversas como o estrito controlo da migração para as cidades (particularmente durante o período de *apartheid* ou no pós-independência em Moçambique), o regresso compulsivo de populações para zonas rurais (como no caso da Operação Produção em Moçambique), medidas descentralizadoras através da promoção de cidades de pequena dimensão (como na Zâmbia) ou a criação de novas capitais (como na Nigéria ou na Tanzânia). Estas políticas foram, no entanto, bastante criticadas, pelo facto de não considerarem os direitos humanos ou pelos impactos ambientais provocados (Lynch, 2005: 124).

Ainda que a literatura académica não seja abastada na análise do processo de retorno dos migrantes aos contextos de origem, a verdade é que esta temática não deixa de interessar aos analistas do desenvolvimento.

Pelas possibilidades que proporcionam ao nível da transferência de competências, conhecimentos e capitais, o regresso de populações migrantes pode exercer um impacto positivo sobre o investimento e desenvolvimento socioeconómico dos locais de proveniência. Neste cenário, torna-se relevante conhecer as características socioeconómicas das populações de origem migrante, as suas relações com os contextos de origem, assim como as perspectivas de regresso e de futuro investimento. Trata-se de uma informação imprescindível para a criação de políticas públicas capazes de potenciar esse fluxo de pessoas, de ideias e de capitais.

Ao longo deste último capítulo pretende-se conhecer, num primeiro momento, as representações construídas pelas populações de origem rural sobre os seus contextos rurais de origem. Num segundo momento, procura-se compreender os projectos que estes actores sociais constroem em relação ao futuro, distinguindo-se as perspectivas de permanência na cidade ou de regresso ao campo. Por fim, pretende-se diagnosticar eventuais perspectivas empreendedoras nos locais de origem, identificando os respectivos sectores económicos de actividade.

1. O Regresso ao Campo: Complexidades, Tipologias e Impactos

As análises dos processos migratórios tendem a encarar estes fenómenos como um processo unidireccional, orientado de um local de origem para um destino. Como explica King (2007: 7), os estudos tendem a enfatizar as motivações migratórias e os processos de chegada, as dinâmicas de reassentamento e da integração socio-económica no local de destino ou os processos de relacionamento com os locais de origem. Apesar de os motivos pelos quais as pessoas migram serem relativamente compreendidos, os analistas dos estudos migratórios têm sido consensuais (Bovenkerk, 1974; King, 2007) que pouco se sabe sobre o processo de regresso das pessoas às suas comunidades de origem, especialmente na África subsaariana (Hirvonen e Lilleor, 2014:

2). Bovenkerk (1974: 4) constata a utilização, por parte dos analistas, de diversos conceitos para designar o fenómeno de regresso ao local de origem, entre os quais “*migração de retorno*”, “*migração contracorrente*” ou de “*refluxo*”, “*remigração*”, “*segunda migração*” ou “*repatriamento*”. Em termos semânticos, a maior parte destes termos traduz um segundo processo migratório, representando a realidade de uma forma estática, não captando situações híbridas relacionadas com processos cíclicos ou deslocações temporárias, historicamente características das regiões da África Austral, tal como explicado no capítulo 1. Nestes contextos geográficos, as análises vêm recorrendo a outra terminologia, nomeadamente “*trabalho migratório*” (Head, 1980; First, 1998), “*migração sazonal*” (Vail e White, 2017), “*migração periódica*” ou “*migrações circulares*” (Brycesson; 1999: 4; Owuor, 2017: 110).

Se o regresso de emigrantes exprime, de alguma forma, o processo através do qual as pessoas voltam ao seu local de origem após um período temporal numa outra região, numa sociedade marcada pela mobilidade, esse regresso constitui, na verdade, um conceito bem mais dinâmico e complexo de definir. Na verdade, o regresso constitui, não só a continuidade, como também o prelúdio de episódios de mobilidade, frequentemente enquadrados num processo cíclico de deslocações sazonais. Por outro lado, a frequente inexistência de dados estatísticos sobre este fenómeno torna-o complexo de descrever, o que não deixa de constituir, simultaneamente, uma causa e uma consequência do esquecimento a que tem sido votado este fenómeno, ao nível dos estudos populacionais (King, 2000: 8-9).

Não obstante a reduzida atenção conferida a este fenómeno pelos analistas sociais, diversas tipologias têm sido criadas para definir as formas de retorno, por exemplo, com base na duração temporal desse regresso, com base na intenção inicial das populações migrantes ou com base no processo de aculturação no local de destino.

Analisando a **duração temporal do regresso**, King (2000: 10) distingue quatro situações, entre as quais: i) o **regresso ocasional e de curta duração**, nomeadamente em férias ou em visita a familiares, quer para realização de pequenos negócios, para participação em

cerimónias como casamentos ou funerais, entre outros motivos; ii) o **regresso sazonal**, frequentemente para participação em actividades económicas agrícolas (como sementeiras ou colheitas) ou para emprego no sector do turismo durante a época alta; iii) o **regresso temporário**, por um período significativo de tempo, eventualmente procurando uma reintegração profissional provisória, mas perspectivando um novo projecto migratório; e iv) o **regresso permanente**, que se refere às situações em que o migrante se reinstala para sempre no local de origem.

Desenvolvida por Cerase (1974), uma outra tipologia reflecte a relação dialéctica existente entre o regresso e a aculturação no local de destino, distinguindo da mesma forma quatro situações: por um lado o **regresso por insucesso** no local de destino, em termos de desintegração social ou económica, do qual resulta um rápido retorno ao local de origem; em segundo lugar, o **regresso conservador**, que acontece quando o migrante permanece um período de tempo considerável no local de destino, mas com uma reduzida aculturação, em virtude da constante referência à cultura de origem, quer em termos de hábitos e costumes, quer em termos de canalização de remessas; em terceiro lugar, o que Cerase designa de **regresso de inovação**, referindo-se aos migrantes que permanecem na comunidade de destino por um período de tempo superior ao projecto inicial, revelando sucesso nesse processo, trazendo posteriormente novas ideias, valores e ambições para o local de origem. Finalmente, o **regresso por reforma**, que consiste no retorno ao local de origem no final de uma vida de trabalho. O regresso de inovação tem constituído aquele que mais interesse tem despertado junto dos profissionais do desenvolvimento, tendo-se gerado um aceso debate em torno das condições socioeconómicas que devem ser criadas nos locais de origem, com vista a promover a atracção destas populações, das respectivas competências e capitais (Olesen, 2002: 145).

King (2000: 11) propõe uma outra tipologia assente na conjugação da intenção inicial dos migrantes e do comportamento efectivamente adoptado, distinguindo, mais uma vez, quatro categorias. Uma primeira, englobaria aqueles que migram com um objectivo específico (normalmente económico ou educacional) e com uma intenção de regresso

e que, de facto, regressam. Uma segunda, refere-se àqueles que inicialmente perspectivavam um projecto migratório temporário, mas cujo regresso é sucessivamente adiado até nunca acontecer, como no caso de estudantes que finalizam os seus cursos ou trabalhadores migrantes que decidem fixar-se no local de destino. Em terceiro lugar, encontramos os migrantes com um projecto inicial que se pretendia permanente, mas que acaba por resultar num regresso ao local de origem, em resultado de motivações afectivas, ou da melhoria socioeconómica das condições no local de proveniência. Um quarto grupo engloba os migrantes que tinham a intenção inicial de não regressar e que, efectivamente, não regressam.

Na verdade, o processo de regresso constitui algo bastante dinâmico. Como explica Gmelch (1980: 138), aquando do início do projecto migratório, muitos migrantes não têm planos definitivos, realizando (re)avaliações regulares das condições oferecidas, em função das circunstâncias de cada momento, pelo que as interações entre intenção de regresso, comportamento efectivo, condições de integração nos respectivos locais e aspectos identitários conduzem a um complexo debate em torno daquilo que Anwar (1979) definir de “*myth of return*”.

Analisando as motivações para o regresso, King (2000: 14) sintetiza um conjunto de aspectos, estruturados em dimensões económicas, sociais, familiares e políticas. **Em termos económicos** destaca aspectos de atracção no local de origem (como o surgimento de oportunidades de emprego ou de investimento), assim como aspectos de repulsão do local de destino, como situações de recessão, de desemprego ou finalização de contratos de trabalho. Potts (1995: 259-260; 2005: 590) demonstra que, durante os períodos de ajustamento estrutural das economias, que

afectaram particularmente os centros urbanos africanos⁵⁸, se assistiu a uma redução das tendências migratórias para estes espaços e, inclusive, a situações de regresso de populações citadinas para o campo. Como explica a autora, durante os períodos de dificuldades económicas, uma série de estratégias económicas foram utilizadas por aqueles que, estando na cidade ou no campo, tinham acesso aos recursos urbanos e rurais. Neste cenário, para além da aposta nas actividades informais ou na agricultura urbana, assistiu-se a uma exploração das ligações rurais-urbanas, através de movimentos circulatorios entre estes dois espaços, promovido pelos mais pobres e desempregados.

Em termos sociais, King (2000: 15) distingue também mecanismos de repulsão e de atracção, incluindo dificuldades de integração no local de destino, acompanhados pela nostalgia do local de origem, ou o desejo de gozar de um estatuto social ascendente após o regresso, através de iniciativas económicas, doações ou pela ostentação de bens simbólicos.

Em terceiro lugar, as **causas familiares** relacionam-se com o próprio ciclo de vida do agregado. Aspectos como as oportunidades educativas oferecidas a crianças em idade escolar, situações de reforma, ligações afectivas com o local de origem, situações de ajuntamento ou separação familiar ou obrigações para com familiares podem pesar na definição do trajecto migratório.

Finalmente, podem também existir **motivos políticos** relacionados com as políticas governamentais nos locais de origem e de destino, como a limitação ou extensão de direitos de cidadania, como de mobilidade,

⁵⁸ Potts (1995: 245-247) descreve os efeitos do ajustamento estrutural, ao longo da década de 1980, sobre diversos países africanos, nomeadamente ao nível da diminuição dos rendimentos médios das famílias, com consequências sobre a pobreza urbana. As condições económicas tornaram a vida nas cidades intolerável, em virtude das reformas do FMI que impuseram uma forte austeridade sobre serviços essenciais como educação, saúde e transporte, limitando o acesso das populações urbanas a esses serviços (Potts, 1995: 259-260). Neste cenário, grande parte da população que vivia nas cidades da África Subsaariana conheceu um considerável declínio das condições de vida pelo que, de acordo com a autora, as explicações das migrações rural-urbanas, assentes na ideia de *urban bias*, deixaram de fazer tanto sentido. A autora refuta a ideia segundo a qual uma forte migração rural-urbana continuava a traduzir-se num rápido crescimento das cidades africanas, em países como a Zâmbia, Gana e Uganda, e demonstra, inclusive, a existência de tendências de migratórias no sentido inverso.

a possibilidade de acesso ao trabalho ou de reajuntamento familiar, mas também a concessão de benefícios sociais ou assistência social.

King (2000: 15-16) estabelece também duas considerações genéricas. Por um lado, os factores de atracção do local de origem exercem uma influência maior do que os factores de repulsão do local de destino, em termos de decisão de regresso. Por outro lado, que os factores não económicos têm um peso maior ao nível da decisão de regresso do que os factores económicos, pelo menos em comparação com os factores iniciais motivadores da partida do migrante, fortemente motivada por factores económicos. Não obstante, diversos estudos apontam a existência de um ambiente economicamente desfavorável no local de destino como um factor motivador da decisão de regresso.

O processo de retorno dos migrantes pode exercer uma força de desenvolvimento para as comunidades de destino. Como explica Bovenkerk (1974: 45-49), os efeitos desse regresso podem ser bastante relativos, variando em função de um conjunto de factores relacionados com a duração do período de ausência e de regresso, com a massa populacional ou com a formação adquirida no exterior. Como explica o autor, o regresso de uma significativa massa populacional poderá exercer um maior efeito de transformação social, mas também poderá ser geradora de conflitos de valores ou pelo acesso a recursos de poder. Períodos muito longos de ausência tendem a conduzir a choques culturais no processo de reintegração, sendo que períodos muito curtos não são geradores de uma influência significativa.

Por outro lado, as transformações no local de origem poderão variar em função da formação ou da experiência profissional adquirida ao longo do trajecto migratório. King (2000: 19) estabelece como hipótese que, quanto mais urbanizados e industrializados forem os valores dos migrantes no seu local de destino, maior tenderá a ser a tensão no processo de readaptação ao local de proveniência e maior poderá ser o potencial de mudança social. Ainda que não tenha deixado de despoletar tensões e conflitos intergeracionais (Lubkemann, 2004: 255), a literatura (First, 1998) ilustra a facilidade como os migrantes moçambicanos que regressaram das minas sul-africanas se integraram na vida comunitária

local, em parte pelo facto de terem permanecido circunscritos às unidades de produção mineiras e, portanto, com um contacto limitado com a vida urbana envolvente. As mulheres podem enfrentar problemas específicos no regresso. Em muitos casos, elas haviam experimentado um estilo de vida mais independente no exterior, particularmente pela experiência anterior de trabalho pago e de terem vivido numa sociedade mais igualitária e aberta (Feijó e Agy, 2015a). Após o regresso, voltam a enfrentar barreiras ao nível do emprego e da emancipação⁵⁹. As crianças regressadas também podem sentir alguma dificuldade de adaptação inicial, em resultado da existência de diferentes costumes, formas de interacção juvenil, ou diferente linguagem (King, 2000: 22).

Finalmente, a forma como as pessoas regressadas estão organizadas pode afectar o impacto, dependendo de se tratar de um processo espontâneo ou se é organizado através de políticas públicas.

Não obstante todos esses factores, o regresso de pessoas qualificadas para os meios rurais ou em desenvolvimentos tem sido analisado como tendo efeitos benéficos, pelo facto de proporcionar a introdução de novos conhecimentos, hábitos e competências (De Haas, 2005: 5). Os migrantes mais escolarizados podem desempenhar um papel importante na esfera do debate público e do fortalecimento de uma sociedade civil local, mas também ao nível da emancipação da mulher ou de pequenos grupos minoritários (De Haas, 2005). Contudo, só por si, a detenção de qualificações e de experiência profissional não exerce necessariamente um impacto positivo no local de origem. Como mostra King (2000: 25), a migração por objectivos de trabalho é frequentemente dirigida pelas necessidades do mercado de trabalho no local de destino, pelo que as competências e experiências aí adquiridas poderão não ser necessariamente úteis para o local de proveniência das populações migrantes.

⁵⁹ A partir da análise por questionário de um grupo de migrantes na região de Kagera, na Tanzânia, Hirvonen e Lilleør (2014: 4) constatam, inclusive, que as mulheres retornadas demonstravam menor satisfação com a sua situação, pelo menos por comparação com aquelas que não haviam experimentado uma trajetória migratória e as que se mantinham na cidade.

Os migrantes regressados trazem frequentemente somas monetárias não negligenciáveis para os contextos de origem, sendo potencialmente capazes de estimular o desenvolvimento local. A vasta literatura (Newitt, 1995; First, 1998; King, 2000; Covane, 2001; Negrão, 2006; Hirvonen e Lilleor, 2014) demonstra que estes actores tendem a realizar melhorias nas condições habitacionais ou de educação, investimentos na aquisição de propriedades ou na implementação de pequenas actividades, ao nível da agricultura, do comércio, da hotelaria e restauração, entre outros pequenos negócios.

O processo de regresso do migrante é também acompanhado por uma mudança social. Depois de acumularem riqueza, os migrantes passam a assumir um novo estatuto económico e a constituir um símbolo de mobilidade social ascendente. Frequentemente passam a constituir pequenos empregadores, abrindo pequenas lojas ou adquirindo terras. Como explica King (2000: 23), os migrantes podem tender a mostrar alguma resistência a voltar para os seus trabalhos anteriores, considerados socialmente desprestigiantes aos olhos dos vizinhos e familiares, que depositaram no migrante expectativas de mobilidade social. É neste cenário que se explicam comportamentos ostensivos e condutas arrogantes, quer através do vestuário, das casas que constroem, dos nomes que atribuem às unidades económicas e de outros hábitos em geral.

2. Representações dos Contextos de Origem e de Destino

Ao longo desta secção pretende-se compreender as representações construídas, já em contexto urbano, relativamente ao local de origem, comparando as condições sociais oferecidas pela cidade e pelo campo. Quando questionados acerca dessas dimensões de análise, foi notória a preferência entre os inquiridos pelo contexto urbano (ver quadro 1), nomeadamente em termos de acesso a energia (88%), a transporte e comunicação (88%), a emprego/rendimento (85%), saúde (84%), educação (80%), produtos disponíveis para comprar (77%), água (74%) e, inclusivamente, a alimentação (59%) e condições de segurança (58%).

Um aspecto que merece destaque prende-se com o facto de, para a grande maioria dos inquiridos em Quelimane (76%), esta cidade oferecer maiores facilidades de acesso a produtos alimentares do que o local de origem. Trata-se de populações originárias quase exclusivamente da província da Zambézia, nomeadamente de distritos produtores de produtos agrícolas alimentares, como Nicoadala (20%), Inhassunge (16%), Maganja da Costa (9%) e Ile (7%). Estes resultados traduzem a desestruturação do sistema agrícola na província⁶⁰ (Mosca e Nova, 2016), sobretudo ao nível da pequena produção familiar, sector sistematicamente secundarizado pelas políticas públicas (Mosca, 2016), afectando, desta forma, grande parte da população.

As vantagens do campo foram associadas, sobretudo, ao acesso a espaço/terreno (63%) – representação mais evidente entre os inquiridos residentes nas cidades que registam um maior volume de investimento e maior pressão imobiliária, nomeadamente Maputo (81%) e Tete (76%) – e à proximidade com familiares e amigos (60%) – sobretudo em Pemba (73%) e Nacala-Porto (72%). As populações inquiridas na cidade de Tete (originárias de diversos distritos entre os quais Changara, Chiúta, Marara e Angónia) constituíram as únicas que, de forma maioritária, consideraram mais fácil o acesso a alimentação no local de origem. Estes resultados poderão ser explicados pelo pressão inflacionista dos preços na cidade de Tete, sobretudo na sequência dos grandes investimentos realizados em torno da indústria do carvão (Mosca e Selemene, 2011).

⁶⁰ Em pesquisas recentemente conduzidas nos mercados municipais de Quelimane (Feijó C, 2016) constatou-se a crescente importação de diversos produtos alimentares, com destaque para o arroz, frango ou tomate, produtos com potencial produtivo no próprio distrito.

Quadro 1: Representações do local de origem e da cidade de destino

Condições Sociais	Local onde as condições são mais vantajosas		
	Local de origem	Cidade de destino	Sem diferença
Acesso a emprego/ rendimento	5,1%	85,1%	9,8%
Acesso a alimentação	28,3%	59%	12,7%
Acesso a água	15,6%	73,8%	10,6%
Acesso a energia	3,2%	88%	8,8%
Acesso a transporte/ comunicação	3,4%	88%	8,5%
Acesso saúde	4,5%	83,5%	12%
Acesso a educação	9,1%	79,7%	11,2%
Acesso a espaço /terreno	62,6%	31,8%	5,5%
Produtos/ serviços disponíveis para comprar	16,3%	77,4%	6,3%
Proximidade de familiares	60,2%	30,1%	9,7%
Condições de segurança	27,4%	57,5%	15,1%

3. Expectativas de Regresso ao Local de Origem

Questionados sobre o projecto de vida nos próximos cinco anos (quadro 2), a maioria dos inquiridos referiu que pretendia “*continuar a viver na cidade*” (83%). Trata-se do projecto predominante entre os inquiridos de todas as cidades analisadas, sobretudo entre os residentes nas cidades de Quelimane (87%), de Nacala porto (86%) e Pemba (83%). Comparativamente com as restantes urbes, a cidade de Maputo constitui aquela onde uma maior percentagem de residentes (15%) tenciona regressar ao local de origem e onde uma menor proporção de inquiridos (79%) projecta continuar a residir na cidade. Apesar de não tão influente como noutras cidades da África subsaariana (Potts, 1995; 2005), estes resultados sugerem um crescimento de maiores expectativas de relacionamento com o meio rural entre os residentes na capital de Moçambique. Por outro lado, 16% dos inquiridos em

Maputo declara exercer actividades agro-pecuárias (de forma principal ou secundária), ainda que não seja uma percentagem tão significativa como em Quelimane (33%) e Nacala-Porto (31%).

Por outro lado, a expectativa de regresso foi menos evidente entre as mulheres (87,1%) do que entre os homens (79,3%), particularmente entre as inquiridas em Nacala-Porto (92,3%), Quelimane (89,7%) e Maputo (86,7%). Tal como explicado em análises anteriores (Feijó e Agy, 2015), a chegada à cidade foi responsável por uma melhoria das condições de vida das mulheres, quer em termos ocupacionais, de geração de rendimento, de oportunidades de consumo ou de participação na vida associativa. Pelo facto de constituírem espaços mais inseridos na economia capitalista e, por inerência, mais individualistas, os grandes centros urbanos tendem a oferecer às mulheres maiores oportunidades de emancipação social. De facto, a literatura (Andrade *et al.*, 1998; Waterhouse e Vijfhuizen, 2001) vem abordando inúmeros obstáculos enfrentados pelas mulheres no campo, relacionados com as responsabilidades de assistência à família (crianças e idosos), de realização de tarefas domésticas ou de trabalho na machamba familiar ou com a existência de salários diferenciados. Uma vez na cidade, a mulher liberta-se dos efeitos da tradição, exercendo mais plenamente os seus direitos de cidadania.

Quadro 2: Género, cidade de residência e projectos de vida dentro de 5 anos

Cidade	Projecto de Vida dentro de 5 anos							
	Género	Continuar a viver na cidade	Mudar para outra cidade em Moçambique	Mudar para outro país	Voltar à comunidade de origem	Mudar para uma zona rural fora do local de origem	Outro	Total
Maputo	Masculino	72,2%	6,2%	1,4%	19,6%	0%	0,5%	100%
	Feminino	86,7%	2,5%	0%	8,2%	1,3%	1,3%	100%
	% Geral	78,7%	4,5%	0,8%	14,7%	0,5%	0,8%	100%
Tete	Masculino	78,6%	3,3%	0,8%	12,4%	2,4%	2,9%	100%
	Feminino	82,0%	3%	0%	5,4%	4,8%	4,8%	100%
	% Geral	80,3%	3,1%	0,3%	9,2%	3,4%	3,7%	100%
Quelimane	Masculino	84,9%	8,2%	0%	5,9%	0%	0,9%	100%
	Feminino	89,7%	5,5%	0%	3%	1,2%	0,6%	100%
	% Geral	87%	7%	0%	4,7%	0,5%	0,8%	100%
Nacala Porto	Masculino	80,3%	6,6%	2,2%	4,7%	0,9%	0,0%	100%
	Feminino	92,3%	1,3%	0%	5,2%	1,3%	0,0%	100%
	% Geral	85,2%	4,4%	1,3%	8,1%	1%	0,0%	100%
Pemba	Masculino	80,3%	5,6%	2%	9,6%	2,0%	0,5%	100%
	Feminino	85,4%	4,3%	0,5%	9,2%	0%	0,5%	100%
	% Geral	82,8%	5,0%	1,3%	9,4%	1%	0,5%	100%
Geral	Masculino	79,3%	6,0%	1,2%	11,5%	1%	0,9%	100%
	Feminino	87,1%	3,4%	0,1%	6,3%	1,7%	1,4%	100%
	% Geral	82,8%	4,8%	0,7%	9,2%	1,3%	1,2%	100%

Analisando os projectos de retorno ao local de origem por tempo de residência na cidade (ver quadro 3) constata-se que, à medida que se prolonga a residência urbana, tende-se a sedimentar o projecto de permanência na cidade. Os dados indicam que o regresso ao local de origem é mais evidente entre os recém-chegados à cidade, que aí residem há menos de 5 anos, tendendo a diminuir nos anos seguintes e voltando a aumentar ao fim de 20 anos de residência urbana. Os dados sugerem que, passados os primeiros anos de integração, reforça-se o projecto de fixação na cidade.

Quadro 3: Relação entre o tempo de residência na cidade e projecto de vida dentro de 5 anos

Projecto de vida dentro de 5 anos	Projecto de Vida dentro de 5 anos						
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31- +
Continuar a viver na cidade	73,2%	77,9%	86,5%	82,7%	84,8%	88,7%	86,9%
Mudar para outra cidade em Moçambique	6,1%	7,2%	4,1%	6,7%	3,2%	3,0%	3,7%
Mudar para outro país	0%	2,1%	0,4%	0,5%	0,5%	0,6%	0,9%
Voltar à comunidade de origem	17,4%	8,6%	7,5%	6,3%	10,6%	4,2%	8,0%
Mudar para uma zona rural fora do local de origem	1%	2,4%	1,1%	2,9%	0%	1,2%	0,6%
Outro	2,3	1,7%	0,4%	1,0%	0,9%	2,4%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Ao longo da realização de entrevistas foi possível identificar que o prolongamento da vida na cidade, a ambientação aos hábitos urbanos, o investimento nas condições habitacionais ou na escolarização dos filhos, assim como as respectivas expectativas de emprego no sector formal urbano tendem a constituir factores que desincentivam um regresso. Já nascidos nas cidades, envolvidos nos estilos de vida e de consumo urbanos, os mais novos são frequentemente os mais reticentes a um eventual projecto de regresso:

- *“Eles nunca, nem vão pensar em sair para Nampula (...) Epá aqui a sua terra é aqui, epá não sei o que, nem quando vêem uma pessoa lá na televisão dizem: ‘Eh familiar do meu pai coitado’, dizem! Então, eu preferi arranjar um abrigo para eles, onde vai pôr a cabeça apanha um sono, pronto”* (Homem, 47 anos, 5º classe, natural de Mossuril, Nampula, residente no bairro Mafalala, Maputo).

- *“tenho a certeza que os meus filhos nunca vão querer ir para lá... estão habituada (sic) viver na cidade de Maputo... e não só isso... estando cá no Maputo eu... já tenho um sítio para substituir como fosse minha zona de origem estou lá para Tenga... tenho um terreno Tenga... quando vou lá... me faz recordar minha terra natal... porque está muito distante da... do... do coiso da estrada... eu faço machamba... tenho uma pequena criação... pato, galinha... cabrito... por aí”* (Mulher, 52 anos, 12º classe, contabilista, natural de Lago, Niassa e residente no bairro da Coop, Maputo)

- “*Ir viver lá?... Não... [risos] prefiro viver cá... (...) Porque cá há melhores condições de vida do que lá... (...) emprego... escola também... (Mulher, 27 anos, 12º classe, servente, natural de Manjacaze, residente no bairro da Mahotas, Maputo)*

- “*Ir visitar sim... viver lá não (...) acho que já nem posso conseguir me ambientar naquele ambiente... (...) nasci lá... mas nascer lá e crescer fora de Inhambane é difícil (...) Sai de lá com os catorze anos... sim... vim viver cá... cresci cá... tudo que eu sei graças à minha tia... eu não sabia nada... saí de lá criança... já de... de hoje, daqui para aqui, eu decidir (sic) dizer que vou viver em Inhambane... vai-me tornar difícil se mesmo quando vou visitar... em uma semana já quero voltar para Maputo porque já não aguento... não... não aguento... aquela água me faz mal... eu sei de que ao andar do tempo posso me habituar mas não... não rezo em voltar para lá... (Mulher, 28 anos, 8º classe, servente, natural de Morrumbene, Inhambane, residente no bairro das Mahotas, Maputo).*

Analisando o projecto de futuro em função do rendimento auferido constatou-se que, ainda que de forma pouco significativa, à medida que aumentam as receitas dos inquiridos tende a diminuir a percentagem daqueles que tencionam continuar a residir na cidade (ver quadro 4). Apesar de a intenção de continuar na cidade se manter predominante, o aumento das receitas é gerador de projectos de mudança por parte dos inquiridos, expressos na maior pretensão de mudar para outra cidade de Moçambique, ou mesmo para outro país.

Quadro 4: Relação entre rendimento auferido na cidade e projecto de vida dentro de 5 anos

Rendimento auferido na cidade	Projecto de vida dentro de 5 anos						Total
	Continuar a viver na cidade	Mudar para outra cidade em Moçambique	Mudar para outro país	Voltar à comunidade de origem	Mudar para uma zona rural fora do local de origem	Outro	
<1000 Mt	85,4%	3,4%	0%	6,7%	3,1%	1,4%	100%
1000 - 3183 Mt	82,9%	4,2%	0,4%	10,9%	1,4%	1,1%	100%
3184 - 8000 Mt	81,1%	5,6%	1,6%	9,3%	0,5%	1%	100%
8001 - 15000 Mt	79,1%	7%	0%	11,6%	1,2%	1,2%	100%
>15000 Mt	79,9%	8,7%	2,0%	7,4%	0,7%	1,3%	100%

Relacionando o nível de escolaridade com o projecto de vida num horizonte de 5 anos (ver quadro 5) constatou-se que entre os inquiridos menos qualificados foi manifesta uma maior propensão para querer regressar ao local de origem, sobretudo entre aqueles com o nível primário (13%) ou mesmo sem escolaridade (11%). A detenção de um nível de ensino superior (4%) traduz-se numa diminuição da perspectiva de regresso ao local de origem. A detenção de maiores qualificações, a maior probabilidade de integração no mercado de trabalho formal urbano e a falta de perspectivas de empregabilidade no local de origem justificam uma menor intensão de deslocação para o mundo rural e uma maior propensão para permanecer na cidade actual (84%) ou noutra em Moçambique (10%) ou, inclusive, para outro país (2%).

Quadro 5: Relação entre o nível de escolaridade e projecto de vida dentro de 5 anos

Nível de Escolaridade	Projecto de vida dentro de 5 anos						Total
	Continuar a viver na cidade	Mudar para outra cidade em Moçambique	Mudar para outro país	Voltar ao local de origem	Mudar p/ outra zona rural	Outro	
Sem escolaridade	83,7%	3,1%	0,3%	10,8%	1,4%	0,7%	100%
Alfabetizado	84%	4%	0,6%	8,6%	1,5%	1,3%	100%
Nível primário	81,6%	3,2%	0,9%	12,6%	0,9%	0,9%	100%
Nível secundário	84,5%	5,2%	0,3%	7%	1,8%	1,2%	100%
Nível médio	78,5%	6,9%	1%	9,6%	1,7%	2,3%	100%
Nível superior	83,5%	10,1%	2,2%	4,3%	0%	0%	100%

Analisando as ocupações profissionais dos inquiridos que pretendem regressar ao local de origem, constata-se que são actividades de cariz manual, subordinadas e pouco exigentes de qualificações: mais de dois terços (69%) desta população são compostos por vendedores (14%), trabalhadores dos serviços de protecção e segurança (13%), trabalhadores não qualificados da construção (10%), ou da agricultura (8%), vendedores ambulantes (8%), trabalhadores dos serviços pessoais (6%), trabalhadores qualificados da transformação de alimentos (6%) e trabalhadores de limpeza (5%).

Os dados recolhidos na cidade de Maputo através de entrevista corroboram as informações obtidas através de inquérito por questionário. Os que demonstram intenção de regresso dividem-se essencialmente em dois grupos. Em primeiro lugar, os recém-chegados, portanto há menos de 5 anos, com um processo de integração ainda não resolvido, quer em termos profissionais ou de ambientação aos costumes urbanos, que procuram no lugar de origem a aquisição de terreno ou a proximidade com a comunidade de origem. Num segundo grupo incluem-se os indivíduos residentes há muitos anos na cidade, mais escolarizados e com melhores condições socioeconómicas (inclusivamente pensões de reforma), que buscam no campo a tranquilidade bucólica.

- *“Opah... viver uma vida tranquila... minha velhice lá... (...) [A cidade] é muito agitada (...) é cansativa sim (...) tirar um pouco da do campo, não é? Tirar um pouco do campo... da machamba... humm...sentar, se calhar numa sombra de... uma mafurreira... por aí... em vez de estar aqui no apartamento sempre...”* (Homem, 61 anos, licenciado, contabilista, natural de Chokwé, Gaza, residente no bairro da Malhangalene A, Maputo)

- *“É um plano que já tenho em alguns meses atrás, mas, acho que Junho vou, hei-de decidir lá durante as férias, vou ter que sentar e analisar que, ya, o caminho que vou levar é este (...) essa decisão tomei porque nos meus análises estou a ver que não é fácil ter terreno aqui no Maputo. Terreno parte de 30.000 meticais. Então, vale a pena em Tete. Talvez eu tendo na conta uns 1.000 ou 15.000 meticais na conta, posso adquirir um terreno”* (Homem, 35 anos, 7º classe, natural de Angónia, Tete, residente em Polana Caniço B, Maputo)

- *“Epá não há decisão de ficar, só que, epá, as condições não chegam. A pessoa faz programa para fazer aquilo como é que as condições não chegam, precisa de voltarmos. Não é que a pessoa há-de ficar mais aqui para nunca mais, não, há-de voltar um dia qualquer, não sei quando, não sei, só que condição é que não chega (...) Ah gostaria de fazer uma casa lá sim, porque é minha província, ali é em casa ali, o que fazer. Quero fazer minha casa à maneira”* (Homem, 28 anos, 9º classe, natural de Namacurra, Zambézia, residente em Hulene, Maputo)

4. Perspectivas de Investimento no Campo

Quando inquiridos acerca das actividades que gostariam de desenvolver no local de origem, constata-se que 23% dos inquiridos referiram que não pretendiam “nenhuma”. Entre as opções empreendedoras sobressaiu a pretensão de “iniciar uma exploração agrícola” (32%) e “abertura de uma actividade comercial” (30%). Os resultados permitem constatar que menos de um terço dos inquiridos tenciona investir na agricultura e noutras actividades no sector dos serviços. Por outro lado, os projectos de investimento tendem a variar em função da actual cidade de residência. Enquanto os residentes em Maputo optam maioritariamente pela “abertura de uma actividade comercial” (35%), os residentes em Quelimane (45%) tendem a preferir o início de uma exploração agrícola. Estes resultados podem estar relacionados, não só com as competências desenvolvidas na cidade de destino, como também com o potencial agrícola dos locais de origem dos inquiridos, particularmente na província da Zambézia, com condições bem mais vantajosas que a savana a Sul do Save, com forte tradição migratória para a África do Sul.

Quadro 6: Actividades que pretendem desenvolver no local de origem por cidade de residência

Actividade a desenvolver no local de origem	Maputo	Tete	Quelimane	Nacala Porto	Pemba	% Geral
Nenhuma	21%	28,2%	16%	23,5%	24,7%	22,7%
Iniciar uma exploração agrícola	22,3%	31,9%	45,1%	32,6%	28,6%	32,1%
Abertura de actividade comercial	35,4%	26,1%	28,6%	31,1%	30,7%	30,4%
Abertura de negócio de transporte	5,8%	5,5%	5,1%	2,6%	4,4%	4,7%
Montagem de pequena oficina	6,3%	4,8%	1,8%	5,2%	5,5%	4,7%
Trabalhar por conta de outrem	5%	0,3%	0,3%	2,6%	1,7%	1,9%
Outra	4,2%	3,2%	3,1%	2,4%	4,4%	3,5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Conclusão

Ao longo deste capítulo o conceito “retorno” foi utilizado de uma forma estática, não captando a complexidade e a circularidade dos movimentos populacionais entre o campo e a cidade. Na realidade, o processo de regresso não representa tanto uma deslocação definitiva para o local de proveniência mas, frequentemente, um conjunto de deslocações mais ou menos temporárias, não necessariamente para a localidade de origem, mas também para outros espaços rurais. Da mesma forma que o processo migratório para as cidades não se traduziu numa ruptura radical com o local de origem (como demonstrado no capítulo 3), quando equacionam a possibilidade de voltar a residir no campo, as populações de origem rural também não pretendem uma ruptura com o universo urbano. Os dados demonstram que as intensas relações estabelecidas entre campo e cidade e as visitas familiares daí decorrentes, de carácter recíproco, tendem a esbater as diferenças sociais entre estes dois mundos. Como referia uma entrevistada residente em Maputo e natural de Manjacaze *“É mesma coisa, sim. Se eles também vêm para cá e voltam para casa! Não há diferença de, quer dizer, da pessoa da cidade e do campo não, não há”*.

Usando a terminologia de King (2000: 10), os dados permitem constatar um misto de situações de “retorno”, nomeadamente de curta duração (em visita a familiares, para a participação em cerimónias ou para realização de pequenos negócios, como demonstrado no capítulo 3), por vezes de cariz sazonal (para participação em actividades económicas⁶¹), sendo menos evidentes as perspectivas de **regresso permanente**. Neste último caso, foram os cidadãos de Maputo aqueles que mais vezes demonstraram a intenção de voltar para o local de origem, num período de 5 anos.

⁶¹ Durante a recolha de dados na localidade de Ngumene, distrito de Zavala, foi identificado um indivíduo residente em Maputo, onde informalmente praticava a actividade de manicure, que visitava a sua terra natal. Aproveitando o tempo de inverno, durante o qual tem menos clientes em Maputo, e apercebendo-se das oportunidades de escoamento de mandioca para uma fábrica de cerveja local, o indivíduo desbravava mato num terreno familiar para produção desse tubérculo. O entrevistado planeava encarregar a sua esposa (que residia temporariamente em Maputo), de fazer o acompanhamento posterior do processo produtivo, ainda que de forma temporária.

Recorrendo à terminologia proposta por Cerase (1974), os resultados sugerem a existência de um conjunto de motivos de regresso relacionados com o “insucesso” no local de destino e com a reforma. No primeiro caso, trata-se de indivíduos socialmente mais desintegrados na vida urbana, sobretudo recém-chegados à cidade, tendencialmente menos escolarizados e a exercer ocupações manuais ou exigentes de poucas qualificações. O segundo grupo é composto por populações mais velhas e com melhores condições socio-profissionais. As situações de regresso por “inovação” foram praticamente inexistentes, em grande parte pelo facto de o regresso de trabalhadores menos qualificados e com menos capital potencialmente não exercer um efeito de transformação social, até porque as qualificações apreendidas em contexto urbano não são necessariamente transferíveis para as actividades predominantes nos contextos de origem. Neste cenário, as perspectivas de investimento no campo apresentaram-se reduzidas, particularmente ao nível das actividades agro-pecuárias. Os dados sugerem a inexistência de condições socioeconómicas nos locais de origem⁶² capazes de atrair estas populações, assim como das respectivas competências e capitais adquiridos na cidade.

As representações do mundo rural apareceram em clara continuidade com as motivações migratórias, mantendo-se aquele espaço predominantemente associado à ausência de infra-estruturas e condições sociais, nomeadamente emprego/rendimento, energia, água, saúde, educação e mercados, inclusivamente de acesso a produtos alimentares.

Em suma, a concentração do investimento em torno de um conjunto específico de grandes projectos foi geradora de dinâmicas atractivas de populações rurais. A secundarização da agricultura, sobretudo daquela de cariz familiar, por parte das políticas públicas traduziu-se no fraco desenvolvimento das zonas rurais, precisamente onde vive gran-

⁶² A ausência de falta de capital, as condições de transporte, a distância dos mercados, constituem, de facto, desincentivos para o investimento no local de origem, quer ao nível da produção agrícola, quer da respectiva comercialização. Como referia uma entrevistada “*Porque negócio lá, lá não há ninguém para comprar. É cultivar só, todos. Como é que o outro vai comprar coisas? Só lá pode comprar uma galinha quando ele não tem. Comprar cabrito quando não tem, naquele que tem*” (Mulher, 60 anos, 3º classe, vendedora de fruta, natural de Manjacase e residente no bairro central em Maputo).

de parte da população. Perante as dificuldades enfrentadas nas grandes cidades, relacionadas com o custo de vida (particularmente ao nível de transporte e habitação), parte das populações não deixa de estabelecer relações com o mundo rural, ainda que sejam bastante reduzidas as perspectivas de regresso. Estes dados não deixam de resultar de um modelo de desenvolvimento que não protege a grande maioria da população que depende da agricultura, que não é diminuidor da pobreza e que, pelo contrário, aumenta as desigualdades entre o campo e a cidade.

Bibliografia

- ABUDU, F. (1986) “Work attitudes of Africans”. *ISMO* 16, pp. 17-36.
- ANDRADE, Ximena; LOFORTE, Ana e OSÓRIO, Conceição (1998) *Família em contexto de mudanças em Moçambique*. Maputo: WSLAMOZ. pp. 1-18.
- ANWAR, Muhammad (1979) *The Myth of Return: Pakistanis in Britain*. London: Heinemann.
- ARAÚJO, Manuel e MUANAMOHA, Ramos (2011) “Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul: impacto socioeconómico nas comunidades de origem” in *RILP – Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 24, pp. 165-185.
- ARCHAMBAULT, Julie (2010) “‘À procura de rede’: redes de redistribuição e modalidades de género na utilização do telefone móvel no sul de Moçambique” in Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (2010) *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 163-173.
- ARNALDO, Carlos e MUANAMOHA, Ramos (2014) “Dinâmica demográfica e suas implicações em Moçambique” in *Gazeta de População e Saúde*, nº 2. Centro de Estudos em População e Saúde, pp. 1-47.
- BdM (Banco de Moçambique) (2013). *Relatório Anual 2013*. Maputo: Banco de Moçambique.
- BECKER, Charles; HAMER, Andrew and MORRISON, Andrew (1994) *Beyond urban bias in Africa: urbanization in na era of structural adjustment*. Portsmouth: Heinemann
- BEGUY, Donatien; BOCQUIER, Philippe; ZULU, Eliya (2010) “Circular migration patterns and determinants in Nairobi slum settlements” in *Demographic Research*, 23, pp. 549-586.
- BORGES COELHO, João Paulo (1993) *Protected Villages and Communal Villages in The Mozambican Province of Tete (1968-1982), a history of State resettlement policies, development and war*, tese de doutoramento, Department of Social and Economic Studies, University of Bradford, Bradford.
- BOVENKERK, Frank (1974) *The Sociology of Return Migration: A bibliographic Essay*. Publications of the Research Group on European Migration Problems 20, Nijhoff, The Hague.
- BRITO, Luís (1980) “Dependência colonial e Integração Regional” in *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 23-32.
- BRITO, Luís (2011) “Por uma sociologia sem fronteiras – exemplo de ‘O Mineiro moçambicano’”, aula pública de sociologia promovida pela Associação Moçambicana de Sociologia a 12 de Outubro de 2011
- BRYCESON, Deborah (1999) “Sub-Saharan Africa Betwixt and Between: Rural

- Livelihood Practices and Policies” in *Afrika-Studiecentrum Working Paper*, 43, pp. 1-69.
- BUENDIA, Miguel (2010) “Os desafios da leitura” in Luis de Brito; Carlos Nuno Castel-Branco; Sérgio Chichava e António Francisco (Org.) *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 257-252.
- CAHEN, Michel (2008), “À la recherche de la défaite: notes sur une certaine historiographie de la révolution et de la contre - révolution au Mozambique et sans doute ailleurs” in *Politique Africaine*, 112, pp. 161-181.
- CASIMIRO, Maria Isabel (2008) “As mulheres estão mais livres apesar de trabalharem muito’ – mulheres camponesas lutam pela dignidade numa aldeia de Moçambique” comunicação apresentada na 12ª Assembleia Geral do CODESRIA subordinada ao tema “Governar o espaço público africano” decorrida de 7 a 11 de Dezembro de 2008.
- CASSAMO, Américo; MOSCA, João; e DADÁ, Yasser (2014) “Orçamento de Estado para a Agricultura” in *Observador Rural*, nº 9. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; MASSINGUE, Elsa; ALI, Rosimina (2010) “Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique” in Luis de Brito; Carlos Nuno Castel-Branco; Sérgio Chichava e António Francisco (Org.) *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 183-216.
- CASTELO, Cláudia (2007) *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.
- CEA – Centro de Estudos Africanos (1983) *Famílias camponesas de Angónia no processo de socialização do campo* – relatório nº 83/2. Maputo: Centro de Estudos Africanos
- CERASE, Francesco (1974) “Migration and social change: expectations and reality. A study of return migration from the United States to Italy” in *International Migration Review*, 8 (2), pp. 245-262.
- CHAMBE, Maria (2011) “Abordagem teórica em torno da pluriatividade: as diversas formas de manifestação nas regiões rurais de Moçambique” in *Sociedade e Desenvolvimento Rural*. Vol. 5, nº 1, pp. 16-30.
- CHICHAVA, Sérgio (2008) “Uma província rebelde: o significado do voto zambeziano a favor da Renamo” in Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (Org.) *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 15-48.
- CHIPEMBE, Cassiano e GUILICHE, Firmino (2015) *Relatório final do inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2014/5*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- COVANE, Luís (2001) *O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia.
- DE HAAS, Hein (2005) “International migration, remittances and development: myths and fact” in *Global Migration Perspectives*, 30, pp. 1-19.

- DE VLETTER, Fion (2006) “Migration and development in Mozambique: Poverty, Inequality and Survival” in *SAMP Migration Policy Series* 43.
- DNOMT - Direção Nacional de Observação do Mercado de Trabalho (2015) *Boletim de Estatísticas do Trabalho 2015*. Maputo: Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social.
- ÉVORA, Iolanda (2017) “Continuidades e transformações no estudo das migrações: elementos para a análise crítica das mobilidades africanas contemporâneas” in João Feijó (Org) *Movimentos migratórios e relações rural-urbanas – estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Alcance Editores, pp. 63-76.
- FARRÉ, Albert (2017) “A mobilidade, os recursos e o político no meio rural – questões em torno do conceito de comunidade rural em Moçambique” in João Feijó (Org) *Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas: estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Alcance Editores, pp. 77-101.
- FEIJÓ, João (2016) *Projecto de revitalização económica das zonas verdes de Quelimane*. Maputo: Observatório do Meio Rural
- FEIJÓ, João (2016a) “Motivações migratórias rural-urbanas e expectativas de regresso ao campo” in *Observador Rural*, nº 43, pp. 1-37.
- FEIJÓ, João (2016b) “Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete” in *Observador Rural*, nº44, pp. 1-30.
- FEIJÓ, João (2016c) *Projecto de revitalização económica das zonas verdes de Quelimane*. Maputo: Observatório do Meio Rural
- FEIJÓ, João (2017a) “Ruralização das cidades ou urbanização do campo? Reflexão introdutória sobre os movimentos rural-urbanos” in João Feijó (Org.) *Movimentos migratórios e relações rural-urbano – estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Alcance Editores, pp. 12-18.
- FEIJÓ, João (2017b) “O efeito hipnótico da capital – factores de êxodo rural e de atracção de Maputo” in João Feijó (Org.) *Movimentos migratórios e relações rural-urbano – estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Alcance Editores, pp. 136-185.
- FEIJÓ, João e Agy, Aleia (2015a) “Dynamics of integration of rural Migrants in the City of Maputo - a spatial and gender comparative analysis” in *Burwa! A journal of African Women’s experiences*, nº 6, pp. 95-105.
- FEIJÓ, João e AGY, Aleia (2015b) “Processos migratórios, trabalho agrícola e integração nos mercados – Efeitos da implementação de grandes projectos sobre comunidades camponesas” in António Francisco, Salvador Forquilha, Luís de Brito, Carlos Castel-Branco e Sérgio Chichava (Org.) *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 273-309.
- FEIJÓ, João e IBRAIMO, Momade (2016) “Relações rural-urbanas, transferências pessoais e políticas públicas – uma análise a partir de populações residentes na cidade de Maputo” in Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco (Org.) *Desafios para Moçambique 2016*. Lisboa: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 329-353.

- FINMARK TRUST (2015) *FinScope Consumer Survey Mozambique 2014*. Maputo: FinMark Trust.
- FIRST, Ruth (coord) (1998) *O mineiro moçambicano – um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane*. Maputo: Imprensa Universitária
- FLAHAUX, Marie-Laurence. e DE HAAS, Hain. (2016) “African migration: trends, patterns, drivers” in *Comparative Migration Studies*, 4:1, pp. 1-25.
- FONSECA, Madalena Pires (2003) “Os corredores de desenvolvimento em Moçambique” in *Africana Studia*, nº 6, pp. 201-230.
- FONSECA, Maria Lucinda e Goraci, Mónica (coord.) (2007). *Mapa de boas práticas: Acolhimento e integração de imigrantes em Portugal*. Lisboa: OIM / Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.
- FSTAP – Projecto de Assistência Técnica ao Sector Financeiro (2009) *FinScope Mozambique Survey, 2009*. Ministério das Finanças.
- GAMMELTOFT, Peter (2002) “Remittances and Other Financial Flows to Developing Countries” in Nicholas Van Hear and Ninna Nyberg Sørensen (Org) *The Migration-Development Nexus*. Geneva: International Organization for Migration, pp. 101-131.
- GHOSH, Bimal (2006) *Migrants’ Remittances and Development – myths, rhetoric and realities*. Geneva: International Organization for Migration.
- GMELCH, George (1980) “Return Migration” in *Annual Review of Anthropology*, 9, pp. 135-159.
- HEAD, Judith (1980) “A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório” in *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 53-72.
- HEDGES, David (1999) *História de Moçambique - Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo: Imprensa Universitária.
- HENRIQUES, Isabel Castro (2003) *O Pássaro do Mel – Estudos de História Africana*. Lisboa: Edições Colibri.
- HIRVONEN, Kalle and LILLEØR, Helene (2014) “Going Back Home: Internal Return Migration in Rural Tanzania” in *Working Paper*, 77. University of Sussex, pp. 1-32.
- HONWANA, Alcinda (2014) “Juventude, Waithood e protestos sociais em África” in Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco (Org.) *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 399-412.
- JANNUZZI, Paulo de Martinho (2000). *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas, SP: Autores Associados.
- JONES, Richard (1998a) "Introduction: The Renewed Role of Remittances in the New World Order" in *Economic Geography*, 74(1), 1-7
- JONES, Richard (1998b) "Remittances and Inequality: A Question of Migration Stage and Geographical Scale" in *Economic Geography*, 74(1), 8-25
- KAPLAN, Irving (1984) “The Society and Its Environment” in Harold Nelson (Ed) *Mozambique, a country study*. Washington, The American University, pp. 71-128

- KING, Russel (2000) “Generalizations from the History of Return Migration” in Bimal Ghosh (Ed) *Return Migration – journey of hope or despair?* Geneva: International Organization for Migration, pp. 7-55.
- KROKFORS, Christer (1995) “Poverty, Environmental Stress and Culture as Factors in African Migrations” in Jonathan Baker & Tade Akin Aina (Eds) *The Migration Experience in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, pp. 54-64
- LIESEGANG, Gerhard (1970) “Nguni Migrations between Delagoa Bay and the Zambezi, 1821-1839”, *African Historical Studies*, 3 (2), pp. 317-337.
- LOPES, Carlos; AMADO, Filipe; MUANAMOHA, Ramos (2007) “Dinâmica do crescimento populacional em Luanda e Maputo” in Jochen Oppenheimer e Isabel Raposo (Org.) *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 37-64.
- LOPES, Mota (2016) “Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique” in *Observador Rural*, nº 40. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- LUBKEMANN, Stephen (2004) “Reduzir o colonialismo à sua real dimensão: a migração internacional entre os moçambicanos do Centro-Sul, 1990-1999” in Clara Carvalho e João de Pina Cabral (Org) *A persistência da história – passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 253-291.
- LUSSI, Carmen (2013). “O compromisso de associações de migrantes, organizações e academia pelos direitos humanos das pessoas em mobilidade” in REMHU – *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Ano XXI, n. 41, p. 258-276.
- LYNCH, Kenneth (2005) *Rural-Urban Interaction in the Development World*. London: Routledge.
- MALHEIROS, Jorge (2006). *Integração social e profissional de imigrantes, refugiados e minorias étnicas*. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL.
- MANDAMULE, Uacitissa e BRUNA, Natacha (2017) “Investimentos, migrações forçadas e conflitos de terra – representações de populações reassentadas no corredor de Nacala” in João Feijó (Org) *Movimentos migratórios e relações rural-urbanas – estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Alcance Editores, pp. 249-272.
- MARQUES, Denise; RODRIGUES, Laetícia (2006) “Emigrantes e Imigrantes de Belo Horizonte em relação ao restante da RMBH: uma aplicação do método 'Grade of Membership' (GoM)” *Trabalho apresentado no XV encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambu MG –Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_265.pdf
- MELDE, Susanne (2011) *Remessas na África, Carátbas e Pacífico*. Bruxelas: Observatory on Migration.
- MOHAPATRA, Sanket; RATHA, Dilip (Eds) (2011) *Remittance Markets in Africa*. Washington DC: World Bank.
- MORTON, David (2013) “From racial discrimination to class segregation in postcolonial urban Mozambique” in France Winddance Twine and Bradley Gardener (org.) *Geographies of privilege*. New York: Routledge, pp. 231- 261.

- MOSCA, João (2005) *Economia de Moçambique do século XX*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MOSCA, João (2016) “Políticas Públicas e Desigualdades Sociais e Territoriais em Moçambique” in *Observador Rural*, 42, pp. 1-29, disponível em <http://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-42.pdf>
- MOSCA, João e ABBAS, Mariam (2016) “Políticas públicas e agricultura” in *Observador Rural*, nº 36. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- MOSCA, João e DADÁ, Yasser Arafat (2014) “Investimento no sector agrícola” in *Observador Rural*, nº 14. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- MOSCA, João e NOVA, Yara (2016) “Zambézia: rica e empobrecida” in *Observador Rural*, nº 39, pp. 1-25.
- MOSCA, João e SELEMANE, Tomás (2011) *El dorado Tete: os megaprojectos de mineração*. Maputo: Centro de Integridade Pública.
- MUANAMOHÁ, Ramos (2003) "Dinâmica do crescimento populacional no período pós-independência em Maputo" in Amado e Muanamoha (Org.) *Dinâmicas Populacionais em Luanda e Maputo*. Relatório de especialidade 1, Projecto "Urbanização acelerada em Luanda e Maputo". Lisboa: Centro de Estudos sobre África, pp. 39-60
- MUANAMOHÁ, Ramos Cardoso (2010). *Dynamics of undocumented Mozambican labour migration to South Africa*. VDM Verlag Dr. Müller GmbH & Co. KG, Saarbrücken.
- NEGRÃO, José (2006) *Cem anos de economia da família rural africana*. Maputo: Texto Editores.
- NEVES, Joel (1998) *Economy, society and labour migration in Central Mozambique, 1930-1965: a case study of Manica Province, Phd Thesis*. London: School of Oriental and African Studies.
- NEWITT, Malyn (1997) *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- O’LAUGHLIN, Bridget e IBRAIMO, Yasfir Ibraimo (2013) “A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude” in *Cadernos IESE*, 12, pp. 1-90.
- OLESEN, Henrik (2002) “Migration, Return, and Development: An Institutional Perspective” in Nicholas Van Hear and Ninna Nyberg Sørensen (Org) *The Migration-Development Nexus*. Geneva: International Organization for Migration, pp. 133-158.
- PLAZA, Sonia; and RATHA, Dilip (Eds.) (2011) *Diaspora for Development in Africa*. Washington DC, World Bank.
- POTTS, Deborah (1995) “Shall we go home? Increasing urban poverty in African cities and migration processes” in *The Geographical Journal*, 161 (3), pp. 245-264.
- POTTS, Deborah (1997). Urban lives: adopting new strategies and adapting rural links, In Rakodi, C. (ed.) *The Urban Challenge in Africa: Growth and Management of its Large Cities*. United Nations University Press (pp. 447-494).

- POTTS, Deborah (2005) “Counter-urbanization on the Zambian Copperbelt? Interpretations and implications” in *Urban Studies*, 42 (4), pp. 583-609.
- POTTS, Deborah (2009) *The slowing of sub-Saharan Africa's Urbanization: evidence and implications for urban livelihoods*. International Institute for Environment and Development (IIED), Vol. 21 (1): 253-259.
- POTTS, Deborah (2011) “Challenging the myths of urban dynamics in sub-Saharan Africa: the evidence from Nigeria” in *Environment, Politics and Development Working Paper Series. Paper # 9*. Department of Geography, King's College London.
- QUEMBO, Carlos (2012) “O poder do poder: Operação produção (1983) e a produção dos ‘improdutivos’ urbanos no Moçambique pós-colonial” in *Cadernos de História de Moçambique*, 1, pp.65-81, disponível em <http://www.flcs.uem.mz/images/chist/CQuemboCdhM20121.pdf> acedido a 21/10/2016.
- RAIMUNDO, Inês (2008) “Mozambican refugees in Malawi: Did the Malawians gain the hell?” comunicação inserida no International Conference on Environment, Forced Migration & Social Vulnerability, decorrido em Bona, na Alemanha entre 9 e 11 de Outubro de 2008.
- RAIMUNDO, Inês (2010) *Gender, Choice and Migration in Mozambique – Household dynamics and urbanization in Mozambique*. Saarbrücken: VDM Verlag.
- RATHA, Dilip; MOHAPATRA, Sanket; e SILWAL, Ani Banco Mundial (Eds) (2011) *Migration and Remittances Factbook 2011*. Washington DC: World Bank.
- REGMI, Gopal and TISDELL, Clem (2002) “Remitting behaviour of Nepalese rural-to-urban migrants: implications for theory and policy” in *Journal of Development Studies*, 38 (3), pp. 76-94.
- SERRA, Carlos (1980) “O capitalismo colonial na Zambézia (1855-1930)” in *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 34-52.
- SERRA, Carlos (1995) *De la gestion des corps à la gestion des mentalités en Zambézia, Mozambique (1890/1983): rapport de domination, conformisme et déviance politiques*, Thèse de doctorat en sociologie. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- SMART, Teresa e HANLON, Joseph (2014) *Galinhas e Cerveja: uma receita para o desenvolvimento*. Maputo: Kapicua.
- TAYLOR, Edward; ARANGO, Joaquín; HUGO, Graeme; KOUAOUICI Ali; MASSEY, Douglas; and PELLEGRINO, Adela (1996) “International Migration and Community Development” in *Population Index*, 62 (2), pp. 181-212.
- THOMAZ, Omar Ribeiro (2008) “‘Escravos sem dono’: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista” in *Revista de Antropologia* 51 (1), pp. 177-214.
- TVEDTEN, Inge; ROQUE, Sandra; BERTELSEN, Bjørn (2013). “Espaço Urbano e Pobreza em Maputo, Moçambique” in *CMI Resumo*, 12 (2) CMI CHR. Michelsen Institute, pp. 1-4.
- VAIL, Leroy e WHITE, LANDEG, White (1980) *Capitalism and Colonialism in Mozambique*. London: Heinemann.

- VINES, Alex (1991) *Renamo: Terrorism in Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press.
- VIVET, Jeanne (2015) *Os deslocados de Guerra em Maputo – percursos migratórios, ‘cidadinização’ e transformações urbanas da capital moçambicana (1976-2010)*. Maputo: Alcance Editores.
- VLETTER, Fion (2016) “Migration and development in Mozambique: poverty, inequality and survival” in Migration Policies Series, 43, pp. 1-39.
- WATERHOUSE, Rachel e VIJFHUIZEN, Carin (2001) “Introdução” in “Rachel Waterhouse e Carin Vijfhuizen (Dir) *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Maputo, Imprensa Universitária, pp. 5-34.
- WUYTS, Marc (1981) “Sul do Save: estabilização e transformação da força de trabalho” in *Estudos Moçambicanos*, 3, pp. 33-44.

Se a partir da década de 1990, a capital de Moçambique concentrou em si um forte investimento, mais recentemente, outras cidades conheceram uma grande euforia económica, particularmente em torno de grandes projectos extractivos. A exploração do carvão na província de Tete, a reabilitação do corredor de Nacala e as actividades de prospecção de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma foram geradores de novos *el dorados*, estimulando expectativas junto das populações e incentivando movimentos migratórios para cidades como Tete, Nacala-Porto ou Pemba. O rápido crescimento populacional traduziu-se numa saturação de infra-estruturas urbanas, numa pressão inflacionista sobre os preços e, face à incapacidade de absorção do mercado de emprego, assistiu-se a uma informalização da economia urbana.

Neste contexto, esta obra apresenta quatro grandes objectivos. Em primeiro lugar, compreender os factores motivadores dos movimentos migratórios rural-urbanos, entendendo-os como o resultado de assimetrias socio-espaciais, distinguindo factores de afastamento do meio rural, de factores de atracção do meio urbano. Em segundo lugar, num cenário de forte densificação populacional, pretende-se compreender como se opera a integração socioeconómica de migrantes rurais no meio urbano. Num terceiro momento, procuram-se explicar as ligações estabelecidas pelas populações de descendência rural, uma vez nas cidades, com os seus contextos geográficos de origem. Finalmente, pretende-se conhecer as representações construídas pelas populações inquiridas sobre os seus universos rurais de origem, assim como perspectivas de regresso e de investimento no local de proveniência.

Organizadores:



Financiadores:

